



JOÃO PAULO RODRIGUES DA SILVA

**"DROGAS": UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL HISTÓRICO-CRÍTICA NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**LAVRAS
2025**

JOÃO PAULO RODRIGUES DA SILVA

**"DROGAS": UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Ambiental, área de concentração em Educação, Cultura, Ciência e Ambiente, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Marina Battistetti Festozo
Orientadora

**LAVRAS
2025**

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de
Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Silva, João Paulo Rodrigues da.

"Drogas": um olhar sob a perspectiva histórico-crítica na formação de professores / João Paulo Rodrigues da Silva. - 2025.

139 p. : il.

Orientadora: Marina Battistetti Festozo

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2025. Bibliografia.

1. Drogas. 2. Formação de professores. 3. Educação Ambiental. 4. Pedagogia Histórico Crítica. I. Battistetti Festozo, Marina. II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

JOÃO PAULO RODRIGUES DA SILVA

**"DROGAS": UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**"DRUGS": A LOOK FROM A HISTORICAL-CRITICAL PERSPECTIVE IN
TEACHER EDUCATION**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Ambiental, área de concentração em Educação, Cultura, Ciência e Ambiente, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 20 de FEVEREIRO de 2025

Marina Battistetti Festozo, UFLA
Antônio Fernandes Nascimento Junior, UFLA
Lilian Giacomini Cruz Zucchini, UEMS

Profa. Dra. Marina Battistetti Festozo
Orientadora

**LAVRAS
2025**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

“Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” **Marielle Franco, um dia antes de seu assassinato**

RESUMO

O presente trabalho investiga como a problemática das drogas pode ser incorporada ao conteúdo da Educação Ambiental Crítica (EAC), com base na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), para formar educadores capazes de atuar criticamente nas escolas. O trabalho surge de demandas reais da comunidade escolar da cidade de Lavras-MG, identificadas por meio de estágios supervisionados e mapeamentos ambientais, que revelaram as drogas como um problema social vivo e controverso. O estudo se desdobra em dois artigos. O primeiro fundamenta teoricamente a possibilidade de incluir a temática das drogas na EAC, discutindo as relações entre sociedade, natureza, proibição, marginalização e exploração capitalista. O segundo artigo apresenta e analisa uma prática pedagógica desenvolvida por meio de um minicurso voltado à formação inicial e continuada de professores de Biologia, com base na PHC e na Análise Dialógica do Discurso. Ao longo do trabalho, são discutidas as políticas de repressão às drogas, sua seletividade social e racial, e as limitações de abordagens educativas pautadas exclusivamente na abstinência. Neste sentido, se defende a urgência de uma abordagem pedagógica crítica, enraizada na realidade concreta dos sujeitos escolares, que promova a emancipação social por meio da compreensão sistêmica dos problemas sociais. Tal trabalho busca contribuir para consolidação das drogas como um conteúdo legítimo da EAC, expandindo o campo da educação ambiental crítica e sua articulação com a luta por justiça social.

Palavras chaves: educação científica; pedagogia histórico-crítica; mini curso.

ABSTRACT

This study investigates how the issue of drugs can be incorporated into the content of Critical Environmental Education (CEE), based on Historical-Critical Pedagogy (HCP), to train educators capable of acting critically within schools. The research arises from real demands of the school community in the city of Lavras, Minas Gerais, identified through supervised teaching internships and environmental mappings, which revealed drugs as a living and controversial social problem. The study unfolds in two articles. The first provides a theoretical foundation for including the topic of drugs in CEE, discussing the relationships between society, nature, prohibition, marginalization, and capitalist exploitation. The second article presents and analyzes a pedagogical practice developed through a short course aimed at the initial and continuing education of biology teachers, based on HCP and Dialogical Discourse Analysis. Throughout the work, drug repression policies, their social and racial selectivity, and the limitations of educational approaches focused exclusively on abstinence are critically discussed. In this sense, the study advocates for the urgency of a critical pedagogical approach, rooted in the concrete reality of school subjects, that promotes social emancipation through a systemic understanding of social problems. This work seeks to contribute to the consolidation of drugs as a legitimate topic within CEE, expanding the field of critical environmental education and its articulation with the struggle for social justice.

Key words: science education; historical-critical pedagogy; short course.

Impactos Sociais, Tecnológicos, Econômicos e Culturais

O trabalho desenvolvido tem como objetivo central contribuir para a formação de professores a partir da abordagem histórico-crítica e da Educação Ambiental Crítica, utilizando a temática das drogas como ferramenta de análise da realidade social e ambiental. Acreditamos que a pesquisa possa impactar as comunidades escolares da cidade de Lavras-MG ao articular as demandas locais, especialmente em contextos vulnerabilizados, à formação docente. O projeto possibilitou a elaboração de práticas pedagógicas que enfrentam o tabu da temática de drogas, permitindo que professores em formação compreendessem esse fenômeno a partir de uma ótica histórica, cultural e política, superando visões individualistas e moralistas. Economicamente, o trabalho aponta criticamente para o desperdício de recursos públicos com políticas repressivas e propõe uma atuação pedagógica voltada à prevenção e transformação social. No plano tecnológico e educacional, a pesquisa adota métodos participativos (como o teatro-fórum e a pesquisa-ação), promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho tem caráter extensionista claro, com envolvimento direto de estudantes, professores e comunidades escolares, e se alinha a pelo menos cinco áreas temáticas da Política Nacional de Extensão: educação, direitos humanos e justiça, cultura, meio ambiente e saúde. Também está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os ODS 3 (Saúde e bem-estar), 4 (Educação de qualidade), 10 (Redução das desigualdades), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).

Social, Technological, Economic, and Cultural Impacts

The main goal of the work developed is to contribute to teacher education through the lens of historical-critical pedagogy and Critical Environmental Education, using the theme of drugs as a tool to analyze social and environmental reality. We believe that this research may impact school communities in the city of Lavras-MG by linking local demands—especially in vulnerable contexts—to teacher training. The project enabled the development of pedagogical practices that confront the taboo surrounding the topic of drugs, allowing pre-service teachers to understand this phenomenon from historical, cultural, and political perspectives, moving beyond individualistic and moralistic views. Economically, the work critically highlights the waste of public resources on repressive policies and proposes pedagogical action focused on prevention and social transformation. On the technological and educational fronts, the research adopts participatory methods (such as forum theater and action research), fostering integration between teaching, research, and outreach. This is clearly an extension-oriented project, involving students, teachers, and school communities directly, and aligns with at least five thematic areas of the Brazilian National Extension Policy: education, human rights and justice, culture, environment, and health. It is also aligned with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), particularly SDG 3 (Good health and well-being), SDG 4 (Quality education), SDG 10 (Reduced inequalities), SDG 11 (Sustainable cities and communities), and SDG 16 (Peace, justice and strong institutions).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL DO TRABALHO	11
1.1	A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM UMA SOCIEDADE DE CLASSES.....	12
1.2	AS DROGAS COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: POR QUE DISCUTIR SOBRE DROGAS?.....	22
	REFERÊNCIAS.....	27
	ARTIGO I: “DROGAS” COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIÁLOGOS ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA.....	30
1	INTRODUÇÃO	30
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	32
3	METODOLOGIA	37
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
4.1	AS DROGAS EM UMA SOCIEDADE DE CLASSES.....	39
4.2	ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS PARA AMPLIAÇÃO DA COMPREENSÃO SOBRE AS DROGAS	40
4.3	A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO SOBRE QUESTÕES SOCIAIS PARA ENTENDIMENTO SOBRE AS DROGAS.....	42
4.4	LÓGICA PROIBICIONISTA COMO FORMA DE CONTROLE E REPRESSÃO SOCIAL.....	44
4.5	ALGUNS ELEMENTOS ECONÔMICOS PARA COMPREENSÃO DAS DROGAS: ELAS SÃO UM COMÉRCIO LUCRATIVO DESDE OS TEMPOS COLONIAIS	46
4.6	ELEMENTOS POLÍTICOS E CULTURAIS PARA COMPREENSÃO DAS DROGAS: O CASO DA MACONHA E DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6	REFERÊNCIAS	57
	ARTIGO II - PRODUÇÃO E ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA NOS MOLDES DE UM MINICURSO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) COM UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CRÍTICA SOBRE O TEMA DE DROGAS.....	60
1	INTRODUÇÃO	60
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO: CONHECENDO SEUS	

CAMINHOS	61
1.2 O PROGRAMA DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA.....	63
1.3 PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA	64
1.3.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA	65
1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MINICURSO	66
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	68
2.1 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA (PHC)	69
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL HISTÓRICO-CRÍTICA	73
2.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	75
3 METODOLOGIA	76
3.1 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO	76
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	79
4.1 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MINICURSO	79
4.1.1 TEATRO-FÓRUM: PONTO DE PARTIDA	80
4.1.2 PERGUNTA REALIZADA APÓS O TEATRO-FÓRUM.....	84
4.1.3 PRIMEIRO MOMENTO: O QUE SÃO DROGAS?.....	85
4.1.4 SEGUNDO MOMENTO: POR QUE ALGUMAS DROGAS SÃO PROIBIDAS E OUTRAS NÃO?.....	94
4.1.5 TERCEIRO MOMENTO - DROGAS, JUVENTUDE E RISCOS.....	101
4.2 ENUNCIADOS.....	113
4.2.1 ENUNCIADO I: INDIVIDUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DAS DROGAS: CRIMINALIZAÇÃO DOS USUÁRIOS COMO SOLUÇÃO FALACIOSA PARA O USO E VENDA DE DROGAS	114
4.2.2 ENUNCIADO II: A FABRICAÇÃO DO VÍCIO E DE NOVAS NECESSIDADES: AS DROGAS COMO MERCADORIA.....	117
4.2.3 ENUNCIADO III: A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CRÍTICA	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
6 REFERÊNCIAS	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO	132
ANEXOS	133

1. INTRODUÇÃO GERAL DO TRABALHO

O presente trabalho é derivado das discussões realizadas pelo grupo JACI de Educação Ambiental Crítica da Universidade Federal de Lavras (UFLA), que se direcionaram para a importância de se identificar os conteúdos da Educação Ambiental, compreendendo que a delimitação desses conteúdos é um caminho promíscuo para incluir uma abordagem histórica e crítica da educação ambiental nos currículos escolares. A partir dessas discussões, foram publicados diversos trabalhos, como os de Oliveira (2021), que discute a alimentação como um conteúdo da EA, Seixas(2021), que discute o corpo como um conteúdo da EA, e Micaela (2021), que discute a ancestralidade como um conteúdo da EA.

O primeiro impulso de se discutir drogas como um conteúdo da educação Ambiental surgiu por meio de demandas originadas pela própria comunidade lavrense. Essas demandas foram observadas por meio de trabalhos de mapeamentos ambientais realizados pelos alunos(as) de graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas da UFLA, em especial como atividades do Estágio Supervisionado III, onde se identificou que a questão das drogas é um problema bastante presente.

É válido pontuar que o início deste trabalho se deu no final do período de pandemia. Durante o período de pandemia, o grupo JACI citado acima se dedicou a estudos teóricos referentes à EAC bem como as bases da pedagogia histórico crítica. Com o desenvolvimento dos estudos e indícios que apontavam para o final do período de pandemia, o grupo foi percebendo a necessidade de uma relação mais íntima com a realidade das escolas públicas, para assim estabelecer relações que superem a dicotomia entre teoria e prática.

Sendo assim, com o retorno das atividades escolares e conforme foi sendo observado as drogas como uma questão socioambiental viva nas comunidades pesquisadas, emergiram algumas perguntas relacionadas a preocupação de preparar os(as) docentes em formação para lidar com essas questões, compreendendo que a questão das drogas também fazem parte do ambiente escolar. Também neste período, recebemos a notícia da possibilidade de iniciar um novo programa da Residência Pedagógica do curso de Ciências Biológicas, que então seria coordenado pela também coordenadora do grupo JACI.

Neste sentido, o presente trabalho se dedicou a conhecer as esferas sociais, políticas e econômicas que determinam a relação da sociedade moderna e as drogas, a fim de elencar elementos fundamentais para se abordar este tema em práticas pedagógicas histórico-críticas, o que culminou no primeiro artigo deste trabalho. Dessa forma, como continuação do primeiro artigo, o segundo artigo se debruça a analisar a produção e a realização de uma prática

pedagógica na formação inicial e continuada de professores(as), que visou abordar a questão de drogas de uma maneira histórico crítica, tendo como participante os membros integrantes do programa da Residência Pedagógica do curso de Ciências Biológicas da UFLA de 2022 a 2024.

1.1 A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM UMA SOCIEDADE DE CLASSES

Apesar de o sistema capitalista ser de ordem totalizante, a forma como ele se manifesta em diferentes realidades sociais não é homogênea, havendo em si uma variedade que aponta, sobretudo, qual a posição que cada país ocupa na estrutura dessa lógica de controle do metabolismo social. Para países como o Brasil, e diversos outros da América Latina, o entendimento de como o capitalismo atua requer a compreensão de um processo particular de desenvolvimento, estabelecido por uma estrutura de dependência diante da divisão internacional do trabalho (Silva, 2022, p. 294).

Uma vez que o capitalismo precisa se desenvolver para perpetuar sua existência, intensificam-se os instrumentos de exploração utilizados pelos países desenvolvidos economicamente em relação aos menos desenvolvidos. Dessa forma, a economia central se apropria de parte da mais valia¹ produzida pela economia dependente, havendo para os países condicionados a esta subordinação uma estreita relação entre desenvolvimento e dependência (Silva, 2022).

A busca pela intensificação dos lucros por parte das economias centrais cria a necessidade de mercantilizar cada vez mais áreas da vida nos países subordinados, sendo então oportuno tornar mercadoria serviços que antes eram assegurados pelo estado, bens de direitos da população que garantem, a soberania das nações, como por exemplo educação, saúde, saneamento básico, lazer, energia. Dentre estes, a educação ocupa um espaço de atenção especial, pois no Brasil e em grande parte da América Latina, o setor educacional, em suas diversas etapas, foi integrado aos interesses do sistema produtivista para alinhar-se às políticas e estratégias da nova ordem vigente, passando a desempenhar um papel fundamental na preparação de mão de obra e na facilitação da acumulação de capital. Assim, a educação se caracteriza, de forma hegemônica, como um instrumento de reprodução e naturalização da ideologia neoliberal (Laval, 2019; Silva, 2022).

O sistema orgânico do capital é formado pelo tripé *capital - trabalho assalariado - estado*. Conforme o trabalho se submete à lógica impulsiva e destrutiva do capital, seus

¹ A mais-valia é o valor excedente gerado pelo trabalho do trabalhador que não é remunerado pelo capitalista. Em outras palavras, é a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o salário que ele recebe (Tonet, 2008).

componentes são fragmentados no processo produtivo, reduzindo a força de trabalho a uma simples mercadoria. Em paralelo, o Estado passa a atuar como um instrumento a serviço do capital, legitimando e protegendo os interesses dessa estrutura (Silva, 2022).

Neste sentido, o controle do trabalho pelo capital é um fator essencial para que este se reproduza. Saviani (2011) nos sinaliza que o trabalho é o que diferencia o homem dos outros animais. Enquanto os animais se adaptam à natureza, o homem a transforma intencionalmente para atender às suas necessidades. Essa transformação é realizada através do trabalho, que se inicia com a antecipação mental, planejando como chegar ao objetivo da ação. Portanto, o trabalho se caracteriza como uma ação intencional direcionada a uma finalidade. Neste sentido, tendo em vista a definição de trabalho, Saviani aponta a educação como um processo de trabalho necessário para a produção da existência humana, tanto material como não material. Sobretudo, a categoria trabalho distingue-se em dois tipos: o trabalho material e o trabalho não material. Enquanto o *trabalho material* está vinculado à produção de bens materiais para a subsistência humana, o *trabalho não material* se articula com a produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades, ou seja, a produção de saber.

[...] para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não material”. Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana (Saviani, 2011, p. 12).

Dessa forma, a educação se enquadra na categoria de trabalho não material, porém, esta categoria também se distingue em duas modalidades. Uma delas ocorre quando o produto se separa do produtor, com exemplo dos livros e objetos artísticos, onde há um intervalo entre a produção e o consumo; a outra modalidade ocorre quando o produto não se separa do ato de produção, tendo como exemplo o ensino e a medicina, no qual o ato de produção e o ato de consumo se imbricam mutuamente.

Podemos pensar que uma aula é produzida pelo professor e consumida pelos alunos simultaneamente (Saviani, 2011). Sendo assim, a adjetivação "não material" no trabalho educativo se refere ao fato de que o produto da educação, o saber, não é um bem material. Todavia, não significa que a educação não se realize em um contexto material, sendo as condições materiais, como a estrutura escolar, os recursos didáticos e a formação dos

professores, fundamentais para o desenvolvimento da ação pedagógica. Inclusive as condições materiais econômicas em que a educação está inserida.

A datar da segunda metade do século XX, a influência de países desenvolvidos e de organismos internacionais como o Banco Mundial, o FMI e o BID intensificou a subordinação da educação superior à lógica de mercado. Empréstimos, ajuda financeira e diretrizes para reformas educacionais impulsionaram a privatização e a mercantilização do ensino superior (Favero; Bechi, 2017).

A expansão do setor privado sobre a educação pública brasileira se deu a partir da década de 1960, e de forma mais acentuada nas últimas décadas, havendo um crescimento exponencial do número de instituições de ensino superior privadas no Brasil (Chaves, 2010). As políticas neoliberais implementadas no Brasil a partir da década de 1990 aprofundaram a mercantilização da educação superior, logo, a desregulamentação, a privatização e a redução do papel do Estado na educação criaram um ambiente propício para a expansão do setor privado (Silva, 2005; Carvalho, 2013).

Nesse sentido, o notável domínio privado se deu pela entrada de grandes grupos empresariais no setor da educação, a partir dos anos 2000, intensificando a mercantilização do ensino superior (Miranda; Azevedo, 2020). Esses grupos, com fins lucrativos, passaram a dominar a oferta de cursos em faculdades privadas, transformando a educação em um produto comercial e construindo um monopólio sobre a educação (Chaves, 2010; Carvalho, 2013).

Em paralelo ao crescente domínio de empresas na educação privada a desvalorização da educação pública diante das políticas neoliberais se dá com a redução de investimentos nesse setor, além da desvalorização do trabalho docente e a precarização das condições de trabalho, o que contribui para a deterioração da qualidade do ensino superior público.

No que diz respeito à Educação Básica, também é notável a influência do setor privado, por meio de empresas e instituições financeiras, como o Banco Mundial que teve grande influência na formulação do Novo Ensino Médio e na produção da Base Nacional Curricular Comum - BNCC, priorizando habilidades práticas que reforçam o modelo neoliberal e enfraquece a educação de qualidade voltada para a classe trabalhadora (Motta; Andrade. 2020).

Por meio da obra "A Escola Não É Uma Empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público" de Laval (2019), é possível perceber que esse fenômeno não é exclusivo aos países periféricos, ocorrendo também em países onde o capitalismo está mais avançado. O autor analisa as transformações sofridas pela escola francesa sob a influência do neoliberalismo.

Apesar de a obra ser uma leitura de um fenômeno que ocorreu na França, um país de primeiro mundo, é possível traçar um paralelo entre a inserção neoliberal nas escolas francesas

e brasileiras, mesmo considerando as diferenças de contexto entre um país de primeiro mundo e um país periférico. É válido ressaltar que mesmo sendo possível traçar este paralelo devido às similaridades, não se pode perder de vista que existem diferenças importantes entre a inserção neoliberal na educação francesa e brasileira, uma vez a França possui um sistema educacional mais consolidado e com maior tradição de investimento público, o que lhe confere maior capacidade de resistir à pressão por reformas neoliberais, como a privatização do ensino. Já o Brasil, como país periférico, contendo uma história de dependência econômica e subordinação aos interesses do capital internacional, possui uma maior vulnerabilidade do seu sistema econômico e também educacional à lógica do mercado.

Feitas as devidas ressalvas, podemos observar que na obra de Laval (2019), ele analisa que a escola pública francesa está sendo submetida à lógica neoliberal, com a introdução de princípios de mercado, a ênfase na profissionalização e a busca por eficiência a todo custo. Tal transformação implica uma mudança radical na função da escola, que passa a ser vista como uma empresa prestadora de serviços educacionais a consumidores-clientes, em detrimento de sua função social e emancipadora.

Segundo o autor, a linguagem gerencial se impõe no discurso educacional, com a proliferação de termos como "eficiência", "avaliação", "competências", "gestão" e "modernização". As principais habilidades exigidas no mundo do trabalho estão adentrando na educação conduzidas por empresas que buscam lucro a qualquer custo. Adaptabilidade, habilidades de comunicação, colaboração em equipe e proatividade - entre outras competências "genéricas" - estão se tornando essenciais para garantir a competitividade empresarial. Dessa forma, a "pedagogia das competências" tem se impregnado cada vez mais no currículo, e as consequências disso são elucidadas por Laval, onde diz que

[...]todas essas ferramentas escolares subordinadas à categoria de competência, ao mesmo tempo que tecnicizam, taylorizam e burocratizam o ensino, também estabelecem progressivamente e quase automaticamente uma coerência com o mundo das empresas a partir da definição dos perfis dos postos de trabalho e das listas de competências criadas para selecionar, recrutar e formar a mão de obra. (Laval, 2019, p. 83)

Sendo assim, a entrada das empresas comandando decisões que deveriam ser pedagógicas, contribui para a desvalorização de um dos pilares da escola, os conteúdos científicos. O enaltecimento e a valorização das habilidades úteis para o mercado de trabalho levam à fragmentação do conhecimento e à desvalorização do saber crítico e reflexivo, que é fundamental para a luta da classe trabalhadora.

Os conteúdos científicos que deveriam estar no alvo da preocupação do papel da escola são colocados à margem desse processo, evidenciando que, desde a constituição da escola como instituição, a principal preocupação nunca foi a verdadeira formação humana e cultural dos sujeitos educandos.

Esses conteúdos sofreram uma secundarização com esse cenário da Pedagogia Nova, que colocou no centro o aprender a fazer, a forma como sendo um elemento mais importante do que o próprio conteúdo. Esse movimento prejudica a classe trabalhadora uma vez que tira dela o aparato necessário para a luta de classes: o conhecimento sistematizado que permite a compreensão total da realidade, da sua condição como classe explorada e permite a mobilização para mudanças sociais (Loureiro, Tozoni Reis, 2016).

Uma característica fundamental da educação escolar é a de reprodução da sociedade hegemônica, estando presente desde sua origem. A escola pública, bem como a conhecemos, teve suas origens durante o período da revolução francesa, se consolidando de fato no final do século XIX e início do século XX, quando os países desenvolvidos da Europa realizaram a reorganização e implantação de seus sistemas nacionais de educação (Cruz; Agudo, 2018). Os acontecimentos que configuram a Revolução Francesa (de 1789 a 1799), que alteraram o quadro político e social da França, são um marco histórico da passagem do modelo de organização social feudal para o burguês, com a tomada do poder monarca pela burguesia.

É em especial na França, que a discussão a respeito da escola pública se constitui como um grande debate, uma vez que acontece no interior da luta de classes, e em uma difícil fase de consolidação da república francesa. A escola pública, dessa maneira, se faz necessária para a afirmação e naturalização dos ideais burgueses, disseminando sua concepção de mundo. Em outras palavras, a burguesia francesa precisava de um sistema educacional que transformasse antigos servos em cidadãos (Cruz; Agudo, 2018). Essa afirmativa se evidencia no trecho escrito por Gilberto Luiz Alves (2015)

Entre os franceses, discuti-la não representava, pura e simplesmente, abordar uma instituição social cujo significado se esgotava na relação professor-aluno ou no conteúdo didático que levava o estudante a dominar as habilidades de ler, escrever, contar e os fundamentos da formação humanístico-científica. Tratar a instrução pública implicava considerar a escola, sobretudo, como a instituição que tinha a mais relevante função social: a formação do cidadão. Nesse sentido, ela era entendida como um recurso decisivo para a consolidação e a preservação da República, bem como para a derrota definitiva dos inimigos feudais; ela situava-se, portanto, no âmago da questão central posta pela Revolução Francesa.

Como esclarecido por Souza, Ferreira e Barros (2009), durante a consolidação da burguesia no poder, houve diversas crises e comoções sociais advindas das contradições

instituídas pelo modo de produção que se instituiu, pautado na exploração da classe proletária e pela maximização do lucro. Esses autores ainda apontam que neste período de transição, da ordem feudal para a nova ordem burguesa, a possibilidade de haver outra revolução era muito grande. Contudo, a burguesia tinha um amplo conhecimento de estratégias de luta para conter a revolta da classe proletária, já que ela própria foi revolucionária neste período anterior. A “contra-revolução”, neste sentido, não veio por meio da força e da guerra, mas por um novo instrumento, o qual os autores o qualificam como um instrumento mais eficaz e menos devastador para ambos os lados. A “contra-revolução”, destarte, viria por meio da educação, tornando o surgimento da escola pública algo inadiável (Souza; Ferreira; Barros, 2009).

Neste sentido, a burguesia que necessitava de um sistema de ensino que tornasse possível a promoção em massa de antigos servos em cidadãos, e portanto, que possuísse caráter universal, capaz de superar a ignorância, acaba desenvolvendo, dessa maneira, uma metodologia de ensino operacional e padronizada - já que considerava todas as pessoas como sujeitos iguais - tendo como atividade fim a transmissão de conteúdos (Cruz; Agudo, 2018). Tal metodologia, é designada nos dias atuais como ensino tradicional, e, apesar de ser uma metodologia de ensino amplamente criticada, ainda está bastante presente nas escolas públicas.

Para compreender melhor este movimento da escola moderna, é necessário aprofundar um pouco mais na compreensão do que significava ser servo e o que significava ser um cidadão sob esse olhar educacional. Os servos da idade média possuíam uma relação de trabalho muito ligada à terra, seu sustento vinha da terra. Então, para sobreviver ele tinha de ter conhecimentos sobre técnicas de plantio e de colheita, bem como para produção de vestimentas e outros instrumentos necessários à reprodução da vida. Tais conhecimentos eram passados de geração em geração, de pai para filho, no exercício de seu ofício e da sua forma de viver. Isso lhes bastava, pois sua condição naquela época era única e exclusivamente de sobreviver e servir o seu senhor feudal.

Contudo, uma vez que este sistema de servidão entra em crise, com o declínio monarca e a tomada do poder pela burguesia, a forma com que esses homens se relacionam com o trabalho também muda. O cultivo da terra deixa de ser o centro de trabalho, dando espaço para, inicialmente manufaturas, depois indústrias que crescem cada vez mais. Muitas pessoas deixam de morar nos campos e vão para as grandes cidades. Para conseguir emprego nas indústrias, era necessário possuir um conhecimento básico sobre as novas tecnologias, advindas dos conhecimentos técnicos e científicos desenvolvidos naquela época. Neste sentido, se tornava indispensável para o cidadão que estava se formando naquela época, conhecer os rudimentos do saber científico, e era a escola moderna o espaço destinado a fornecer este conhecimento

(Alves, 2015). Certamente, a forma com que este conteúdo será transmitido fará toda a diferença.

Não é nenhuma novidade que as ideias da revolução francesa de liberdade, igualdade e fraternidade são belas, mas como elas se colocam na realidade concreta? Tomadas como slogan, se realizam apenas no campo da retórica, pois, no dia a dia não existia homem livre, nem igualdade e muito menos fraternidade. Os homens eram livres para vender sua força de trabalho, e eram iguais unicamente frente a esta dimensão de potenciais forças de trabalho. Aliás, para quem vende sua força de trabalho para garantir seu sustento, como seria possível dedicar seu tempo à escola? Quem efetivamente pode dedicar seu tempo à escola?

Ademais, o conhecimento fornecido pela escola moderna não tinha como objetivo formar cidadãos livres e esclarecidos, quem era servo, agora é trabalhador, e seu conhecimento deveria ser suficiente para executar funções demandadas pelo mercado de trabalho. O conhecimento científico que era fornecido pelas escolas modernas não se estabelecia diante de uma discussão de como aquele conhecimento era produzido, qual a relação histórica entre aquele conhecimento e a sociedade que o produziu, muito menos com a relação filosófica entrelaçada na produção deste saber. O conhecimento científico presente nas escolas modernas, e que ainda perdura no tempo através da pedagogia tradicional, era tratado como um produto pronto e acabado, não era (como não é) apresentado como um conhecimento vivo, que está em plena construção e suscetível a mudanças. Era necessário que as pessoas aprendessem aquilo que foi produzido, não como e porquê (Alves, 1996). Era necessário que as pessoas superassem a ignorância de não saber (Saviani, 2002).

Uma característica marcante desse sistema de ensino, ao pretender ser padronizado e universal, é subjugar as formas de aprendizado da multipluralidade de pessoas como um só, ou seja, as pessoas aprendem de uma única maneira. Não importava quem era a pessoa e quais vivências ela teve, como muito bem elucidado por Paulo Freire (1981), ao construir o conceito de educação bancária, as pessoas eram percebidas como espaços vazios onde os conhecimentos eram depositados. Nesta concepção há um padrão de como ensinar, bem como sobre o que ensinar, o que dá origem ao que compreendemos hoje como conteúdo curricular (Saviani, 2005).

Devido a esse caráter padronizado e operacional, este modelo prejudica o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que estabelece um distanciamento entre a realidade dos educandos e o conteúdo a ser ensinado, pois trata dos conteúdos científicos como conhecimentos isolados e sem contextualização histórica. Essa ausência de objetividade

culmina em um saber sem significado, não colabora para que o indivíduo se perceba como um agente de seu tempo, capaz de agir e pensar sobre seu meio (Saviani, 2005).

Todavia, não podemos desconsiderar que a escola cumpre o seu papel de origem que consiste na reprodução da sociedade na qual ela se insere. Tal afirmação, defendida pelos teóricos críticos-reprodutivistas, categoria criada por Dermeval Saviani em sua obra “Escola e Democracia”, que afirmam que a função da própria educação - realizada pela escola - tem se limitado a reproduzir a sociedade capitalista

“Tais autores consideram que a escola tinha, nas origens, uma função equalizadora, mas que atualmente se torna cada vez mais discriminadora e repressiva. Todas as reformas escolares fracassaram, tornando cada vez mais evidente o papel que a escola desempenha: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista” (Saviani, 2002, p.16).

Neste sentido, quando avançamos na compreensão histórica do surgimento da escola e de sua função na sociedade moderna, se comportando como um aparelho ideológico do estado, como esclarecido por Althusser em 1977, e como violência simbólica, como esclarecido por Bourdieu e Passeron em 1975, podemos fazer a seguinte pergunta: o fim trágico da escola, de tão somente reproduzir e naturalizar os ideais hegemônicos é o seu único fim? Saviani define os que pensam assim como pobres de dialética. Ora pois, tudo é passível de transformação.

Saviani tece diversas críticas à teoria da reprodução, sustentada por Bordieu, a qual argumenta que a educação, em uma sociedade capitalista, serve primariamente para reproduzir as relações de poder e as desigualdades sociais. Reconhece a importância da teoria da reprodução, especialmente no contexto da crítica à ditadura militar e à pedagogia tecnicista no Brasil. Saviani concorda que a educação, de fato, possui uma função reprodutora, no entanto, discorda da visão mecanicista e a-histórica presente nessas teorias. As teorias da reprodução, segundo ele, enxergam a sociedade capitalista como um sistema estático e imutável, no qual a educação serve apenas para perpetuar a dominação. Essa visão, para Saviani, é mecanicista e não dialética, pois ignora as contradições internas da sociedade capitalista e o potencial da educação para a transformação social. Saviani argumenta que, ao se concentrar apenas no aspecto reprodutivo da educação, a teoria da reprodução não oferece alternativas para a prática educativa. Ela se limita a constatar a função reprodutora da educação, sem indicar caminhos para a superação dessa condição.

além de críticas, as teorias em questão são reprodutivistas, no sentido de que chegam invariavelmente à conclusão de que a educação tem a função de reproduzir as relações sociais vigentes. Sendo assim, essa concepção não apresenta proposta pedagógica, além de combater qualquer uma que se apresente. Assim, dada uma sociedade capitalista, sua educação reproduz os interesses do capital (p. 78).

A partir dessa ideia, conforme Mészáros (2008, p. 47), “romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificada por uma alternativa concreta abrangente”.

Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica, proposta por Saviani, propõe alguns caminhos de forma a nos guiar em direção às mudanças desejadas de ruptura com a lógica neoliberal dominante na sociedade e na educação e a construção de um modelo educacional que passe a atender aos interesses da classe trabalhadora.

Esses interesses dizem respeito à qualidade de vida e de trabalho, com distribuição justa dos recursos produzidos pelo trabalho coletivo, acesso igualitário à terra, moradia, alimentação de qualidade, saúde, segurança, lazer; condições que não são possíveis de serem alcançadas em um modelo de sociedade que perpetua historicamente uma contradição entre classes, em que uma pequena parcela da população domina todos os recursos e explora a maior parcela da população, a classe trabalhadora.

Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica assume o compromisso de formar os filhos da classe trabalhadora para lutar pelos seus direitos e necessidades. Para que isso aconteça, é fundamental que essas pessoas compreendam a realidade por meio da história de seu povo: indígenas, escravizados, quilombolas, todos os povos que foram e continuam sendo explorados e marginalizados.

Essa discussão é objeto de estudo da Educação Ambiental Crítica (EAC), que se embasa na Pedagogia Histórico-Crítica porque compreende que uma educação para o ambiente só é válida do ponto de vista pedagógico e político se considerar a divisão antagônica entre classes existente na sociedade como o cerne dos problemas socioambientais, superando visões individualistas e conservacionistas, predominantes quando se fala em Educação Ambiental.

Neste sentido, a defesa do ambiente e de todos os seres vivos que nele habitam, está atrelada à defesa dos interesses da classe trabalhadora e ambos passam por combater a exploração da terra e do trabalho que causa a morte ou a drástica diminuição da qualidade de vida da maioria dos seres vivos em prol da acumulação de riqueza de uma minoria de pessoas.

Há diferentes caminhos possíveis para a construção de um processo pedagógico que visa a compreensão da realidade sob um olhar histórico do ponto de vista das pessoas exploradas. Para a Pedagogia Histórico-Crítica, que possui sua fundamentação teórico-filosófica Marxista, e compreende a educação como processo de humanização, a garantia de apropriação do conhecimento universal produzido historicamente deve ser direito de toda pessoa. A forma como este processo vai se dar também é alvo de preocupação. Assim, a prática pedagógica histórico-crítica volta sua atenção para uma relação coerente entre conteúdos,

formas e objetivos de ensino defendendo uma estreita relação entre o processo pedagógico e a prática social, ou seja, que parte daquilo que é experienciado concretamente na realidade dos estudantes, como sujeitos empíricos, mas que justamente amplie seus horizontes para uma compreensão filosófica a partir da relação com o conhecimento sistematizado. É necessário que o processo pedagógico tome como ponto de partida um problema ou uma situação vivenciada pelo coletivo de educandos, um problema legítimo que, ao ser problematizado e ampliado na relação com o conhecimento teórico, acuse sua condição de explorado e que possibilite sua instrumentalização, com vistas a contribuir para sua emancipação.

Neste sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica assume a importância da socialização e assimilação dos conteúdos científicos, os conhecimentos sistematizados pela humanidade ao longo da história, como condição de libertação, pois o domínio da cultura é essencial para este processo. Todavia, os conteúdos científicos não são o fim para esta pedagogia, mas sim os meios. É por via da assimilação dos conteúdos científicos que é possível superar o caráter aparente da realidade e alcançar a consciência filosófica. Assim que a aparência é o ponto de partida do conhecimento, ela também não esgota aquilo que é o fenômeno, ao mesmo tempo que a aparência revela, ela também oculta (Marx, 2004).

Para Saviani, a consciência filosófica está relacionada ao processo de reflexão crítica que ultrapassa o senso comum e busca compreender a realidade em sua totalidade, indo além das aparências e das explicações imediatas. Neste sentido, somente conhecendo sua condição de alienação e as condicionantes que o mantém nessa condição, que estão para além do mundo aparente, que o indivíduo pode buscar formas efetivas de alcançar sua emancipação.

Embora diversos trabalhos e pesquisas a respeito dessas discussões tenham sido produzidos e publicados nas últimas décadas, a inserção da EAC no currículo escolar ainda é um grande desafio. Alguns autores e autoras (Junqueira, 2014; Loureiro, Tozoni Reis, 2016; Maia, Teixeira, 2015) defendem que um caminho para a inserção da EAC no currículo escolar é por meio da formação de professores(as), por acreditarem que estes são os agentes centrais na produção das práticas pedagógicas. Alinhado a isso, também se discute sobre a importância de se delimitar os conteúdos da EAC. Esses conteúdos devem ser selecionados para promover a compreensão crítica das relações entre sociedade e natureza, tendo como base a história e transformação das relações sociedade-natureza, bem como problemas ambientais em contextos locais e globais.

Sendo assim, é importante que questões socialmente legítimas sejam trabalhadas, mas igualmente que sejam também melhor identificadas. Um caminho para identificação e organização de questões da prática social, elementos importantes para prática pedagógica

histórico crítica, podem ser levantadas por meio de pesquisas coletivas como mapeamentos ambientais, como definido por Meyer (1991), ou cartografias sociais, uma vez que a partir da identificação dessas questões torna-se possível produzir conhecimento sobre elas. Quanto mais avançamos no conhecimento das questões presentes na prática social e de suas condicionantes, mais avançamos nas suas compreensões concretas, ampliando as possibilidades de suas transformações. Dessa forma, o processo pedagógico que se inicia na prática social dos envolvidos se finda novamente na prática social, tendo como objetivo não o simples conhecimento pelo conhecimento, mas sim o conhecer para transformar.

Dito isso, os caminhos pelos quais deram origem ao presente trabalho seguem os movimentos do grupo JACI de Educação Ambiental da UFLA. O grupo tem como objetivo discutir as relações humanas com o ambiente, contemplando as esferas da história natural e a história social, por conta da pandemia passou boa parte se dedicando a estudos teóricos, boa parte deles relacionado à Pedagogia Histórico-Crítica, que fundamenta pedagogicamente o coletivo. Ao final da pandemia, havia um desejo muito forte de se aproximar de questões interligadas às comunidades escolares, para assim discutir questões presentes nos nossos entornos, de forma a desenvolver um trabalho de Educação Ambiental Crítica a partir dos contextos locais e práticas sociais da população lavrense. Seguindo assim, diversas atividades foram realizadas para conhecer e identificar os problemas socioambientais presentes em algumas das comunidades escolares na cidade de Lavras - com as quais mantemos parceria -, a fim de tratar dessas questões na formação inicial e continuada de professores. Cabe então reconhecer que a escolha de se discutir drogas não surgiu de uma vontade individual de se abordar o tema, mas sim por ser uma questão social viva, não só num contexto global, mas de legitimidade local e que carece de discussões.

1.2 AS DROGAS COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: POR QUE DISCUTIR SOBRE DROGAS?

No primeiro semestre do Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Ambiental (PPGECA) da Universidade Federal de Lavras é ofertada uma atividade obrigatória chamada “Estágio Docência”. Ela tem como finalidade contribuir com o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a educação e a docência, de forma a contribuir com a atuação dos futuros e futuras professoras.

Uma das atribuições deste Estágio era acompanhar a prática pedagógica de um professor ou professora da graduação, desde que tais práticas tivessem a intencionalidade de tematizar,

discutir a educação e/ou práticas de ensino, questões tão necessárias para a formação docente. Neste sentido, deveríamos realizar observações do que estávamos acompanhando e, concomitantemente, discutir tais observações semanalmente em nossas reuniões, junto de reflexões feitas através de leituras propostas pela professora que ministrava tal atividade.

Conforme sugerido no curso de Estágio Docência, deveríamos procurar uma professora ou um professor para acompanhar suas regências. Assim, entrei em contato com uma professora do curso de Ciências Biológicas da UFLA, a fim de acompanhar suas práticas docentes. A professora estava como responsável pelos Estágios Supervisionados I, II e III do curso. Neste caso, deveria optar por acompanhar um dos três estágios, mas como dispunha de tempo livre, decidi acompanhar todos os três.

Os estágios supervisionados desse curso são realizados nas escolas e na universidade. Os estagiários graduandos vão até as escolas, onde fazem observações, realizam regências, vivenciam experiências, conversam com professores, demais trabalhadores e estudantes, realizam pesquisas. Concomitantemente, na universidade, há reuniões de estudos, leituras e análises das experiências vividas nas escolas - assim como ocorre na atividade de Estágio Docência. Desse modo, muitas questões e assuntos são levantados pelos estagiários, que vão variando de acordo com o contexto da realidade e do momento daquelas escolas.

O curso de Ciências Biológicas da UFLA contempla quatro estágios supervisionados. Todos os quatro estágios se estabelecem nesse molde, no entanto, cada um deles apresenta um foco e objetivo próprios: o primeiro estágio busca uma compreensão histórica do trabalho docente nas escolas, tendo um foco no professor ou professora e sua práxis social. O segundo procura ampliar o espectro de visão e focaliza a escola como um todo, busca aproximar dos documentos oficiais que guiam as práticas, observar e analisar o funcionamento e organização escolar a partir de um olhar histórico para sua constituição e para as tendências pedagógicas presentes nas escolas brasileiras. O terceiro estágio é focalizado no ambiente escolar (incluindo seu entorno) busca compreender o meio em que a escola está inserida e os condicionantes históricos, sociais e culturais que a circundam. O quarto estágio busca uma síntese de todos os estágios, e seu foco está direcionado para a participação social e formação para a cidadania.

Para este trabalho que vos apresento, irei brevemente evidenciar minhas vivências com as atividades do estágio supervisionado III, as quais foram gênese deste trabalho. Como dito, este estágio se propõe a compreender o meio em que a escola está inserida e suas condicionantes. Neste sentido, pode-se considerar que se preocupa em conhecer a prática social, já que ela é fundamental para o conhecimento do ambiente. Conhecer a comunidade escolar é uma forma de compreender a realidade daquele local e as demandas daquela comunidade, o que

pode possibilitar levar essas questões para dentro da escola e promover um ensino significativo que se relacione com a realidade dos indivíduos ali presentes. A forma com que este estágio é concebido me chamou muita atenção, pois busca alinhar teoria e prática, abarcando os três pilares da universidade: pesquisa, ensino e extensão. Para isso, é adotada como método de formação de professores e professoras a pesquisa-ação-participativa no ambiente escolar e comunitário, uma forma de desenvolver a formação em Educação Ambiental - num viés crítico e contextualizado.

Diversos estudos mostram que os conteúdos da Educação Ambiental abordados nos currículos escolares não são atrelados à realidade social, são tratados de forma desconexa, descontínua, que não considera os condicionantes históricos e sociais (Neves; Festozo, 2011, Trajber; Mendonça, 2006). Assim, questões fundamentais à sociedade de classes em que vivemos não são colocadas como conteúdos curriculares e muitas vezes podem passar despercebidas em toda formação de um estudante.

Na perspectiva adotada no Estágio III, a prática social é o ponto de partida e de chegada do processo educativo: é partindo dela que a educação faz sentido, trabalha com o concreto, com o material e com o histórico. O que está presente na realidade são os elementos e fenômenos da vida cotidiana. Durante o processo de ensino, muitas discussões são feitas em busca de evidenciar e aprofundar os diversos fatores que compõem este cenário, em suas contradições, colocadas pelo modo de produção da vida capitalista. Consideramos que, desde que aprofundados, estes elementos podem ser objetos de luta da classe trabalhadora, ou seja, devem ser apreendidos por aqueles que fazem parte dessa classe. O processo educativo, portanto, deve auxiliar nessa compreensão aprofundada da prática social pela classe trabalhadora que estuda nas escolas, partindo do que eles entendem sobre a prática social e aprimorando essa visão, em contato com o conhecimento científico, retornando, assim, à prática social, porém, com uma compreensão mais aprofundada sobre ela (Saviani, 2015).

No campo da Educação Ambiental embasada na Pedagogia Histórico-Crítica, o ambiente é compreendido como um produto de relações sociais e históricas e há um compromisso com a formação de sujeitos que compreendam essas relações e busquem a construção de uma sociedade mais sustentável do ponto de vista histórico, político e social (Loureiro; Trein; Tozoni-Reis, 2009).

Tendo em vista essas considerações, a pesquisa na formação de professores é um importante meio de contribuir com essa formação histórica e política atrelada à prática social. Ela pode contribuir para a construção de um olhar e modo de trabalho coletivo, questionador, preocupado com a prática social, de forma a promover a participação ativa dos pesquisadores,

educadores e direciona a uma educação emancipatória e transformadora, questionando o modelo tradicional de constituição da escola e da formação de professores e professoras (Pimenta, 1995, Demo, 2011).

A pesquisa participante é um tipo de pesquisa qualitativa em que os sujeitos pesquisadores participam ativamente da pesquisa, compartilhando vivências com os sujeitos pesquisados. Os pesquisadores e as pesquisadoras participam de todo o processo da pesquisa, desde a definição do problema, coleta e análise dos dados (Severino, 2017).

A pesquisa na formação de professores(as) pode permitir uma formação reflexiva e crítica de sua própria prática, com um olhar investigativo. Essa postura de professores(as) pesquisadores(as) contribui para uma maior articulação entre teoria e prática e entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma compreensão mais complexa da realidade, tornando os sujeitos mais conscientes sobre ela e propiciando uma atuação transformadora (Demo, 2011).

Uma das formas de buscar esse conhecimento da realidade local é por meio do mapeamento ambiental, proposto pela autora Meyer (1991), que tem como objetivo observar e analisar diferentes aspectos que compõem os ambientes sociais: moradias, saneamento, transporte, lazer, manifestações culturais, dentre outros.

Para Meyer, o mapeamento ambiental significa

“um inventário, um levantamento e um registro da situação ambiental do bairro e da cidade em seus múltiplos aspectos como: saneamento (água, esgoto e lixo), energia elétrica, transporte, tipos de moradia e materiais de construção, flora e fauna, recursos hídricos e minerais, indústria e comércio, organização social do trabalho, serviços de saúde, patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, áreas de lazer, agricultura, pecuária, hábitos alimentares e crenças. Enfim, inventariar as relações sociais que os seres humanos vão estabelecendo entre si e os demais seres vivos, quem se apropria e como se apropria dos elementos naturais (água, ar, terra, fogo), do céu, da flora e da fauna”. (1991, p. 43)

No primeiro semestre de 2022, a pesquisa-ação-participativa no terceiro estágio do curso de Licenciatura em Biologia da UFLA foi desenvolvida em um cenário de pós-pandemia (se é que podemos denotar assim esse período). Em paralelo, as atividades escolares estavam paralisadas devido ao movimento grevista, realizado por professores e professoras do ensino básico de Minas Gerais, lutando para o efetivo pagamento do piso salarial durante o mandato do Governador Zema (2019-2023).

Como não havia a possibilidade de os e as estudantes vivenciarem atividades nas escolas, a pesquisa-ação-participativa foi realizada com objetivo de conhecer o ambiente do

entorno da comunidade escolar, com o intuito de buscar maior compreensão da prática social, o que embasa os trabalhos pedagógicos desenvolvidos nas escolas.

Assim sendo, foram realizadas visitas à comunidade, entrevistas com moradores locais e reuniões para serem debatidos os relatos de experiência dos estudantes que realizaram a pesquisa. Todas as atividades foram elaboradas e discutidas previamente em sala de aula.

Durante as discussões a respeito das entrevistas com as e os moradores locais e com trabalhadoras e trabalhadores da escola, um tema esteve bastante presente: a questão das drogas. Seja na região da comunidade escolar, seja no ambiente da própria escola. Apesar de a pesquisa neste estágio não ter tomado a questão das drogas como foco, essa questão permaneceu presente em outros espaços educacionais constituídos pelos pesquisadores, como em outras disciplinas do curso e grupo de estudos, sendo assunto de discussões e estudos.

Não é muito difícil perceber que as drogas não são uma questão exclusiva daquele local. Apesar de sua popularidade e relevância, sendo um problema comum em todo o Brasil, discutir a respeito do tema nas escolas ainda é um tabu. O tema é gerador de questões polêmicas e controversas e como a maioria dos temas polêmicos e controversos, não é abordado no currículo escolar de forma ampla e crítica.

Quando temas como a questão de drogas, geradores de polêmicas e controversas, não são abordados e debatidos de forma ampla, buscando compreender os aspectos científicos, tecnológicos, sociais e ambientais que compõem suas problemáticas, a fim de munir os indivíduos de conhecimentos científicos para pensarem mais profundamente a respeito dessas questões (para além do aparente), há o favorecimento do pensamento hegemônico sobre o tema, que é proibitivo e conservador. Desse modo, há um fortalecimento da estrutura social pautada na divisão de classes, que amplia o domínio da cultura e dos meios de produção por parte da classe dominante, ao passo que condena a classe popular à sua exploração, mantendo-a submissa sob seus interesses. Em especial para o caso das drogas, onde há uma intensa marginalização e repressão por parte do poder policial, o resultado é ainda mais grave, ocasionando no extermínio de diversos jovens, em grande maioria jovens e periféricos.

Considerando que as drogas fazem parte da prática social de muitos jovens que frequentam as escolas públicas brasileiras, sendo este um problema vivo e bastante controverso, abordado muitas vezes de forma superficial, sem levar em consideração as esferas políticas, sociais e científicas, o presente trabalho se empenhou em discutir sobre a questão na formação de inicial e continuada de professores(as), acreditando que este poderia ser um caminho para a formação de professores(as) que compreendam a realidade de maneira histórica e crítica, auxiliando na construção de práticas pedagógicas críticas e transformadoras.

O presente trabalho tem como problema de pesquisa: como o tema drogas vêm sendo abordado na educação no Brasil? Como possibilitar uma formação que contribua para uma compreensão mais profunda e crítica e para o enfrentamento do problema?

Nosso objetivo aqui será discutir as potencialidades da discussão sobre drogas como um conteúdo da EAC, a partir de uma abordagem pautada pela Pedagogia Histórico-crítica. Sendo assim, ele se divide em dois artigos, o primeiro, intitulado ““DROGAS” COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIÁLOGOS ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA”, tem como problema de pesquisa a pergunta: *como a abordagem crítica sobre as drogas pode auxiliar na compreensão da relação entre sociedade e natureza no sistema capitalista?*”

O segundo artigo, intitulado “PRODUÇÃO E ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA NOS MOLDES DE UM MINICURSO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) COM UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CRÍTICA SOBRE O TEMA DE DROGAS”, tem como problema de pesquisa a pergunta: *“como produzir uma prática pedagógica histórico-crítica sobre as drogas na formação de professores(as)?*”

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. L.** *A produção da escola pública contemporânea*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- CARVALHO, C. H. A. de.** A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, p. 761-776, 2013.
- CHAVES, V. L. J.** Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 481-500, 2010.
- CRUZ, L. G. Z.; AGUDO, M. M.** O histórico da escola pública moderna, sua configuração contemporânea e função social. *Roteiro*, v. 43, n. esp., p. 77-99, 2018.
- DEMO, P.** *Metodologia científica em ciências sociais*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- FÁVERO, A. A.; BECHI, D.** O financiamento da educação superior no limiar do século XXI: o caminho da mercantilização da educação. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 3, n. 1, p. 90-113, 2017.
- FREIRE, P.** *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- JUNQUEIRA, J. N.** *Por uma educação ambiental histórico-crítica na escola*. 2014.
- LAVAL, C.** *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LOUREIRO, C. F. B.; TOZONI-REIS, M. F. de C. Teoria social crítica e pedagogia histórico-crítica: contribuições à educação ambiental. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, p. 68-82, 2016.

LOUREIRO, C. F. B.; TREIN, E.; TOZONI-REIS, M. F. de C.; NOVICKI, V. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. *Cadernos Cedes*, v. 29, n. 77, p. 81-97, 2009.

MAIA, J. S. da S.; TEIXEIRA, L. A. Formação de professores e educação ambiental na escola pública: contribuições da pedagogia histórico-crítica. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 15, n. 63, p. 293-305, 2015.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MEYER, M. Educação ambiental: uma proposta pedagógica. *Em Aberto*, v. 10, n. 49, 1991.

MIRANDA, P. R.; DE AZEVEDO, M. L. N. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? *Educ. Form.*, v. 5, n. 3, p. e1421-e1421, 2020.

MOTTA, V. C. da; ANDRADE, M. C. P. de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. e224423, 2020.

NEVES, J. P.; FESTOZO, M. B. Problematizando a formação de professores educadores ambientais. *Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 6, 2011.

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática. *Cadernos de Pesquisa*, n. 94, p. 58-73, 1995.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2002.
_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SILVA, M. A. da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. *Linhas Críticas*, v. 11, n. 21, p. 255-264, 2005.

SILVA, M. de L. da; COELHO, F. A educação sobre drogas no Brasil diante do novo ordenamento legal. *Linhas Críticas*, v. 28, 2022.

SOUZA, P. R.; FERREIRA, M. M. D. M.; BARROS, M. S. F. História da criação da escola pública como instrumento da formação da educação burguesa. In: *Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)*, 9., 2009, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

TONET, I.; LESSA, S. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2008.

TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. *Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

Artigo I: “DROGAS” COMO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIÁLOGOS ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA

1. INTRODUÇÃO

As drogas representam um problema social crescente, complexo e mal resolvido, afetando múltiplas dimensões da vida em sociedade, especialmente em países como o Brasil. A atual política de drogas, moldada pelas convenções internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), ainda prioriza a proibição como solução para combater o consumo e o tráfico de drogas. No entanto, essa abordagem tem mostrado resultados insatisfatórios, com aumento do consumo, na violência urbana, na superlotação de presídios e no fortalecimento de mercados ilegais, especialmente em nações em desenvolvimento (De Azevedo; Cruz, 2015; Dos Reis et al., 2018). Em vez de proteger a população, como afirmam as intenções da ONU, essas políticas ampliam as desigualdades sociais e econômicas, gerando impactos desproporcionais sobre as classes mais vulneráveis.

No Brasil, esse cenário é particularmente grave. O país possui um dos maiores sistemas prisionais do mundo, com aproximadamente 820 mil pessoas encarceradas, das quais cerca de 30% foram presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas (DEPEN, 2023). O perfil racial e socioeconômico das pessoas afetadas revela a seletividade da repressão: pesquisas como a da Agência Pública (2017) comprovam que jovens pretos e pardos são mais suscetíveis a serem presos por tráfico, mesmo quando portam menores quantidades de drogas, em comparação com jovens brancos (Sinhoretto, Zilli, Couto, 2024; Agência Pública, 2019).

A Lei de Drogas 11.343/2006, que minimiza a pena para usuários e intensifica para traficantes, é amplamente criticada pela falta de clareza entre os dois perfis, abrindo margem para interpretações judiciais subjetivas, que perpetuam a marginalização de grupos específicos. É o que nos mostra uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que indica que número de réus negros em crimes por tráfico de drogas no Brasil é duas vezes superior ao de brancos (IPEA, 2024).

Além disso, o custo da chamada "guerra às drogas" é exorbitante. No estado do Rio de Janeiro e em São Paulo, o gasto anual com essa política ultrapassa R\$ 5 bilhões (Projeto Colabora, 2021)². Esses recursos poderiam ser utilizados para políticas públicas de saúde e educação, o que evidencia um grande desperdício financeiro e social ao se priorizar a repressão

² <https://projetcocolabora.com.br/ods16/quanto-custa-proibir-as-drogas/>

em vez da prevenção ou do tratamento. Países europeus que adotaram políticas antiproibicionistas, como Portugal, Holanda, Suíça, Espanha, Itália e Luxemburgo, demonstram que descriminalizar o consumo e tratar a questão como um problema de saúde pública pode ser uma solução mais eficaz e menos onerosa (De Azevedo; Cruz, 2015). Essas experiências sugerem que a abordagem repressiva não apenas falha em atingir seus objetivos, como também amplia as desigualdades sociais e econômicas no contexto capitalista.

A política proibicionista reflete não apenas o controle sobre o consumo, mas também a manutenção das desigualdades inerentes à sociedade capitalista. Ao vincular o uso e tráfico de drogas às classes mais marginalizadas, a estrutura social vigente reforça o controle sobre essas populações, mascarando o verdadeiro problema: a exploração econômica que se perpetua no sistema capitalista (Carneiro, 2002a; Carneiro, 2002b). Essa dinâmica é observada na maneira como a repressão às drogas alimenta o ciclo de violência, corrupção e marginalização, beneficiando elites econômicas que se mantêm no controle do narcotráfico e dos mecanismos de repressão estatal. A criminalização do uso de drogas, principalmente entre os setores mais pobres da sociedade, é um exemplo de como as políticas públicas são usadas para sustentar o status quo, perpetuando a exploração social e econômica.

Nesse contexto, é indispensável uma reflexão crítica e uma abordagem ampla que vá além do proibicionismo e considere alternativas que efetivamente promovam justiça social. A experiência de países que adotaram estratégias de descriminalização e legalização evidencia a necessidade de políticas públicas que incluam a participação da sociedade civil e tratem a questão das drogas como um problema de saúde pública, e não de segurança. Diante deste cenário, compreendemos que a complexidade da questão das drogas exige uma abordagem ampla e integrada (Dos Reis *et. al.*, 2018).

No contexto educacional, a discussão aberta sobre o tema é ainda um tabu. Embora documentos reguladores como o Plano Nacional de Políticas Sobre Drogas (PNAD, 2022) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) tratem do tema, eles tendem a priorizar uma abordagem focada na abstinência, conscientização individual sobre os riscos do uso de drogas, evitando questões mais profundas como as implicações políticas, sociais e econômicas do tráfico e do consumo, bem como aspectos sociais e culturais do consumo e a importância de um debate democrático sobre o tema. (Silva; Coelho, 2022).

Em contrapartida a essa tendência hegemônica, vários autores, embasados teoricamente na perspectiva materialista histórico dialética, defendem a importância de uma abordagem crítica (porque histórica) sobre a realidade social que permeia a escola, como podemos citar Dermeval Saviani, precursor da Pedagogia-Histórico-Crítica (PHC).

A Educação Ambiental contribui para tal compreensão crítica da realidade e nos chama atenção para a urgência sobre a destruição da natureza, que é consequência das relações sociais capitalistas. Assim, ambiente e sociedade estão profundamente interligados e uma Educação Ambiental que não considera isso é ingênua e ou mantenedora das relações sociais atuais. Considerando a importância desse olhar social e histórico da Educação Ambiental, autores e autoras defendem a Educação Ambiental Histórico-Crítica, pautada na PHC (Junqueira, 2014); (Loureiro; Tozoni-Reis, 2016).

Apoiados nesta perspectiva teórica, acreditamos que o tema das drogas pode ser educacionalmente abordado de modo a contribuir para o entendimento das contraditórias relações sociais que prevalecem no capitalismo, objeto de estudo e atuação da Pedagogia Histórico-Crítica e da Educação Ambiental Crítica.

Sendo assim, o presente trabalho delimita como problema de pesquisa as seguintes questões: *O tema “drogas” pode auxiliar na compreensão das relações entre sociedade e natureza no sistema capitalista? De que forma? O tema “drogas” pode ser potencial conteúdo da Educação Ambiental Histórico-Crítica?*

Neste sentido, se define como objetivo central deste trabalho analisar sob a abordagem da Educação Ambiental Histórico-Crítica o tema das drogas, buscando elucidar a partir dele as relações de produção e reprodução da vida sob a lógica capitalista, de forma que possa contribuir para formação e para o fortalecimento da Educação Ambiental Histórico-Crítica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Sob uma análise crítica a respeito de documentos como a Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional de Políticas Sobre Drogas, é possível perceber o caráter reprodutivista da educação em relação à sociedade e os ideais hegemônicos nela presentes. A escola, sob o véu de uma educação neutra e meritocrática, ao invés de promover a superação de questões como a desigualdade social, as legitima e naturaliza, reproduzindo as condições que perpetuam a dominação de classe (Saviani, 2002).

Enquanto a BNCC enfatiza aspectos de prevenção e formação cidadã, com o objetivo de desenvolver “competências” que permitam aos alunos tomar decisões responsáveis e saudáveis, sem abordar diretamente os fatores estruturais ligados ao uso e ao tráfico de drogas, o PNAD tem um enfoque mais abrangente, voltado para a gestão de políticas públicas, incluindo estratégias para a redução da demanda e da oferta de drogas. Embora este documento apresente metas e objetivos para a reinserção social de usuários e para o combate ao tráfico, ele se

concentra em políticas de controle e tratamento, abordando o uso de drogas como um problema estritamente de saúde pública.

No entanto, o PNAD também evita uma análise mais profunda sobre as causas políticas e econômicas do tráfico, priorizando um enfoque na abstinência e na repressão ao tráfico. Em vez de explorar o contexto histórico que envolve a produção e o comércio de drogas, tais documentos limitam-se a orientações de caráter moral, desconsiderando a diversidade de realidades vividas pelos estudantes (Silva; Coelho, 2022).

Ao não questionar as bases materiais que as sustentam, formando trabalhadores que precisam se submeter ao mercado, a mercantilização na escola naturaliza a meritocracia e reforça a divisão social do trabalho, se configurando de maneira reprodutivista ao transmitir os valores e ideologias que servem à manutenção do status quo, mascarando as contradições e injustiças inerentes ao modo de produção capitalista (Laval, 2019).

Ao invés de ser um instrumento de emancipação, a educação se torna um mecanismo de adaptação à ordem estabelecida (Saviani, 2002). A ausência do caráter crítico na abordagem educativa, neste caso, sobre o tema “drogas” opõe-se à formação de cidadãos(ãs) conscientes, capazes de entender o impacto sistêmico das políticas de drogas e de participar de maneira ativa no debate público.

A ênfase na abstinência, presente em muitas campanhas educativas, ignora as diversas formas de consumo e os diferentes níveis de risco associados a cada substância. Essa abordagem simplista e pouco realista contribui para o descrédito das informações oficiais e abre espaço para a proliferação de mitos. Francisco Coelho (2019), em sua tese de doutorado, argumenta que a prevenção ao uso indevido de drogas deve ir além da abordagem predominantemente farmacológica presente nas discussões escolares, abrangendo também os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que envolvem a temática. O autor critica o foco restrito nos efeitos biológicos das substâncias e defende a importância de uma abordagem educacional baseada na redução de danos, promovendo um debate aberto e crítico (Coelho, 2019). Tal perspectiva, segundo o autor, é essencial para que os jovens desenvolvam senso crítico, autonomia e possam tomar decisões mais conscientes e seguras em relação às drogas, rompendo com a desinformação que ainda prevalece.

Em primeiro momento, as drogas podem não apresentar muita afinidade/familiaridade em relação às questões ambientais, que geralmente são tratadas de forma pontual e se bastando em assuntos como o lixo, reciclagem, o desperdício doméstico de água, o ambiente sob um olhar de paisagem; questões que em última instância culpabilizam os indivíduos pelo desequilíbrio ambiental (lê-se crise) (Loureiro e Cossio, 2007; Neves, 2009; Maia, 2011;

Tozoni-Reis, 2013; Cruz, 2014). No entanto, a Educação Ambiental Histórico-Crítica (EAHC) emerge como uma abordagem que transcende a mera transmissão de informações sobre o meio ambiente, buscando problematizar as raízes sociais, históricas e políticas da crise ambiental (Loureiro, 2006; Tozoni-Reis 2011). Em vez de se limitar a soluções simplistas e pontuais, como projetos em datas comemorativas, a EAHC busca empoderar os indivíduos para se tornarem agentes de transformação social e ambiental (Festozo et. at., 2018).

Nesse sentido, a perspectiva histórico-crítica da Educação Ambiental, uma vez que não se limita a conscientizar sobre os problemas ambientais, mas busca instrumentalizar os indivíduos para a ação política e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, pode abarcar as drogas como uma questão social legítima, estando diretamente interligada a relação sociedade-natureza. Caminhando assim, ressaltamos que a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) oferece um arcabouço teórico fundamental para a Educação Ambiental Crítica pois ambas compartilham da premissa de que a educação é um processo intrinsecamente político com potencial para contribuir com a transformação da sociedade (Maia, 2011; Junqueira, 2015; Peneluc, Pinheiro, 2018).

A PHC é uma abordagem pedagógica que se baseia no materialismo histórico dialético, e dessa maneira, analisa a história a partir do desenvolvimento e das condições materiais da existência humana (Saviani, 2011). A construção do homem e de suas relações ocorrem a partir das condições materiais nas quais este sujeito está inserido, o que ele é, é substancialmente influenciado por aquilo que ele produz como também pelo modo como ele produz. A construção de sua identidade, até mesmo em seus aspectos subjetivos, é edificada em imersão na relação de forças materiais objetivas (Pacífico, 2019).

Enquanto as outras espécies existentes no ambiente se adaptam a ele, tendo a sua existência garantida naturalmente, os seres humanos necessitam produzir continuamente sua própria existência. “A natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica” (Saviani, 2011, p. 6). Em lugar de se adaptar à natureza, o gênero humano adapta a natureza a si, transformando o meio no qual está inserido por meio do trabalho (Saviani, 2011). O trabalho é, dessa maneira, a ação do ser humano no ambiente, ou melhor, é o processo de transformação do ambiente por parte dos seres humanos, de forma consciente e intencional, a fim de suprir as necessidades e desejos socialmente constituídos (Nascimento Júnior, 2000). Assim, o que diferencia o ser humano de todos os outros animais é o trabalho, podendo assim afirmar que a natureza do ser humano consiste em transformar a natureza, ao mesmo passo que é transformado por ela. Conforme Nascimento Júnior (2000, p. 124) a diferença entre o processo de trabalho humano e o animal é

que o primeiro apresenta a ideia do projeto como uma etapa anterior ao trabalho concretizado, ocorrendo assim a ideia de representação. No caso do animal não existe a construção de um projeto e sim uma finalidade interna escrita em sua natureza biológica.

Sendo a produção do gênero humano uma construção histórica e social derivada de sua interação com as condições materiais fornecidas pelo meio, Maia (2011, p. 17) pontua que “a relação entre homem e natureza sempre foi mediada pela educação”. Neste sentido, Saviani define que para a PHC, a educação “é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2011, p. 13). É nessa mesma direção que a educação é compreendida como um fenômeno próprio dos seres humanos, o que significa afirmar que “ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (ibidem, p. 11).

Dessa maneira, a PHC defende que a educação escolar possui um papel fundamental na formação humana, pois permite que as novas gerações se apropriem do patrimônio cultural da humanidade, sem a necessidade de refazer todo o processo histórico. A escola, nesse contexto, assume a função de socializar o saber sistematizado, proporcionando o acesso ao conhecimento científico e contribuindo para a formação de indivíduos críticos e capazes de transformar a realidade.

Os princípios da pedagogia histórico-crítica podem ser caracterizados em uma sequência que parte da prática social, de sua problematização, visando instrumentalizar os atores sociais para que atinjam a catarse e possam dessa forma conceber uma visão sintética da realidade, permitindo atuar sobre ela com vistas a sua transformação. Entendemos que essa pedagogia permite a apropriação do saber acumulado favorecendo reflexões e ações críticas que viabilizam a autonomia e a construção de valores que culminam com o aprimoramento das relações sociais no plano genérico (Maia, 2011, p. 16).

Em vista disso, a PHC se contrapõe às teorias crítico-reprodutivistas, que consideram a educação como um mero instrumento de reprodução das relações sociais vigentes, sem oferecer propostas pedagógicas transformadoras (Saviani, 2002).

O problema, no entanto, que os educadores enfrentavam extrapolava esse âmbito, porque a questão central era justamente como atuar de modo crítico no campo pedagógico, como ser um professor que, ao agir, desenvolve uma prática de caráter crítico. A teoria crítico-reprodutivista não pode oferecer resposta a essas questões, porque segundo ela, é impossível que o professor desenvolva uma prática crítica: a prática pedagógica situa-se sempre no âmbito da violência simbólica, da inculcação ideológica, da reprodução das relações de produção. Para cumprir essa função, é necessário que os educadores desconheçam seu papel; quanto mais eles ignoram que estão reproduzindo, tanto mais eficazmente eles reproduzem. Consequentemente, não há como ter uma atuação crítica, uma atuação contrária às determinações materiais dominantes; o

professor pode até desejar isso, mas é um desejo inócuo, porque as forças materiais não dão margem a que ele realize. (Saviani, 2011, p. 16).

Para essa abordagem, a educação não deve ser um processo alheio às questões concretas da vida cotidiana, mas sim uma ferramenta para a problematização dessas realidades. O objetivo é promover a reflexão crítica sobre essas questões para que possam ser compreendidas em sua raiz histórica e solucionadas de maneira coletiva, visando a transformação social.

A transformação social se inicia com a análise crítica da prática social, a qual abarca as questões vivenciadas pela sociedade em seu modo de produzir a vida. Essa problematização da realidade, permeada pelas contradições e mazelas sociais, é um importante ponto de partida para a construção do conhecimento e a busca por soluções. A partir da identificação das questões que emergem dessa prática social, o processo educativo, mediado pela apropriação do saber sistematizado, instrumentaliza os indivíduos para a superação da visão ingênua e fragmentada da realidade. É por meio da análise crítica da realidade imediata, e não por sua mera reprodução, que a PHC se propõe a construir um conhecimento significativo e transformador.

Assim, o processo educativo vai além da mera transmissão de conteúdos, buscando formar sujeitos capazes de intervir conscientemente na realidade, superando as contradições presentes na sociedade capitalista. Contudo, a implementação da educação ambiental crítica nas escolas enfrenta diversos desafios, como a predominância da "racionalidade técnica" na formação docente.

“Afirmamos que, de forma geral, a literatura sobre Formação de Professores denuncia a perspectiva da racionalidade técnica, entendendo que esta separa teoria e prática da pesquisa em educação da realidade escolar, formando professores que desconhecem a complexa realidade da escola. Neste sentido, a formação técnica não contribui para a construção de conhecimentos e métodos que possibilitem o ato didático-pedagógico, para dar conta das contradições da escola, que reflete e reproduz as contradições da sociedade” (Maia; Teixeira, 2015, p. 298).

Junqueira (2014) pontua que não há uma inserção qualitativa da educação ambiental nos currículos, sendo assim, a Educação Ambiental “caminha como que em paralelo às atividades centrais da escola, por não fazer parte do projeto político pedagógico escolar e não se configurar como conteúdo nuclear nas disciplinas” (p. 11). Sendo assim, defende que uma das vias para a elaboração de um currículo que permita a inserção efetiva da educação ambiental nas escolas é

por meio da seleção dos conteúdos da Educação Ambiental Histórico-Crítica (Festozo; Tozoni-Reis, 2015, Junqueira, 2014; Oliveira, 2021; Queixas, 2021).

A necessidade de delimitar os conteúdos da educação ambiental se dá uma vez que a compreensão da realidade socioambiental, em sua complexidade e totalidade, é fundamental para a transformação social e a superação da crise ambiental (Loureiro, 2009; Junqueira, 2014; Oliveira, 2021). Neste sentido, a escolha dos conteúdos é um ato político, pois define quais conhecimentos são considerados relevantes para a formação de cidadãos críticos e engajados na transformação da sociedade. A falta de delimitação de conteúdos pode levar a uma abordagem superficial e fragmentada da EA, focada em ações pontuais e descoladas da realidade dos alunos (Junqueira, 2014). Sendo assim, os conteúdos da EA devem ser selecionados a partir da cultura historicamente produzida pela humanidade, com foco nos conhecimentos científicos sistematizados que possibilitem a compreensão da totalidade da realidade socioambiental. Os conteúdos da EA, neste sentido, devem estar atrelados a questões socioambientais legítimas, identificadas na prática social.

Dessa forma, uma vez que a Educação Ambiental fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica busca analisar a realidade em sua complexidade, considerando as diversas dimensões que a constituem, e que as drogas, enquanto substâncias psicoativas que influenciam o comportamento humano, são parte integrante da cultura e da história das sociedades, ignorar essa dimensão da realidade significaria negligenciar um aspecto importante da relação entre ser humano e ambiente.

Sendo assim, acreditamos que a EA crítica pode contribuir para a desmistificação do tema, promovendo o debate aberto e a reflexão crítica sobre as políticas de drogas e seus impactos socioambientais.

3. METODOLOGIA

Buscando obter consonância com os referenciais teóricos apresentados até aqui, este trabalho de natureza teórica, utiliza como instrumento de análise o materialismo histórico dialético (MHD), de Marx e Engels, sendo esta uma metodologia de natureza qualitativa. A análise por meio de uma metodologia materialista histórica, como assinalado por Pires (1997), ultrapassa sem exceções pelas relações entre ser humano e natureza e suas mediações. Neste sentido, considera-se que toda a estrutura social é moldada pelo modo como a produção material da sociedade é organizada, podendo observar que todo o ambiente é formado a partir disso.

No movimento de compreender o mundo por meio de teorias, embasadas nas experiências objetivas, abrangendo desde a natureza, a origem da vida e do universo, até mesmo

a relação do ser humano com essa realidade, Alves (2010) elucida que, de modo esquemático, as teorias se dividiram em duas grandes tendências: o materialismo e o idealismo. Do ponto de vista do materialismo, a matéria é substância primeira e última para qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo, sendo assim, essa concepção filosófica aponta que primeiro vem as coisas, depois as ideias.

Para os materialistas, a única realidade é a matéria em movimento, que, por sua riqueza e complexidade, pode compor tanto a pedra quanto os extremamente variados reinos animal e vegetal, e produzir efeitos surpreendentes como a luz, o som, a emoção e a consciência. O materialismo contrapõe-se ao idealismo, cujo elemento primordial é a ideia, o pensamento ou o espírito. (Alves, 2010, p. 1)

Tendo em vista esse princípio, a construção do homem e de suas relações ocorrem a partir das condições materiais nas quais este sujeito está inserido, o que ele é, é substancialmente influenciado por aquilo que ele produz como também pelo modo como ele produz.

Nesse contexto, o trabalho adquire uma dimensão ontológica e sua importância estabelece conexões com todas as esferas sociais. Contudo, ao adotar a visão dialética presente nesta corrente teórica, é necessário contemplar as diversas formas históricas e contemporâneas de dominação nas relações entre homem, trabalho e natureza, mantendo sempre em mente a perspectiva de superação dessas relações (Pires, 1997).

É a partir desta perspectiva que surge outra diferença fundamental entre o materialismo histórico-dialético e o empirismo: se a partir da constatação objetiva da luta de classes, a história não pode ter a pretensão positivista da neutralidade. Ela deve ser ferramenta para a possibilidade da ruptura (Pacífico, 2019, p. 230).

Alves (2010) pontua que a teoria de Marx teve como base a dialética de Hegel, que compreendia que o progresso das ideias se dava pela sucessão de três momentos: tese, antítese e síntese. É válido ressaltar que a dialética de Hegel é idealista, e partia do princípio que o pensamento moldava a realidade. No quesito de superação das ideias de Hegel, para o materialismo dialético, a pretensão se dá em ser, ao mesmo tempo, “fim da filosofia e o início da uma nova filosofia, que não se limita a pensar o mundo, mas transformá-lo” (Alves, 2010, p.1)

No sentido dessa apropriação, o materialismo histórico-dialético procurou, a partir da dinâmica relacional delineada na filosofia hegeliana, mediante o processo de tese, antítese e síntese, incorporar um elemento de significância primordial à ruptura proposta nesta trajetória histórica (Pacífico, 2019).

Como é elucidado por Nascimento Júnior (2000), a concepção materialista dialética

conserva o método dialético na análise, retirando seu conteúdo metafísico, ou seja, modifica o papel do pensamento na determinação do real procurando

demonstrar que tal unidade contraditória pode ser descrita e comprovada empiricamente. A pergunta materialista dialética é: se o pensamento determina a realidade, o que determina o pensamento? A própria realidade (2000, p. 122)

Assim sendo, com a implementação do método marxiano, há como ponto de partida o real e imediato, sendo a representação inicial do todo convertido em objeto de análise, que resulta em uma apreensão de tipo superior, expressa pelo concreto pensado, por meio de processos de abstração (Alves, 2010). No entanto, como é ilustrado por Alves

Esta é a etapa final do processo, uma vez que as categorias interpretativas, as estruturas analíticas constitutivas do concreto pensado serão contrapostas em face do objeto inicial, agora apreendido não mais em sua imediatez, mas em sua totalidade concreta. Parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto, isto é, à complexidade do real que apenas pôde ser captada pelos processos de abstração do pensamento. (2010, p. 8).

Para concretizar a análise dialética, serão utilizados documentos e textos de autores(as) que discutem sobre o uso de substâncias psicoativas pelas diferentes sociedades ao longo da história da humanidade, o surgimento das políticas proibicionistas e suas respectivas implicações, bem como a fabricação do vício, a fim de compreender as condicionantes entre a relação sociedade-natureza no sistema capitalista. Neste sentido, as discussões foram organizadas nas seguintes categorias: 1) *as drogas em uma sociedade de classes*; 2) *alguns elementos históricos e culturais para ampliação da compreensão sobre as drogas*; 3) *a importância da compreensão sobre questões sociais para entendimento sobre as drogas*; 4) *lógica proibicionista como forma de controle e repressão social*; 5) *alguns elementos econômicos para compreensão das drogas: elas são um comércio lucrativo desde os tempos coloniais*; 6) *elementos políticos e culturais para compreensão das drogas: o caso da maconha e da população negra no Brasil*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 AS DROGAS EM UMA SOCIEDADE DE CLASSES

A palavra "droga" tem origem incerta, mas a hipótese mais aceita é a de que deriva do holandês *droog*, que entre os séculos XV e XVIII se referia às substâncias naturais usadas na alimentação e medicina (Coelho, 2019). Dessa forma, é válido ressaltar que inicialmente, o termo não carregava a conotação negativa que possui atualmente. Neste sentido, compreendemos que para uma ampliação na compreensão do que foram as drogas para a humanidade, é importante que reconheçamos alguns dos diversos fatores que a compõem, como questões históricas, culturais, econômicas, políticas, científicas, etc.

4.2 ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS PARA AMPLIAÇÃO DA COMPREENSÃO SOBRE AS DROGAS

Carneiro (2002b) argumenta que, antes da construção médica do vício, as drogas desempenhavam papéis importantes na cultura e na sociedade, sendo “seu uso milenar em quase todas as culturas humanas corresponde a necessidades médicas, religiosas e gregárias” (p. 3). Segundo ele,

“Não apenas o álcool, como quase todas as drogas são parte indispensável dos ritos da sociabilidade, da cura, da devoção, do consolo e do prazer. Por isso as drogas foram divinizadas em inúmeras sociedades. As formas de usos, entretanto, são regulamentadas de formas diferenciadas, e no século XX, encontramos o estatuto de uma proibição formal de certas substâncias e a aceitação de outras”(ibdem).

Souza (2018) faz um apanhado bibliográfico evidenciando a ausência de relatos de povos e culturas de diferentes períodos históricos em que não houvesse o consumo de substâncias que provocam alterações psíquicas e comportamentais. Segundo este autor, o uso de drogas está atrelado aos mais variados fins e também sempre esteve presente nas mais diversas religiões. Para as culturas antigas, não havia ruptura entre as perspectivas medicinais e religiosas, sendo consideradas como uma coisa só (AMARAL, TOROSIAN, 2008).

“As substâncias psicoativas são fundamento de quase todas as tradições religiosas em interações e ritos que produzem aquilo que chamamos de estados alucinogênicos. As culturas ameríndias consideravam, por exemplo, o peiote ou a ayahuasca como substâncias de mediações divinas com poderes visionários. Seus usos não se inscreviam em atos de desvios aos códigos morais dessas sociedades, pelo contrário, significavam a transmissão de geração para geração de sólidas tradições culturais” (AMARAL, TOROSIAN, 2008, p. 119).

Amaral & Torosian (2008) defendem que as drogas são tão importantes nas produções culturais das mais diversas sociedades que “podemos considerá-las como fundamento na história de todas as civilizações, em tudo que diz respeito à religião ou à medicina, significando acima de tudo o domínio do Homem sobre as forças da Natureza” (Amaral; Torosian, 2008, p. 119). Neste sentido, Escohotado (1997) defende que a visão dicotômica de "drogas boas" (medicamentos) versus "drogas ruins" dificultam sua compreensão. Este autor também alega que a forma mais simples de abranger o consumo de drogas seja distinguir seus usos em empregos *festivos, lúdicos e recreativos* e *curativos e terapêuticos*, apontando para a importância de se considerar o contexto social, cultural e histórico do uso de drogas, tendo em vista que o significado e a forma como as drogas são percebidas variam ao longo do tempo e entre diferentes culturas.

Uma droga não é apenas um determinado composto com certas propriedades farmacológicas, podendo receber muitos outros atributos. No Peru, as folhas de coca eram um símbolo do Inca, reservadas exclusivamente para a corte e outorgadas aos servos como prêmio. Na Roma pré-imperial, o uso do vinho era liberado aos homens maiores de trinta anos, sendo que o costume admitia executar qualquer mulher ou homem mais jovem descobertos nas proximidades de uma taberna. Na Rússia, durante meio século, beber café foi um crime punido com tortura e mutilações das orelhas. Fumar tabaco causava a excomunhão entre católicos e a amputação de membros na Turquia e na Pérsia. Até a erva-mate, usada hoje em infusão pelos gaúchos dos pampas, foi considerada uma bebida diabólica, e somente as missões jesuítas no Paraguai, dedicadas ao cultivo comercial desta planta, conseguiram convencer o mundo cristão de que suas sementes não foram trazidas à América por Satã, mas por São Thomás, o mais desconfiado dos primeiros Apóstolos. Naturalmente, os valores sustentados por cada sociedade influem nas ideias formadas sobre as drogas. Durante a Idade Média européia, por exemplo, os remédios favoritos eram a múmia pulverizada do Egito e a água benta, enquanto que as culturas centro-americanas consideravam como veículos divinos o peiote, a ayahuasca, o ololiuhqui e o teonanácatl, plantas de potência visionária, que os primeiros missionários denunciaram como sucedâneos perversos da Eucaristia. Em geral, pode-se dizer que os monoteísmos não hesitaram em entrar na dieta farmacológica ou alimentar de seus fiéis, e que o paganismo nunca irrompeu tal esfera. (Escohotado, 1997, p. 27)

Para designar substâncias que são, ao mesmo tempo, veneno e remédio, os gregos na antiguidade utilizavam o termo *Pharmakón*. Sendo assim, na dimensão de substância, não há distinção entre remédio e veneno, o que vai diferenciar uma coisa da outra é a dose (Escohotado, 1997). Dessa maneira, toda e qualquer droga se constitui como um remédio ou veneno em potencial, o fato de ser nociva ou benéfica em determinado caso depende exclusivamente da dose, do objetivo do uso, do grau de pureza da substância e das condições de acesso a esse produto e os modelos culturais de uso. “A última circunstância é extra farmacológica, ainda que atualmente tenha um peso comparável às circunstâncias farmacológicas” (Escohotado, 1997, p. 36).

O autor propõe uma definição geral de drogas fazendo uma análise sobre as coisas que ingerimos e suas assimilações. Seja por via oral, epidérmica, venosa, retal, intramuscular ou subcutânea, e que são assimiladas imediatamente e convertidas em matéria para novas células são chamadas de alimento. As que não são assimiladas de imediato, são distinguidas em dois tipos: aquelas que, como exemplo do cobre e a maioria dos plásticos, são expulsos intactos, sem exercer efeito algum sobre a nossa massa corporal ou estado de ânimo; e aquelas que provocam reação intensa. O segundo tipo compreende as drogas em geral que atuam de modo notável mesmo que absorvidas em quantidades ínfimas quando comparadas às quantidades de alimentos ingeridas diariamente. É notável que neste sentido há uma grande generalização do termo, compreendendo sua abrangência e que engloba substâncias bastante diferentes. Neste

grupo de substâncias, podem ser encontradas as que atuam de forma somática, como é o caso dos medicamentos, como também aquelas que atuam em nossos sentimentos e sensações, que são comumente taxadas de forma vulgar como drogas (Amaral; Torosian, 2008).

4.3 A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO SOBRE QUESTÕES SOCIAIS PARA ENTENDIMENTO SOBRE AS DROGAS

É a partir do século XIX, com o avanço da medicina e o desenvolvimento de drogas mais potentes, como a morfina, que se começa a construir um discurso sobre a natureza viciante e degenerativa das drogas (Carneiro, 2002b). Esse discurso se fortalece no século XX, culminando nas políticas proibicionistas e na então chamada “Guerra às drogas”, sustentada pela ilusão de que um mundo ideal, puro e pacífico é um mundo sem (certas) drogas. A “velha narrativa”, estabeleceu a falsa premissa de que substâncias como os opióides causam vício em indivíduos de todas as espécies de animais, sejam roedores ou Homo Sapiens (Alexander, 2018). Neste entendimento, após um breve contato, a via fatal da dependência é inevitável.

Todavia, os experimentos realizados com animais que embasaram essa afirmativa são controversos e deixam de considerar fatores ambientais e sociais, que contemplam a complexa relação do ser humano com a natureza (Alexander, 2018).

Bruce Alexander (2018) e sua equipe tiveram êxito em elaborar um experimento que trouxesse novas perspectivas para esta questão, demonstrando que o vício não se tratava de algo tão simples e trivial. Este grupo de pesquisadores canadenses desenvolveram aquilo que chamaram de Experimento do Rat Park (Alexander, 2018). Em contraste a experimentos anteriores, nos quais ratos eram mantidos em ambientes isolados e desestimulantes, nas minúsculas caixas de Skinner, o Rat Park foi projetado para ser um ambiente mais enriquecido e socialmente estimulante para os roedores. Os resultados do experimento sugeriram que os ratos que viviam no ambiente mais enriquecido e socialmente interativo do Rat Park eram menos propensos a consumir grandes quantidades de substâncias psicoativas, como a morfina, em comparação com os ratos mantidos em condições isoladas. A conclusão principal foi que o ambiente desempenha um papel significativo na propensão ao vício, sugerindo que fatores sociais e ambientais desempenham um papel crucial na compreensão da dependência química. Essa pesquisa teve impacto na compreensão contemporânea da dependência, destacando a importância dos fatores ambientais e sociais no desenvolvimento e tratamento do vício em substâncias.

A relação entre drogas e classes sociais no capitalismo não se limita ao controle sobre substâncias psicoativas, mas se revela também como uma ferramenta de controle social. A

criminalização do uso e tráfico afeta principalmente as populações mais vulneráveis, enquanto as elites, muitas vezes, se beneficiam tanto do tráfico como da repressão. Conforme Carneiro, “o consumo de drogas ilícitas cresce não apesar do proibicionismo também crescente, mas exatamente devido ao mecanismo do proibicionismo que cria a alta demanda de investimentos em busca de lucros” (2002b, p. 3).

No texto "A Fabricação do Vício", Henrique Carneiro (2002a) argumenta que o vício é uma construção social e política, e não uma condição inerente às substâncias psicoativas. Ele aponta que o conceito contemporâneo de vício foi moldado por discursos médicos, jurídicos e midiáticos, os quais, ao invés de tratar o uso de drogas de forma crítica e contextualizada, criaram uma narrativa simplificada e alarmista que associa o consumo diretamente à dependência e ao descontrole.

“As drogas são produtos da cultura, são necessidades humanas, assim como os alimentos ou as bebidas, podendo ter um bom ou um mau uso, assim como ocorre com os alimentos. A diferença é que um viciado em açúcar não corre o risco de ir preso, mas apenas o de perder a saúde na obesidade ou diabetes” (Carneiro, 2002a).

Segundo Carneiro, essa "fabricação" do vício foi instrumental para justificar políticas proibicionistas e para estigmatizar grupos sociais específicos, desviando o foco de questões mais amplas, como a desigualdade social e o acesso a serviços de saúde e educação. O proibicionismo, nesse contexto, consolidou o imaginário moderno sobre as drogas, onde a criminalização e a demonização dos usuários reforçaram a ideia de que o vício é um problema moral e individual, e não uma questão social. Carneiro também destaca o processo de medicalização do vício, no qual a medicina assumiu um papel central na definição e tratamento do uso de drogas. Embora esse processo tenha contribuído para o desenvolvimento de tratamentos contra a dependência, ele também reforçou a visão do vício como uma doença puramente individual, afastando o debate das causas sociais e estruturais que o sustentam.

4.4 LÓGICA PROIBICIONISTA COMO FORMA DE CONTROLE E REPRESSÃO SOCIAL

A proibição das drogas, por sua vez, funciona como um mecanismo de controle social, manifestando-se na criação de "tipos sociais" indesejáveis, como o "criminoso vendedor de drogas" e o "dependente doente", figuras concebidas para gerar medo e insegurança na sociedade. Esta abordagem, orientada por interesses políticos e econômicos, desloca o foco dos problemas sociais, como a desigualdade e a falta de oportunidades, para justificar a repressão estatal.

“O resultado do proibicionismo foi provocar a hiperlucratividade, danos à saúde pública, devido à falta de fiscalização, a militarização da produção e do comércio de certas drogas e a intromissão do aparato de segurança em esferas da vida cotidiana. A proibição mundial das drogas foi uma das invenções imperialistas que mais permitiu especulações financeiras e policiamento repressivo das populações no século XX”

A perpetuação dessa lógica beneficia a indústria armamentista, a mídia sensacionalista e setores científicos voltados para o controle dos "desviantes", fortalecendo a repressão ao invés de incentivar um debate crítico e inclusivo sobre o uso de drogas e suas implicações sociais.

“A regulamentação proibicionista no século XX, que sucedeu à defesa irrestrita do livre comércio que levara à guerra do ópio da Inglaterra contra a China, aumentou o fluxo de capitais no ramo clandestino, expandiu a demanda e gerou instituições e aparatos dependentes da existência da proibição e que sustentam a sua continuidade”.

Nesse contexto, a construção social do vício não apenas definiu fronteiras entre o uso "legítimo" e "ilegítimo" de substâncias, mas também sustentou a lógica proibicionista (Carvalho, 1996). Ao tratar o vício como um problema individual desvinculado de suas causas sociais e históricas, o discurso dominante permitiu que o Estado legitimasse a criminalização de determinados grupos sob o pretexto de preservar a ordem social. O proibicionismo, portanto, surge como uma extensão dessa construção, reforçando estereótipos e associando o uso de drogas à marginalidade e à criminalidade. Assim, o controle dos usuários de drogas transforma-se em um instrumento de regulação social, em vez de uma abordagem voltada para enfrentar as questões estruturais que envolvem desigualdade e a falta de acesso a direitos básicos (Carneiro, 2002a).

Escohotado (1997) articula, por meio da análise de diversos períodos históricos, a influência dos fatores sociais sobre o uso e abuso de substâncias, dando ênfase para a ação da proibição sobre o consumo.

“Sem dúvida, a influência que a aceitação ou rejeição de uma droga exerce sobre o modo de consumi-la pode ser tão decisiva como suas propriedades farmacológicas. Assim, enquanto o café esteve proibido na Rússia era frequente que os usuários o bebessem aos litros e entrassem em estados de grande excitação. Isso fez com que as autoridades pensassem que esta droga criasse uma ânsia irreprimível. Ainda mais evidente é o caso do ópio na Índia e na China durante o século XIX: na Índia (onde não estava proibido) um consumo muito superior per capita/ano originou um número de usuários descomedidos muito inferior ao da China (onde o consumo estava sujeito à pena de morte). Já em nosso século, a influência do regime legal sobre o tipo de usuário e de administração é observada no caso da heroína. Em 1925, antes de ser controlada, era consumida regularmente por pessoas das classes abastadas, quase sempre laborialmente ativas, com idade média superior a cinquenta anos e completamente alheias às ocorrências delituosas. Uma década depois, a

heroína passou a ser consumida regularmente por um grupo muito mais jovem, marginalizado socialmente, hostil ao trabalho e responsável pela maioria das ocorrências criminais.

Ao lado do caráter legal ou ilegal se junta o fato de muitas drogas psicoativas estarem ligadas a setores predeterminados, adquirindo com isso um tipo de rótulo. Assim, vemos que a cocaína simboliza uma droga de opulentos ou aspirantes a tal, o LSD simboliza certo paganismo preocupado com o retorno à natureza, as anfetaminas foram consumidas principalmente por donas de casa pouco motivadas, e o crack representa hoje a amargura dos americanos mais pobres. (Escohotado, 1997, p. 28)

O autor continua, elaborando uma revisão, de modo a apresentar contradições, de como determinados grupos sociais e raciais foram sendo ligados a determinadas substâncias como forma de legitimar a repressão e a opressão contra esses povos.

Conhecer a sequência temporal das reações ajuda a não confundir causas com efeitos. Antes da abolição da escravatura, nos Estados Unidos não existia o temor ao ópio, que surgiu apenas quando uma maciça imigração chinesa, destinada a suprir a mão-de-obra negra, começou a incomodar os sindicatos. Foi também o medo aos imigrantes - fundamentalmente irlandeses e judeus - que precipitou a condenação do álcool pela Lei seca. Nessa ocasião, as reivindicações políticas da população negra do sul eram muito preocupantes e a cocaína - a origem da Coca-Cola - acabou simbolizando uma droga de negros degenerados. Vinte anos depois seria a mão-de-obra mexicana, chegada um pouco antes da Grande Depressão, o fator que determinou a proibição da maconha.

A princípio, o ópio, o álcool, a cocaína e a maconha podem ser substâncias pouco recomendáveis. Mas é preciso ter cuidado ao identificá-las precipitadamente com grupos sociais e raciais. Associando o ópio aos chineses se esquece que o ópio é uma descoberta do Mediterrâneo, ligando negros à cocaína desconsideramos que, inicialmente, esta droga foi descoberta e difundida na Europa, ligando mexicanos à maconha cogitamos apenas por alto que esta planta foi levada à América pelos colonizadores, depois de um uso milenar na Ásia e na África. (Escohotado, 1997, p. 28-29)

Segundo Carneiro (2002b), o papel histórico das drogas no comércio mundial adquire importância crescente no século XX, onde o consumo de drogas atingiu sua maior expansão mercantil, ao mesmo tempo em que o proibicionismo oficial se intensificou globalmente, e que, embora mecanismos de regulamentação social do consumo sempre tenham existido em diferentes sociedades, foi apenas a partir do início desse século que surgiram legislações proibicionistas internacionais.

4.5 ALGUNS ELEMENTOS ECONÔMICOS PARA COMPREENSÃO DAS DROGAS: ELAS SÃO UM COMÉRCIO LUCRATIVO DESDE OS TEMPOS COLONIAIS

A intensificação das relações comerciais entre diferentes partes do mundo que se dão a partir do século XVI possibilitou o acesso a produtos exóticos e, até então, desconhecidos para

a maioria da população europeia (Carneiro, 2002b). Essa abertura para o "outro" e para novas experiências sensoriais contribuiu para a incorporação de novos produtos na cultura de consumo. No texto "As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX", Henrique Carneiro (2002b) traça um paralelo entre a expansão das necessidades humanas e o comércio mundial na era moderna. O autor utiliza a definição de necessidades de Marx para contextualizar essa expansão, e argumenta que a visão de Marx sobre as necessidades humanas evoluiu ao longo de sua obra. Segundo este autor, inicialmente, Marx condenava a alienação causada pela expansão de necessidades artificialmente estimuladas pelo capitalismo, onde o homem se torna escravo de "desejos desumanos" e "imaginários", e posteriormente, passou a defender o "desenvolvimento universal das necessidades humanas" como uma realização histórica e civilizadora que o comunismo deveria realizar (Carneiro, 2002b).

Carneiro destaca que Marx diferencia as necessidades humanas em dois tipos: as necessidades básicas de sobrevivência física, que englobam as necessidades primárias como comer, beber, ter moradia e vestuário; e as necessidades derivadas, que surgem a partir da satisfação das necessidades básicas e impulsionam o desenvolvimento histórico e social. A satisfação da primeira necessidade leva à produção dos meios para satisfazê-la, o que Marx chamou de "primeiro ato histórico".

A busca da satisfação das necessidades é o que leva à produção dos meios para satisfazê-las, criando o que Marx designa como "primeiro ato histórico". Primeiro é preciso viver, ou seja, "comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais", mas logo em seguida, acrescenta Marx, "satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico", e "as necessidades ampliadas engendram novas relações sociais e o acréscimo de população engendra novas necessidades" (Carneiro, 2002b, p. 5)

A partir daí, novas necessidades são criadas, impulsionando a produção e o desenvolvimento social. Carneiro usa o exemplo do açúcar e do tabaco para ilustrar a progressão de um bem de luxo para uma necessidade básica ao longo da história, demonstrando a expansão das necessidades humanas e como o capitalismo molda essa expansão. O autor argumenta que tais produtos, inicialmente considerados de luxo, tornaram-se necessidades básicas através da expansão do comércio e da indústria. Segundo ele, a partir do século XIX, produtos como açúcar, ópio, tabaco, café e chá, antes considerados luxos, se tornaram produtos do consumo de massas e, portanto, necessidades sociais, graças à expansão colonial (Carneiro, 2002b).

Galeano em "As veias abertas da América Latina" (2010), demonstra como a demanda europeia por esses produtos moldou a economia colonial da América Latina, criando um

sistema de exploração e dependência. Trazendo a perspectiva dos colonizados, podemos entender o impacto devastador desta demanda. Galeano detalha como o açúcar, apelidado de "ouro branco", impulsionou um ciclo de prosperidade e ruína nas colônias. A demanda por este produto levou à proliferação de plantações de monoculturas, vastos latifúndios de cana-de-açúcar, especialmente no Nordeste do Brasil e nas ilhas do Caribe. Essa expansão, contudo, teve consequências nefastas. A necessidade de mão de obra para os canaviais impulsionou o tráfico de escravos africanos em uma escala sem precedentes. A plantação extensiva de cana-de-açúcar resultou na devastação de florestas, no esgotamento do solo e na erosão. A ênfase na produção açucareira durante os séculos XVI e XVIII em detrimento de outras culturas gerou uma dependência econômica perigosa e prejudicou a segurança alimentar nas colônias (Galeano, 2010). Embora não seja tão explorado por Galeano quanto o açúcar, o tabaco também desempenhou um papel significativo na economia colonial. Nas Antilhas, o tabaco era um produto importante antes da invasão britânica de Cuba em 1762, quando a produção de açúcar tornou-se dominante. No Brasil, o tabaco, assim como o algodão, era produzido utilizando mão de obra de camponeses do Nordeste (Galeano, 2010).

A América Latina contribuiu com estas e outras tantas riquezas vegetais - e outras minerais - enriquecendo as metrópoles, enquanto sofriam o impacto da colonização: suas populações nada se beneficiaram disso, pelo contrário, quanta maior a riqueza vegetal do local, maior a sua ruína. Por outro lado, nas colônias, estas plantas tinham seu consumo regulado. Algumas substâncias, como o tabaco, foram aceitas e integradas à vida cotidiana dos colonizadores europeus, junto com o álcool e outros produtos, sendo consideradas "drogas oficiais". Entretanto, plantas como cactos e cogumelos alucinógenos, bem como derivados do ópio, coca e maconha, foram proibidos, especialmente pela Igreja (Carneiro, 2002b).

"O tabaco, traficado pelos jesuítas, após uma resistência inicial dos protestantes e dos orientais, foi aceito e valorizado, juntando-se ao álcool, ao açúcar, ao café, ao chá e ao chocolate para constituírem o universo das drogas oficiais da vida cotidiana moderna." (p. 2)

Sendo assim, como revela este mesmo autor, no início do capitalismo, os produtos de luxo eram consumidos por uma pequena parcela aristocrática e das metrópoles e não reinvestidos na produção e na localidade de onde eram extraídas. Com o tempo e o aumento da oferta, esses produtos se tornaram mais acessíveis a setores maiores da população. Esse processo foi comum a várias substâncias de origem remota, à medida que o comércio intercontinental cresceu durante a acumulação primitiva de capital (Carneiro, 2002b).

A partir do século XIX, com o avanço da medicina moderna e o surgimento de novos fármacos, foi estabelecida uma distinção clara entre "drogas" e "alimentos", delineando o que

era considerado terapêutico em oposição ao que era visto como prazeroso ou recreativo (Carneiro, 2002b). Essa separação contribuiu significativamente para a construção social do conceito de vício, diferenciando o consumo "legítimo" do "ilegítimo".

Coelho (2019) argumenta que a Lei Seca, longe de acabar com o consumo de álcool, acabou por fortalecer as máfias e o comércio ilegal de bebidas, servindo como um exemplo da ineficácia da repressão como forma de controlar o consumo de substâncias psicoativas. A partir dessa experiência, o autor argumenta que o modelo proibicionista se expandiu para outras substâncias, como a maconha, que foi proibida nos EUA logo após o fim da Lei Seca.

Seguindo assim, Carvalho (2014) argumenta que as Conferências Internacionais do Ópio, realizadas no início do século XX, foram um marco na construção de um regime global de controle de drogas, impulsionado pelos interesses dos EUA em liderar a agenda sobre drogas, fortalecer a ideia de "uso legítimo" restrito à autoridade médica e combater a produção em países produtores. As principais convenções internacionais sobre a proibição das drogas, marcos do paradigma proibicionista global, foram impulsionadas pelos EUA e consolidaram a criminalização de substâncias psicoativas. A Convenção Internacional do Ópio, realizada em Haia em 1912, regulamentou a produção e comercialização da morfina, heroína e cocaína, restringindo seu uso a fins medicinais e "legítimos" (Carneiro, 2002b; Valois, 2019, Saad, 2013). A Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, patrocinada e sediada pelos EUA, lançou as bases legais da "guerra às drogas" estabelecendo a proibição da produção, fabricação, importação, exportação, comércio, posse e uso de substâncias listadas, exceto para fins médicos e científicos (Carvalho, 1996; Reis et. al., 2018, RYBKA, 2018). A Convenção de 1988, também impulsionada pelos EUA, visou combater o tráfico ilícito e a lavagem de dinheiro proveniente do comércio de drogas, refletindo a crescente preocupação com o crime organizado transnacional.

É possível notar que os opioides foram substâncias centrais na maioria das conferências citadas. A este respeito, Escohotado (1997, p. 49) argumenta que “o fato decisivo na história moderna do ópio são as guerras do século XIX entre Inglaterra e a China”. As Guerras do Ópio exemplificam e evidenciam como o controle e a regulamentação do consumo de drogas não ocorreram, porém apenas com preocupações relacionadas à saúde e segurança das populações, mas foram historicamente utilizados como instrumentos de poder econômico e político, revelando as complexas relações entre o comércio de substâncias psicoativas e os interesses de dominação imperialista.

Durante o século XIX, houve um período conhecido como Guerras do Ópio, que envolveu a Grã-Bretanha e a China (Duarte, 2005). As Guerras, que ocorreram entre 1839 e

1860, foram em grande parte motivadas pela luta entre os dois países sobre o comércio de ópio. No contexto desse conflito, os ingleses buscaram aumentar o consumo de ópio pelos chineses como parte de uma estratégia para obter vantagens econômicas, uma vez que a China, que até então estava disposta a fazer comércio, não queria comprar nenhum tipo de produto inglês.

A China sempre despertou interesse comercial por parte das potências europeias, especialmente após a Revolução Industrial, quando buscavam novos mercados consumidores (Sampaio, 2015). Com sua vasta população, a China representava um mercado potencial enorme, mas se mantinha relativamente fechada ao comércio internacional. Neste período, o império chinês possuía uma grande valorização dos produtos produzidos em seu país, e entendia que os produtos feitos pelos estrangeiros eram inferiores. Sendo assim, a China se dispunha apenas a vender seus produtos, sendo um grande mercador de seda, chá e porcelanas e especiarias, com detalhe de que somente aceitavam fazer negócio caso recebesse em prata pura (Sampaio, 2015; Costa & Mendes). A demanda por produtos chineses criou um desequilíbrio comercial a favor da China. Os países europeus, especialmente a Grã-Bretanha, enfrentavam dificuldades em encontrar bens que os chineses desejassem em troca, o que levou a um grande escoamento de prata da Europa para a China (Galeano, 2010; Sampaio, 2015). Esse desequilíbrio comercial foi um dos fatores que impulsionaram a Grã-Bretanha a buscar alternativas para equilibrar o comércio com a China. Uma dessas alternativas foi o comércio de ópio, produzido na Índia a partir da planta da papoula - até então colônia da Grã-Bretanha - e vendido aos chineses, se tornando um produto estratégico para a Inglaterra. (Duarte, 2005; Sampaio, 2015).

Diversos fatores contribuíram para o aumento do consumo de ópio pelos chineses, todavia, é importante ressaltar que tal consumo foi impulsionado principalmente pela ação dos traficantes britânicos e pelo lucro financeiro, explorando a vulnerabilidade do mercado chinês na época (Sampaio, 2015). Escohotado nos sinaliza que para compreender esta história é necessário esclarecer que:

- a) desde o século X a China empregava sistematicamente o ópio até mesmo em doces de confeitaria; b) quando dessas guerras, o ópio era legal na Europa e mais consumido per capita/ano do que na China; c) os contrabandistas sempre quiseram manter a ilegalidade que lhes trazia maiores dividendos, sendo os chineses que, para consternação inglesa, acabaram optando por voltar a cultivar a papoula em seu território; d) os imperadores e a corte manchu em geral [China] - odiados por seu povo a ponto de provocar as mais sangrentas guerras civis da história universal - eram pródigos consumidores de ópio, e a proibição foi inicialmente decretada por razões econômicas e não morais e sanitárias. (Escohotado, 1997, p. 49-50)

A Inglaterra, por meio da Companhia Britânica das Índias Orientais, inundou o mercado chinês com ópio, o que tornou a droga mais acessível e barata. A abundância de ópio e a ação de mercadores desmoralizando as autoridades imperiais contribuíram para o aumento do consumo. A natureza viciante do ópio garantiu um mercado consumidor cativo; uma vez dependentes da droga, os chineses se tornaram consumidores fiéis, impulsionando a demanda e os lucros da Inglaterra (Sampaio, 2015). A corrupção de funcionários chineses também é apontada como uma tática utilizada pelos ingleses para facilitar o comércio de ópio. Os subornos permitiam a entrada da droga no país, burlando as leis e restrições impostas pelo governo imperial (Sampaio, 2015). Além disso, a Inglaterra minimizou a circulação de informações sobre os efeitos negativos do ópio, e promoveu a droga como um produto inofensivo ou até mesmo benéfico. Essa propaganda enganosa também contribuiu para a disseminação do consumo entre a população chinesa (IBIDEM).

A disseminação do vício em ópio gerou uma grave crise social e de saúde na China. Milhões de chineses se tornaram dependentes da droga, o que impactou negativamente a saúde, a economia e a estrutura social do país. A corrupção e a instabilidade social geradas pelo comércio de ópio enfraqueceram o governo imperial chinês, tornando o país mais vulnerável à dominação estrangeira. O comércio de ópio permitiu à Inglaterra reverter o desequilíbrio comercial com a China e obter grandes lucros, consolidando sua dominação econômica e política sobre o país. A Inglaterra utilizou sua força política e militar para pressionar a China a abrir seus portos ao comércio de ópio.

O comércio de ópio era extremamente lucrativo, gerando grandes receitas para a Companhia Britânica das Índias Orientais e para o governo britânico. As autoridades chinesas tentaram conter o tráfico de ópio, o que gerou tensões com a Inglaterra. A apreensão de um carregamento de ópio inglês em 1839 por parte dos chineses levou à Primeira Guerra do Ópio. A derrota da China na Primeira Guerra do Ópio resultou no Tratado de Nanquim (1842), que forçou a abertura de portos chineses ao comércio internacional, beneficiando potências como Inglaterra, França e EUA. As Guerras do Ópio e os tratados subsequentes impulsionaram mudanças profundas na sociedade chinesa. O comércio internacional se expandiu, mas com a imposição de produtos estrangeiros e a exploração de recursos chineses. A China se tornou subordinada aos interesses do capitalismo inglês, impactando sua economia e sociedade. A autoridade do imperador foi enfraquecida, e a China passou por um período de instabilidade política e social.

Segundo Sampaio (2015), as análises de Marx sobre as Guerras do Ópio apontam para um reflexo das transformações do colonialismo no século XIX, impulsionado pela

industrialização e a busca por mercados consumidores, matérias-primas e mão de obra barata, como também condenou as ações britânicas na China, denunciando a violência, a exploração e a imposição do comércio de ópio, reconhecendo que o ópio era um instrumento de dominação colonial, utilizado para enfraquecer a China e submetê-la aos interesses britânicos. Segundo o autor, essas análises também tangenciam os efeitos do Tratado de Nanquim, mostrando como ele beneficiou a Inglaterra e outras potências, consolidando o domínio colonial sobre a China. Sendo assim, fica evidente a crítica à hipocrisia britânica, que pregava o livre comércio enquanto impunha o comércio de ópio e explorava a China. Dessa forma, As Guerras do Ópio marcaram um ponto de virada na história da China, abrindo caminho para o domínio colonial, o imperialismo ocidental no país e o estímulo ao consumo e ao vício

4.6 ELEMENTOS POLÍTICOS E CULTURAIS PARA COMPREENSÃO DAS DROGAS: O CASO DA MACONHA E DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Ainda a respeito das políticas proibicionistas, é relevante ressaltar que, com quase um século de antecedência à Lei Seca, que é considerada como um marco que inicia o movimento das políticas proibicionistas, o Brasil já se colocava como pioneiro do proibicionismo, estabelecendo a proibição da maconha pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1830 - penalizando a venda e o uso do “pito do pango” sendo o “vendedor [multado] em 20\$000, e os escravos, e mais pessoas que dêle usarem, em 3 dias de cadeia” (Dória, 1915, apud. Saad, 2013, p. 3). Apenas em 11 de janeiro de 1932, cem anos depois, uma legislação mais abrangente, de caráter nacional, restringe o uso e veiculação da planta no país, sendo incluída na lista de substâncias prescritas pela Anvisa pelo decreto 20.930 (Saad, 2013).

A história da proibição da maconha no Brasil não se restringiu aos aspectos de segurança e saúde, mas envolveram questões econômicas e culturais. Para elucidar essa questão, a dissertação de mestrado de Luisa Saad (2013), intitulada "Fumo de Negro: A Criminalização da Maconha no Brasil (c. 1890-1932)", faz um resgate histórico entre o período de 1890 a 1930, quando o Brasil vivenciava um recente processo de independência, e discute os motivos e interesses envolvidos na criminalização da maconha no Brasil após a abolição da escravidão, explorando como essa legislação foi utilizada para reprimir costumes culturais da população negra e consolidar o controle social exercido pela elite.

No período colonial, mais especificamente entre 1808 e 1821, como aponta o historiador Alberto da Costa e Silva, houve a chegada de tantos negros no Brasil, que a cidade do Rio de Janeiro, para quem viesse de fora, parecia uma cidade africana (Costa e Silva, 1994). Com a

chegada, os africanos escravizados ao Brasil³, trouxeram consigo não apenas suas tradições culturais, mas também suas práticas de uso da maconha, sendo sementes da planta trazidas em objetos ou em pedaços de roupas (Saad, 2013; Carneiro, 2019). Historicamente, a maconha era uma planta cultivada e consumida em várias regiões da África, onde era utilizada em contextos sociais, religiosos e medicinais. Segundo registros, a maconha teria chegado à África pelo Egito, por volta do séc. X, levada pelos árabes que vieram da Índia, da Pérsia como também da Arábia Saudita (Du Toit, 1976).

Além do uso recreativo da maconha feito pelos negros naquela época, a planta também era utilizada de diversas formas em cultos religiosos e fins medicinais. As religiões afro-brasileiras compõem um quadro bastante diverso. Embora se aproximassem culturalmente por preservarem as tradições de origem africana, desenvolveram-se em diferentes áreas do Brasil, com diferentes ritos e nomes (Prandi, 1996).

Todavia, a maconha, trazida por africanos escravizados e amplamente usada em rituais religiosos, foi estigmatizada pela elite brasileira, que associava o seu uso à imoralidade e à degeneração social. O contexto pós-abolição gerava preocupações sobre como integrar a população negra recém-liberta, que era vista como uma ameaça à ordem social e ao progresso da nação. Assim, a criminalização da maconha emergiu como parte de um projeto maior de controle social, que visava preservar a "ordem e moralidade" da sociedade brasileira.

Nesse contexto, as práticas e costumes negros, tão presentes em uma sociedade recém saída da escravidão, representavam empecilhos para o lema "ordem e progresso" pretendido pela elite política e intelectual. Assim como o candomblé e a capoeira, a maconha estava associada aos africanos e seus descendentes e seu uso, além de prejudicar a formação de uma República moralmente exemplar, poderia se disseminar entre as camadas ditas saudáveis – leia-se brancas – e arruinar de vez o projeto de uma nação civilizada (idem, p. 5)

A elite brasileira, como apresenta a autora, estava preocupada em manter a hierarquia social, especialmente após o fim da escravidão, quando a população negra passou a ser vista como "classe perigosa". Além do hábito de fumar maconha, outros costumes africanos, como as práticas religiosas do candomblé, foram duramente reprimidos (Saad, 2013, Carneiro, 2019). A elite buscava "higienizar" a sociedade e "modernizar" a nação, utilizando a criminalização de costumes afro-brasileiros como uma forma de reafirmar seu domínio sobre os negros e controlar seus modos de vida.

³ Segundo estudos de Klein (1987), a estimativa é de que houve a entrada de 4 milhões de africanos no Brasil durante cerca de três séculos.

José Rodrigues da Costa Dória é citado como uma das principais vozes em defesa da proibição da maconha, apresentando o uso da planta como um vício degradante e perigoso, vinculado à "raça subjugada".

“Entender Dória – médico, político e jurista – e sua produção é compreender uma mentalidade comum aos indivíduos responsáveis pelo saber médico e pelas leis, ou seja, compreender os interesses dos que desejavam construir uma nação moderna e livre de qualquer forma de atraso” (Saad, 2013, p. 9).

Segundo Saad (2013), Dória acreditava que a maconha contribuía para a criminalidade e a degeneração social, e utilizava argumentos do que hoje denominamos de racismo científico (Chadarevian, 2015) para justificar suas opiniões e consolidar o discurso proibicionista. Estas ideias muito comuns à época têm como porta voz também o médico Pedro José de Oliveira Pernambucano Filho, que também colaborou para reforçar os estigmas sobre o uso da planta, divulgando ideias racistas e higienistas que vinculavam a maconha às classes marginalizadas.

Os principais argumentos de Dória e dos demais médicos da época baseavam-se em ideias de medicina legal, sendo esta uma junção da medicina e do direito. A medicina legal, como campo emergente, tinha o papel de fornecer respaldo científico às políticas de repressão, legitimando intervenções no comportamento das classes populares (Saad, 2013, Carneiro, 2019). A ideia era que, por meio da identificação de padrões biológicos, seria possível reconhecer com mais facilidade possíveis criminosos. Ou seja, existia uma forte corrente que compreendia que a propensão a cometer delitos era advinda de herança genética.

Dória desenvolveu diversas pesquisas que tinham como objetivo identificar aspectos biológicos de criminosos. Alguns destes trabalhos foram reconhecidos internacionalmente, sendo convidado para congressos internacionais como o 2º congresso Científico Pan-Americano, em 27 de dezembro de 1915, em Washington (Saad, 2013). Se a elite brasileira desejava caminhar para o progresso, tendo como referências os países de primeiro mundo, ter uma pesquisa reconhecida por um desses países era uma tremenda conquista.

Um dos principais trabalhos de Dória é sua obra “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”, sendo assim a primeira análise brasileira sobre a maconha, se tornando referência para o assunto (Saad, 2013). No entanto, tal estudo apresenta uma absurda incoerência entre os dados coletados por Dória e aquilo que ele alega nas análises da pesquisa. Por exemplo, relatos mostravam que muitos usuários da planta se tornavam "alegres e descontraídos", em vez de violentos, enfraquecendo a narrativa de Dória sobre a maconha como um gatilho para o crime.

Neste sentido, o caso da proibição da maconha no período pós-abolicionista ilustra a forte influência política e social destas personalidades na produção do saber científico e nas

decisões políticas. Ao utilizarem teorias racialistas e o racismo científico, médicos e intelectuais como José Rodrigues Dória moldaram a percepção da maconha como uma substância perigosa e degradante, associada à população negra recém-liberta. Esses discursos científicos, amplamente aceitos e promovidos pela elite, não apenas justificaram a repressão de costumes afro-brasileiros, mas também legitimaram políticas de criminalização, consolidando o controle social e reforçando a hierarquia racial e econômica vigente.

Isso demonstra como a ciência pode ser manipulada para atender a interesses políticos e sociais, influenciando diretamente a formulação de leis e práticas de repressão. O fato de Dória ser médico e possuir bastante prestígio em sua carreira, lhe confere uma certa credibilidade. Por meio desta credibilidade, seu discurso ganha peso e se torna válido, não por estar falando a verdade, mas sim por aparentar ter razão.

A falta significativa de estudos históricos sobre o assunto deixa uma lacuna que frequentemente é ocupada por mistérios, suposições e abordagens sensacionalistas. A ausência de pesquisas críticas e empiricamente embasadas tem contribuído para o surgimento de discursos moralistas e preconceituosos, muitas vezes elaborados por médicos do início do século XX. Neste sentido, é oportuno conceber as contribuições do conhecimento científico produzido até os dias atuais para elucidação dessas questões. Hoje a maconha é reconhecida mundialmente pelo seu potencial medicinal, sendo os receptores canabinoides uma das maiores descobertas do século (Andre, 2016; Ribeiro, 2019).

A respeito das políticas mais atuais que regulamentam o uso de drogas no país, em junho de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Recurso Extraordinário (RE) 635659, que questionava a constitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), que criminaliza o porte de drogas para consumo pessoal. O STF decidiu que a criminalização do porte de maconha para uso pessoal violava os direitos fundamentais à privacidade e à intimidade, entendendo que o Estado não deve interferir nas escolhas pessoais que não afetam terceiros. Assim, o porte de maconha para consumo próprio deixou de ser crime, mas continua ilícito. A pessoa flagrada com maconha será conduzida à delegacia, terá a substância apreendida e poderá ser submetida a advertências ou programas educativos, mas não será presa nem terá sanções penais. O STF também diferenciou o uso do tráfico, estabelecendo que até 40g ou 6 pés de maconha presumem o uso pessoal, salvo indícios de comercialização. A decisão, no entanto, foi considerada limitada e incoerente, como aponta Luisa Ferreira, jornalista do Portal

FGV⁴, pois permite que a polícia ainda trate usuários como traficantes e restringe a descriminalização apenas à maconha, ignorando a autodeterminação em relação a outras drogas.

Neste sentido, para as abordagens no ensino de ciências se faz necessário problematizar essa narrativa hegemônica, que reduz o debate sobre drogas a uma questão moral ou biológica, ignorando suas dimensões históricas, sociais e políticas. A pedagogia histórico-crítica nos aponta caminhos para desvelar as contradições desse sistema, mostrando como a criminalização e a estigmatização do usuário servem aos interesses do capital e perpetuam a exclusão social. Ao abordar o tema das drogas em sala de aula, é preciso contextualizá-lo dentro das relações de poder e das desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade capitalista, contudo, sem deixar de adentrar também nos conhecimentos científicos que circundam o tema.

Isso implica discutir, por exemplo, como a proibição das drogas está ligada ao controle dos corpos e dos territórios, especialmente nas periferias, onde o Estado atua mais como agente repressor do que como provedor de direitos. Também se faz necessário questionar a medicalização do uso de drogas, mostrando como ela transforma um problema social em uma questão individual, responsabilizando o usuário por uma condição que é, em grande parte, produto de um sistema excludente e opressor. Ao tratar dessas questões no ensino de ciências, podemos contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem. Isso significa ir além da visão reducionista que associa as drogas apenas ao "mal" ou à "doença", e apresentar uma análise que considere as determinações históricas e sociais do fenômeno.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as discussões realizadas até aqui, é possível perceber que as drogas estão presentes no cotidiano da humanidade desde as mais remotas civilizações. Também é possível perceber que as drogas e seus modos de uso variam de sociedade para sociedade, bem como aceitação do uso de determinada substância influenciam o usuário tanto quanto seus fatores farmacológicos. Consideramos que a abordagem do tema "drogas" de forma contextualizada e crítica, levando em conta os diversos elementos que a compõem pode contribuir para que os alunos compreendam questões históricas e culturais, relações de poder e os interesses

⁴<https://portal.fgv.br/artigos/decisao-stf-sobre-porte-maconha-consumo-impactos-e-desafios-politica-drogas-brasil>

econômicos que permeiam a produção, a comercialização e o consumo de drogas, e como essas relações se articulam com reprodução de um modelo social injusto e pouco sustentável.

Além disso, estão impressos no proibicionismo interesses políticos e econômicos, sendo uma forma de reprimir e marginalizar determinados grupos sociais e raciais, bem como uma estratégia de hipertrofia dos lucros. Sendo assim, é mais que necessário que as drogas sejam amplamente discutidas pela população, de forma a pensar soluções para romper com as condições de exploração que vivenciamos.

A escola, como instrumento fundamental na reprodução e transformação das relações sociais, ocupa um papel central na superação da desinformação e do preconceito em torno das drogas. A partir da perspectiva marxista levantada pela PHC, a educação é entendida como uma prática social diretamente vinculada às condições materiais de existência, à manutenção ou à transformação da sociedade em que vivemos e, portanto, à luta de classes. Assim, a escola pública deve se constituir como um espaço de formação crítica, comprometida com a emancipação dos trabalhadores e das camadas populares. Ao abordar a questão das drogas de maneira crítica, inserindo-a no contexto das contradições do modo de produção capitalista, a escola contribui para desvelar a função ideológica das políticas proibicionistas, que servem aos interesses das classes dominantes ao controlar e marginalizar as populações mais vulneráveis.

A superação desse cenário passa, necessariamente, pela formação crítica de professores, que precisam ser capacitados para lidar com esse assunto de maneira sensível e contextualizada. A formação docente, nesse sentido, não pode se limitar ao tecnicismo ou à neutralidade científica; deve ser uma formação crítica e histórica, que habilite os educadores a intervir no processo educativo de maneira consciente, problematizando a realidade e inserindo o tema das drogas em uma perspectiva que considere as dimensões políticas, econômicas e sociais da questão. Somente assim, a escola poderá se tornar um espaço de resistência, preparando os educandos para a luta por uma sociedade mais justa, livre das amarras impostas pela lógica do capital.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. Negros são mais presos por tráfico, mesmo com menos drogas. *Agência Pública de Jornalismo Investigativo*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/08/negros-sao-mais-presos-por-trafico-mesmo-com-menos-drogas/>. Acesso em: 2 set. 2024.

AHMAD, D. L. *The opium debate and Chinese exclusion laws in the nineteenth-century American West*. Reno: University of Nevada Press, 2011.

ALEXANDER, B. K. *Dependência dos opiáceos: Rat-park revisitado*. [S.l.]: Coordenador Nacional da Rede UNIDA, 2018. p. 18.

AMARAL, B. P.; TOROSSIAN, S. D. Drogas, o que são? Por que usamos? Por que devemos repensá-las. In: ALEXANDER, B. K.; MERHY, E. E.; SILVEIRA, P. (Org.). *Criminalização ou acolhimento*. [S.l.]: Rede UNIDA, 2018. p. 112-130.

ANDRE, C. M.; HAUSMAN, J.-F.; GUERRIERO, G. Cannabis sativa: the plant of the thousand and one molecules. *Frontiers in Plant Science*, v. 7, p. 19, 2016.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília: Ministério da Justiça, 2023. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/>. Acesso em: 2 set. 2024.

CARNEIRO, H. *A fabricação do vício*. São Paulo: [s.n.], 2002a.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Revista Outubro*, v. 6, n. 6, p. 115-128, 2002b.

CARNEIRO, H. Proibição da maconha: racismo e violência no Brasil. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 92, p. 135-152, 2019.

CARVALHO, J. C. de. A emergência da política mundial de drogas: o Brasil e as primeiras Conferências Internacionais do Ópio. *Oficina do Historiador*, v. 7, n. 1, p. 153-176, 2014.

CARVALHO, S. de. *A política criminal de drogas no Brasil*. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

CHADAREVIAN, P. C. A economia na era do racismo científico no Brasil. In: *XI Congresso Brasileiro de História de Empresas*. 2015.

COELHO, F. J. F. et al. Educação sobre drogas e formação de professores: uma proposta de ensino a distância centrada na redução de danos. 2019. Tese (Doutorado) – [Instituição não identificada], 2019.

CRUZ, L. G. *Políticas públicas de educação ambiental: um estudo sobre a Agenda 21 escolar*. 2014. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.

DE AZEVEDO, G.; DA CRUZ, J. H. T. Proibição, descriminalização e legalização: alternativas de enfrentamento à crise do proibicionismo. *Revista Conhecimento Online*, v. 1, p. 104-118, 2015.

DOS REIS, A. A. C.; KINKER, F. S.; FURTADO, L. A. C. *Descriminalização das drogas: é preciso recuperar o espaço público e o direito de viver*. [S.l.]: Coordenador Nacional da Rede UNIDA, 2018. p. 88.

DUARTE, D. F. Uma breve história do ópio e dos opióides. *Revista Brasileira de Anestesiologia*, v. 55, p. 135-146, 2005.

DU TOIT, B. M. Man and cannabis in Africa: a study of diffusion. *African Economic History*, n. 1, p. 17-35, 1976.

ESCOHOTADO, A. *O livro das drogas: uso e abuso, preconceitos e desafios*. [S.l.]: [s.n.], 1997. p. 272.

FESTOZO, M. B. et al. Relações históricas entre a educação ambiental e a participação social. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 11, n. 24, p. 6, 2018.

FESTOZO, M. B.; TOZONI-REIS, M. F. C. Educação ambiental e participação na formação de professores. *Ambientalmente Sustentável: Revista Científica Galego-Lusófona de Educação Ambiental*, v. 20, p. 613-636, 2015.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

KLEIN, H. S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 17, n. 2, p. 129-149, 1987.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. et al. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. *Cadernos CEDES*, v. 29, n. 77, p. 81-97, 2009.

MAIA, J. S. S. *Educação ambiental crítica e formação de professores: construção coletiva de uma proposta na escola pública*. 2011.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

PRANDI, R. As religiões negras do Brasil: para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. *Revista USP*, n. 28, p. 64-83, 1996.

RIBEIRO, S. *O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAMPAIO, T. H. As considerações de Marx sobre as Guerras do Ópio e suas consequências na sociedade chinesa (1839-1860). *Revista Espaço Acadêmico*, v. 15, n. 174, p. 79-89, 2015.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, M. L.; COELHO, F. A educação sobre drogas no Brasil diante do novo ordenamento legal. *Linhas Críticas*, v. 28, 2022.

TOZONI-REIS, M. F. C. et al. *Educação ambiental escolar: compreendendo as fontes de informação e a necessidade de formação dos professores da educação básica como educadores ambientais críticos*. 2011.

TOZONI-REIS, M. F. C. et al. A inserção da educação ambiental na Educação Básica: que fontes de informação os professores utilizam para sua formação? *Ciência & Educação*, v. 19, p. 359-377, 2013.

ARTIGO II - PRODUÇÃO E ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA NOS MOLDES DE UM MINICURSO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) COM UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CRÍTICA SOBRE O TEMA DE DROGAS

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma investigação sobre um processo pedagógico construído e desenvolvido na formação inicial e continuada de professores a respeito do tema “drogas”, compreendendo que este possui uma grande relevância socioambiental, mas comumente é tratado nas escolas de maneira conservadora, punitiva e proibicionista, estimulando a manutenção do estigma do usuário como figura periculosa e portadora de comportamento patológico (Domingues, 2016).

Nos últimos anos temos tido uma série de mudanças nas regulamentações que tratam dos cursos de Formação de professores e também da Educação Básica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que veio acompanhada da Base Nacional Curricular para Formação de Professores - BNC - são documentos essenciais destas transformações. Silva (2022) aponta que o novo ordenamento legal, com a BNCC e seus Temas Contemporâneos Transversais (TCT), reduzem o debate sobre drogas, restringindo-o a componentes curriculares específicos e afastando-o de uma abordagem mais ampla e dialógica

No novo ordenamento legal, o debate sobre o tema das drogas foi reduzido a quase nulidade frente ao que tínhamos na vigência da LDB original, dos PCN e do Decreto n.º 4.345 (Brasil, 2002b), em que pese as limitações destas normas. O tema não foi extinto da educação escolar, ele passou da transversalidade à base curricular do conteúdo mínimo, reduzido e sofrendo refrações de sentidos. Ele saiu do campo de possibilidades dos projetos políticos pedagógicos das escolas para a obrigatoriedade dos conteúdos dos componentes curriculares, atravessado pela concepção geral de desempenho e aprendizagem da BNCC (Silva, 2022, p. 15)

A autora também alerta que a educação sobre drogas, no contexto atual, está sendo utilizada como ferramenta para ajustar a sociedade aos projetos neoliberais e conservadores, impactando a convivência social e a diversidade. Dessa forma, a falta de um posicionamento da educação formal em relação a este tema, permite que processos educativos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, sejam conduzidos por interesses questionáveis, na maior parte das vezes, interesses dos grupos poderosos, hegemônicos, colocando em risco as gerações mais novas e futuras (Silva, 2022).

Neste sentido, concebemos que uma abordagem conservadora sobre o tema, ao invés de resolver os problemas associados ao uso de drogas, promove seu agravamento, pois não vai ao cerne dos problemas, marginaliza indivíduos e grupos sociais historicamente já muito

marginalizados, reforçando estruturas de poder e controle. Por isso, acreditamos ser fundamental a promoção de uma abordagem crítica, contextualizada e humanizada, que questione os discursos hegemônicos e promova a inclusão e a justiça social. Neste sentido, acreditamos que a formação de professores e a educação ambiental crítica têm um papel crucial nesse processo.

Sendo assim, o presente trabalho se deu a partir da realização e análise de um minicurso na formação inicial e continuada de professores(as), que teve como objetivo propor um olhar histórico e crítico sobre “drogas”, considerando fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, científicos e ambientais, a fim de romper com as mistificações a respeito do tema e tratá-lo como um problema vivo presente na prática social de diversas comunidades do nosso país. Desta forma, buscou contribuir para a formação docente dos envolvidos, a fim de auxiliar em futuras práticas pedagógicas. O minicurso aconteceu a partir de uma imersão em experiências do Programa da Residência Pedagógica (RP) de um curso de licenciatura em Ciências Biológicas de uma Universidade Federal do Sul de Minas Gerais, entre o período de 2022 e 2024. É importante ressaltar que este trabalho faz parte de um trabalho maior, composto por outros trabalhos que ocorreram concomitantemente durante o cronograma da RP.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO: CONHECENDO SEUS CAMINHOS

Em uma tentativa de facilitar a compreensão dos caminhos deste processo, foi elaborada a figura abaixo, a qual ilustra um movimento por meio de camadas com sentido de leitura de fora para dentro. A ideia de representar o processo em camadas tem intuito de expressar a construção do minicurso como parte de um projeto maior, complementando o cronograma da RP, e não como algo isolado e sem contexto.

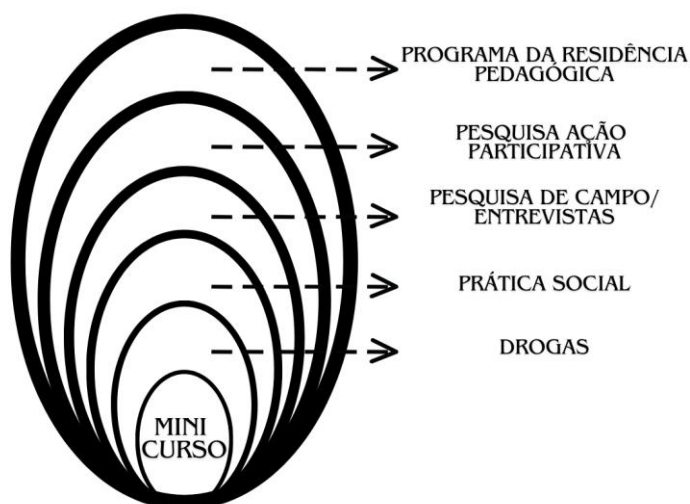


imagem 01 - estrutura do processo de construção do trabalho. Fonte: autor

Todos os elementos acima estão imersos em um processo na formação inicial e continuada de professores(as). A camada mais exterior da figura representa o *programa* de forma geral, seguida pela *metodologia* empregada para alcançar os objetivos estabelecidos pelo programa, que posteriormente serão apresentados com mais detalhes. A partir dessa metodologia, há uma camada mais interior que contempla a realização de uma *pesquisa de campo*. A próxima camada representa os resultados obtidos por essa pesquisa de campo, que são elementos da *prática social*. Dentro desses resultados, está a questão das *drogas*, tema que surge por meio da pesquisa, que culmina na elaboração do *minicurso* sobre o tema.

É oportuno mencionar que além deste presente trabalho, outras duas dissertações também foram desenvolvidas durante o programa da RP. Enquanto o presente trabalho se propõe a analisar o conteúdo de uma atividade pedagógica como objeto de pesquisa, os outros dois trabalhos estiveram focados na análise do método empregado em determinadas atividades neste processo de formação docente. Um dos trabalhos, mais fortemente interligado à formação de grupos e do desenvolvimento da participação efetiva dos envolvidos utilizando a criação de comissões, inspirado no método José de Castro), que possibilitou a construção da pesquisa participativa e balizou a organização geral da RP, enquanto outro trabalho se dedicou a analisar a potencialidade pedagógica do uso do Teatro do Oprimido (TO) na formação inicial e continuada de professores(as), contribuindo igualmente para análises dos elementos surgidos

da prática social que pesquisávamos. Algumas atividades realizadas por meio do TO serão descritas com mais detalhes no decorrer do texto.

Neste sentido, abaixo segue uma breve explicação dos itens citados, a fim de enriquecer a compreensão e dar sentido para o trabalho.

1.2 O PROGRAMA DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Antes de prosseguir, se faz necessário ressaltar a importância do programa da RP para a formação inicial e continuada de professores(as), uma vez que é um dos poucos projetos que viabilizam bolsas que auxiliam na permanência dos(as) estudantes na Universidade durante a formação docente. Também é válido ressaltar que o programa, ano após ano, sofre ameaças de ser existindo, como é o caso que vivenciamos no momento em 2024, onde novos editais não foram abertos para a renovação do programa nas instituições. Neste sentido, este trabalho se movimenta/posiciona em defesa do programa da Residência Pedagógica, o qual acreditamos ser de grande importância para a construção de uma formação docente de qualidade.

O Programa da RP é uma iniciativa do governo brasileiro que se destina a fortalecer a formação inicial e continuada de professores(as) fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por meio do programa, os(as) residentes, sob a supervisão de professores(as) mais experientes, participam de atividades pedagógicas que promovem vivências reais no ambiente escolar. Tais experiências, em conjunto a discussões teóricas, podem contribuir substancialmente para a formação docente, tornando os indivíduos mais aptos para exercer a profissão no futuro. Também é considerável a influência do programa na permanência dos(as) estudantes nos cursos de licenciatura, diminuindo a evasão.

Todavia, há uma linha tênue entre o programa possuir um caráter formativo que complementa as atividades obrigatórias já oferecidas pelos cursos de licenciatura ou ser só mais um estágio supervisionado tradicional, que frequentemente se limitam a observações passivas e à regência de aulas que simplesmente reproduzem práticas de professores(as) experientes, negligenciando a reflexão crítica e a autonomia intelectual no processo de formação docente.

Em sentido de superação do modelo citado acima, o programa da RP desenvolvido teve como objetivo a promoção da formação de professores(as) críticos, tendo em vista um ensino de ciências e ambiental significativo, que dialogue com prática social da escola parceira e que dê subsídio para processos pedagógicos críticos, que possam subsidiar um movimento de transformação do próprio meio. Para identificação dos elementos da prática social foi realizada uma pesquisa-ação-participativa nas escolas e seu entorno, a partir de duas metodologias

combinadas: que combinou mapeamento ambiental, como definido por Meyer (1991) inventário de realidade (Caldart, 2019) e a cartografia social (Souza, 2022).

1.3 PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA

A pesquisa foi construída conjuntamente com o grupo, configurando dessa forma uma Pesquisa-Ação-Participativa (PAP). A PAP é uma forma de atrelar o processo educativo com a produção de conhecimentos, o que torna ambos mais significativos e relacionados à prática social. A união desses dois processos (educação e pesquisa) possibilita o trabalho em conjunto de teoria e prática, uma vez que os problemas levantados partem da prática e são analisados à luz da teoria em um processo democrático, contando com a participação ativa dos sujeitos envolvidos (TOZONI-REIS, 2008).

Dado a participação ativa dos envolvidos, a PAP tem uma dimensão política, que busca dar voz e resgatar o sentimento de coletividade, em que todas as pessoas, com suas preocupações e considerações são relevantes. Nessa metodologia de pesquisa, todos os sujeitos são pesquisadores e o objeto de pesquisa é coletivo, determinado e compreendido a partir de levantamentos feitos pelos participantes por meio de rodas de conversa, entrevistas ou outras formas de expressão (SEVERINO, 2017).

Nesse sentido, a PAP é um caminho para uma nova forma de produção científica, menos fragmentada e com maior articulação entre a teoria e os verdadeiros problemas da prática social, levantados pelos sujeitos que nela vivem e que são, muitas vezes, marginalizados na sociedade. Assim, é um instrumento de luta pela superação da realidade social capitalista que é injusta (CHIZZOTI, 2018).

Sendo assim, a união do grupo, sua identificação enquanto unidade, é essencial para que a PAP ocorra com excelência. Desse modo, diversas atividades para a formação da unidade do grupo e da construção da pesquisa foram realizadas. Uma das discussões que foram eixo para a construção dessa pesquisa foi a respeito da pesquisa científica e a pesquisa científica nas ciências sociais por meio da leitura do livro “Metodologia Científica em Ciências Sociais”, de Pedro Demo (1980). Neste livro, o autor critica a abordagem tradicional de pesquisa nas ciências sociais, que muitas vezes adota uma postura distanciada e objetificante, tratando os sujeitos como meros objetos de estudo. Essa metodologia convencional tende a reproduzir relações de poder e a perpetuar desigualdades, ao invés de questioná-las e transformá-las. Demo também destaca a importância da participação como um elemento central para a construção de conhecimento genuíno e transformador, onde a participação ativa dos sujeitos pesquisados não

apenas enriquece o processo de coleta de dados, mas também promove um entendimento mais profundo e contextualizado das realidades sociais.

Outra leitura bastante importante neste processo foi o “Inventário da Realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo”, de Caldart (2019). O texto aborda aspectos relevantes para serem observados e como construir um caminho de pesquisa para a construção de um inventário de realidade, um diagnóstico socioambiental amplo e pormenorizado.

Após construir um panorama sobre a pesquisa científica nas ciências sociais, guiado pelo olhar do que se quer conhecer, no caso a realidade das comunidades escolares, discutiu-se como seria realizado a pesquisa, partindo dos objetivos da pesquisa que estaria sendo realizada. A partir da definição dos objetivos a serem alcançados e de definir que faríamos uso de entrevistas semi abertas, foram discutidas não somente as perguntas, mas também a forma de abordagem dessas entrevistas, como por exemplo ter o cuidado ao se apresentar para não gerar um desconforto ou estranhamento, como conduzir as perguntas de forma fluida, etc. Dessa maneira, foi realizada em conjunto a formulação do roteiro de pesquisa, que está presente a seguir.

1.3.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA

Qual o seu nome? (importância de deixar claro que será um diálogo SIGILOSO com trocas SEGURAS de informações). Mora no bairro? Apresentação: “Estou me formando como professor e gostaria de conhecer melhor o bairro e as proximidades da escola. Sua contribuição vai ajudar muito!”

1. Há quanto tempo mora aqui? De onde vem sua família? Pode nos contar um pouco sobre esta história?

2. Me conte, por favor, um pouco sobre o bairro e sobre as mudanças desde que chegou.

3. Tem algo positivo sobre o bairro que queira me contar? E negativo?

4. Você considera o bairro limpo? (SE NÃO SURGIR, lembrar do saneamento básico: água, lixo, esgoto)

5. Qual serviço de saúde você utiliza? Fica no seu bairro? Conte a respeito

6. Conte um pouco da sua experiência e sobre a relação da comunidade com a escola.

7. Você pode contar um pouco sobre seus hábitos alimentares? Alguma coisa mudou nos últimos anos?

8. Você trabalha? Como é o seu trabalho? Fica perto daqui? (SE NÃO - perguntar sobre o tipo de transporte utilizado, tempo de deslocamento e acessibilidade*) *pontos de ônibus, horários, itinerários, etc.

9. O que gosta de fazer no seu tempo livre?

10. Costuma ter alguma festa ou evento no bairro? SE NÃO SURGIR - Há algum evento ou festividade religiosa? Quais?

No início do programa, era feito o acompanhamento de três escolas, duas estaduais e uma municipal. As escolas vinculadas ao programa são aquelas em que atuam as professoras supervisoras, também bolsistas da RP. As professoras supervisoras são escolhidas por meio de um processo seletivo. Por conta de questões pessoais, uma das professoras supervisoras teve de se desvincular do programa, e outra professora e, portanto, escola, adentraram no grupo, o. Contudo, como a pesquisa já estava com um desenvolvimento considerável nas outras duas escolas, e como a excelência da pesquisa demandava esse processo de aproximação dos(as) residentes com a escola e a comunidade escolar, optou-se por aprofundar somente nas duas comunidades escolares em que já havíamos iniciado os processos de aproximação e reconhecimento pela pesquisa.

Dessa forma, após discutir em conjunto, definir as perguntas e definir as estratégias de abordagem, o grupo dos(as) residentes foi dividido em dois, um para cada comunidade escolar. Os grupos foram compostos por pessoas que já faziam acompanhamento nas respectivas escolas, enquanto as demais pessoas foram distribuídas em cada grupo. Cada subgrupo foi dividido em dupla, e assim as duplas deveriam ir a campo e realizar em média 10 entrevistas dentro de um prazo de aproximadamente duas semanas, parâmetro discutido e decidido coletivamente com o grupo.

Os resultados das entrevistas foram discutidos e organizados primeiramente entre os subgrupos das escolas, e posteriormente socializadas com o grupo geral, a fim de perceber as semelhanças e singularidades entre cada comunidade. Uma das estratégias utilizadas para realizar essa socialização e aprofundamento foram as atividades com o Teatro do Oprimido promovidas por um mestrando que também auxiliava na coordenação do grupo.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MINICURSO

As duas comunidades onde foram realizadas as entrevistas são comunidades de bairros periféricos, e a população ali presente em grande maioria são de baixa renda. Nessas comunidades há também uma forte resistência de culturas tradicionais, como quilombos e terreiros, o que também gera bastante intolerância religiosa por parte de certos moradores. A questão das drogas esteve presente nas respostas obtidas com uma boa frequência nas duas comunidades, reafirmando aquilo que já havíamos observado em outros momentos.

É importante mencionar que o minicurso fez parte de um processo formativo mais amplo, sendo pensado para a formação de agentes de pesquisa imersos em uma pesquisa-ação-participativa. Dessa maneira, um dos grandes desafios para este trabalho foi saber e decidir qual o melhor momento para a realização do minicurso, pois queríamos que a questão a ser trabalhada no minicurso surgisse como uma demanda da pesquisa e não como uma atividade à parte, ou seja, que não estivesse fazendo sentido junto às atividades que estão sendo propostas e realizadas. Sobretudo, além de acusar a questão de drogas vivenciada nas comunidades, as entrevistas também apresentaram diversos casos de intolerância religiosa contra religiões de matrizes africanas.

Neste sentido, os casos de intolerância religiosa foram um gancho para discutir a questão de drogas devido às similaridades históricas que os dois assuntos possuem, o que será exposto com mais detalhes a seguir. Esse gancho foi ancorado junto a uma das atividades realizadas com o Teatro do Oprimido, na qual os dois grupos deveriam produzir encenações sobre os moldes do Teatro Fórum.

O presente programa da RP ocorreu durante o prazo de Novembro de 2022 e Abril de 2024, tendo duas reuniões semanais (totalizando 9 horas por semana). Durante o período de setembro de 2023 à abril de 2024, as reuniões que ocorriam nas segundas e quintas feiras também passaram a ocorrer nas terças feiras, acrescentando um terceiro encontro semanal à dinâmica do grupo, acompanhando as atividades da disciplina de Fundamentos teóricos metodológicos da Educação Ambiental, ofertada pelo PPGECA. Esta disciplina foi ministrada pela coordenadora do programa e dialogou com os trabalhos da RP. O cronograma da disciplina se baseia em apresentar no início as diferentes concepções mais comuns de Educação Ambiental e discutir sobre elas. Essas concepções são apresentadas por meio de atividades práticas, para que, por meio da prática das atividades possam surgir questões sobre suas potencialidades e contradições. O restante da disciplina centra-se na vertente crítica Educação Ambiental, caminhando por método e conteúdos potentes à sua práxis, e a partir deles se aprofundando nos conceitos essenciais da EA Crítica

O intuito de agregar o grupo da RP às aulas da disciplina de Fundamentos teóricos metodológicos da Educação Ambiental era dar subsídio teórico para a produção de práticas pedagógicas críticas a partir das questões da prática social identificadas por meio da pesquisa, de forma a criar uma relação entre estas questões e os conteúdos de Ciências Biológicas, dando significado para estes conteúdos.

Neste sentido, o minicurso foi planejado com objetivo de trabalhar um elemento da prática social que foi elencado por meio de uma pesquisa-ação-participativa e discuti-lo sob

uma perspectiva histórico-crítica, de forma a representar uma prática educativa da EAC fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Dessa forma, podemos delimitar como problema de pesquisa a seguinte pergunta: *como produzir uma prática pedagógica (minicurso) sobre as drogas na formação de professores(as) fundamentada na PHC de forma a superar a superficialidade das abordagens conservadoras e pragmáticas a respeito desse assunto?*

Alinhado a este problema de pesquisa, delimita-se como objetivo central a análise da produção e da realização de um processo pedagógico (minicurso) sobre drogas, pautado na Pedagogia Histórico-Crítica na formação de professores(as).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Compreendemos o minicurso como um fenômeno de enunciação, sendo este um ato comunicativo situado em um contexto específico (social, histórico e cultural determinado) e não apenas como uma série de eventos educacionais, mas sim como um espaço de diálogo e de construção coletiva de sentidos, podemos considerar que tanto locutor (quem produziu o minicurso), como os receptores (residentes, professoras supervisoras e convidados), estão situados no mesmo contexto: estiveram imersos em uma pesquisa que buscou conhecer elementos socioambientais de duas comunidades escolares e periféricas de uma cidade do Sul de Minas.

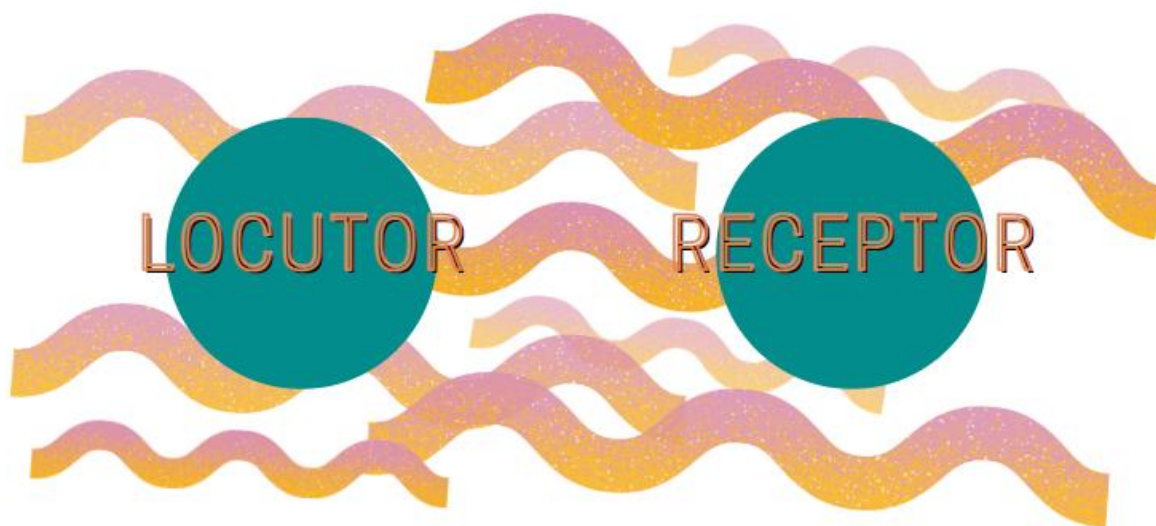


imagem 02: modelo de enunciação onde locutor e receptor estão inseridos no mesmo contexto. Fonte: autor

Tal pesquisa apresentou, a partir tanto das observações como dos relatos de moradores das comunidades, que uma das principais questões para essas comunidades é a questão das

drogas, ou seja, percebemos que a questão das drogas é um problema. Neste sentido, é possível delimitar que o objeto de conhecimento se define em como a sociedade se relaciona com as drogas, não se tratando de qualquer sociedade, mas sim de uma sociedade específica, a sociedade capitalista. Para abordar essa questão pedagogicamente, o minicurso tem como base as teorias da Pedagogia Histórico Crítica, de Dermeval Saviani.

2.1 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA (PHC)

A pedagogia histórico-crítica compreende o ser humano como um ser que se produz historicamente e coletivamente, e não como algo dado ou natural, isso implica dizer que o ser humano não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar e agir, mas precisa aprender tudo isso por meio do processo educativo (Saviani, 2011). A natureza humana não é inata, mas construída através do trabalho educativo, que visa desenvolver em cada indivíduo as qualidades que a humanidade já produziu ao longo da história (Saviani, 2011). Na perspectiva da PHC, a educação é o “ato de produzir, de forma direta e intencional, em cada indivíduo, a humanidade que é fruto da história e da coletividade” (Saviani, 2011, p. 7).

Nesse sentido, o trabalho educativo tem o objetivo de fazer com que cada pessoa singular se aproprie dos saberes, valores e práticas construídos socialmente. Para isso, a PHC propõe que o papel da educação escolar é promover a socialização do saber sistematizado, ou seja, o conhecimento elaborado, metódico e científico, compreendendo a escola como uma instituição social tem o papel de garantir o acesso a esse saber, que é fundamental para o desenvolvimento humano

Sobretudo, o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas um meio para a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa, buscando explicitar as relações entre a educação e seus condicionamentos sociais, mostrando a determinação recíproca entre a prática social e a prática educativa.

A PHC fundamenta-se teórico-filosófica no materialismo histórico de Marx, ao compreender a educação como um fenômeno social intrinsecamente ligado às relações materiais e históricas da sociedade. Saviani (2011) parte da premissa de que a escola, enquanto instituição, não está isolada das contradições e lutas de classes, mas é um espaço onde se reproduzem e podem ser transformadas as condições sociais. Neste sentido, a pedagogia histórico-crítica busca superar a visão idealista da educação, propondo uma prática pedagógica que vise a emancipação humana por meio da crítica consciente das estruturas sociais e da superação das desigualdades. Essa abordagem dialoga diretamente com o materialismo

histórico, que entende a história como um processo movido pela luta de classes e pelas transformações materiais da realidade.

Segundo o materialismo histórico dialético de Marx e Engels, para conhecermos um objeto determinado devemos partir de suas aparências imediatas (Marx, 2013). Para o presente trabalho, como o objeto se trata de algumas das formas com que a sociedade capitalista lida com as drogas - considerando tanto a prática social como a prática pedagógica -, as aparências imediatas surgem das percepções adquiridas durante as entrevistas com a comunidade escolar - escola e entorno.

No entanto, é pertinente pontuar que o objeto em questão não se reduz a essas aparências, bem como as aparências não esgotam a essência do objeto. Conforme Marx, "toda a ciência seria supérflua se a forma de aparência e a essência das coisas coincidissem diretamente" (2013, p. 123). As aparências do objeto são manifestações externas de algo que ainda é mais profundo. Para conhecer o objeto em sua máxima profundidade, há de se buscar, partindo das aparências, o movimento real do objeto, o que se refere ao processo de entender as dinâmicas internas e as relações subjacentes que governam o objeto, conhecer as condicionantes reais que determinam o objeto: "Mesmo as categorias mais abstratas, apesar de sua validade [...] são, em grande medida, produto de relações históricas e possuem plena validade apenas dentro desses limites" (Marx, 2011, p. 105).

Isso significa entender os fatores históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos que influenciam o objeto, suas relações e seu desenvolvimento, percebendo assim o objeto como parte de um processo de transformação contínua, e não como uma entidade estática. Nesse sentido, a figura abaixo representa este movimento, ilustrando como a relação da sociedade capitalista com as drogas é resultado de múltiplos fatores.

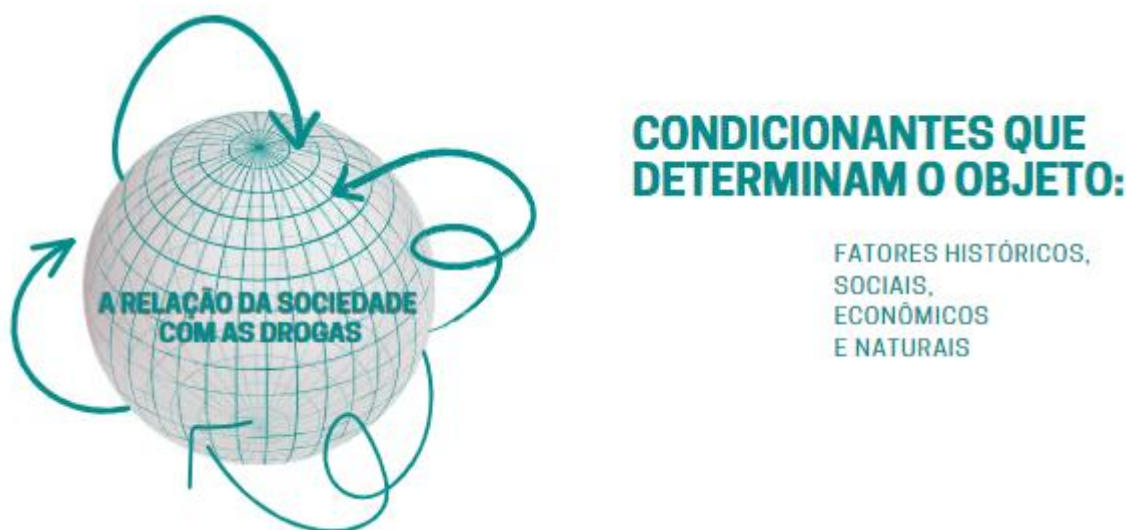


imagem 03 - Condicionantes que determinam a relação da sociedade com as drogas. Fonte: autor

A compreensão das condições que determinam o objeto e nos permite conhecer o objeto em sua totalidade, sua essência. A abstração é o processo de separar, mentalmente, as diferentes características e aspectos do objeto para compreender suas partes constitutivas e suas relações. Por meio da abstração, podemos isolar as propriedades essenciais que definem o objeto. A razão é usada para organizar e compreender essas abstrações, reconstruindo mentalmente o objeto em sua totalidade e suas dinâmicas internas. Ao longo desse processo, o objetivo é chegar às condições reais que determinam o objeto.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Na visão da abstração, entretanto, o concreto aparece como o resultado, não como o ponto de partida, mesmo que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, também o ponto de partida da intuição e da representação. O primeiro procedimento abrange, portanto, de maneira plenamente correta, o concreto como um processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o ponto de partida real, e portanto o ponto de partida do pensamento e da intuição. Na medida em que a abstração cria conceitos a partir das determinações do concreto e as reconstrói logicamente, em síntese, o pensamento se move em direção à verdade, embora parta da aparência imediata (Marx, 2011, p. 77-78).

O materialismo dialético vê o conhecimento como um processo dialético, onde o sujeito conhecedor, aquele que estuda o objeto, interage com o objeto de estudo de maneira contínua. Isso significa que o conhecimento não é um ato de simplesmente captar as aparências, mas sim um movimento constante entre a abstração e a síntese, onde se busca entender o objeto em sua totalidade e dinamismo

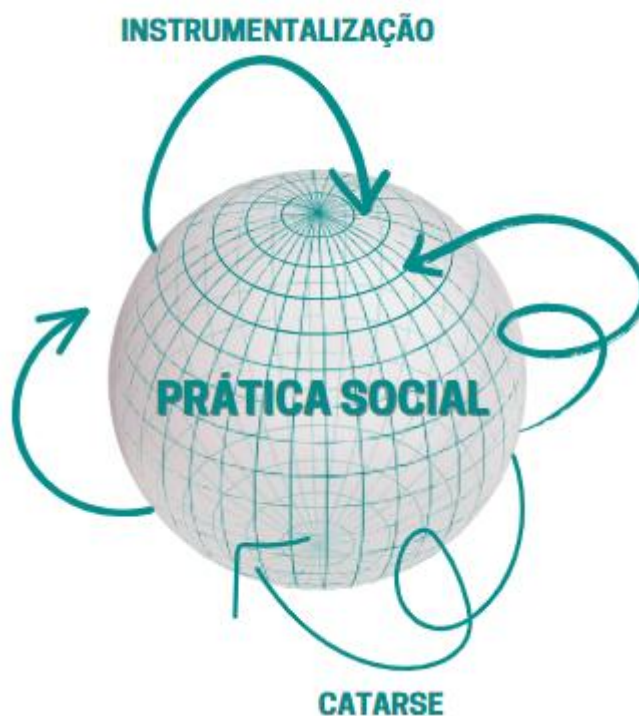


Imagem 04: ilustração do movimento da Pedagogia Histórico Crítica⁵. Fonte: autor

Para a PHC, esse processo se dá pela *problematização* - a identificação de problemas e questões originados pela prática social, e a *instrumentalização*, onde o sujeito começa a se apropriar de conhecimentos necessários para conhecer o objeto para além de suas aparências, e assim acessar sua totalidade (Saviani, 2002). O acesso à totalidade do objeto em questão se configura como o momento catártico, a catarse é quando se estabelece uma relação de conexões entre os elementos que definem o objeto.

Todavia, esse processo não se finda com a concepção da totalidade do objeto, observando a figura 03 é possível perceber que as setas que indicam o movimento de instrumentalização e de catarse se direcionam para o centro, onde se encontra novamente a prática social. O sentido do processo pedagógico da PHC é sintetizado pela lógica de conhecer para transformar, logo, o que se espera como continuação deste processo é a ação de transformação da realidade objetiva por parte dos educandos em sua própria prática social.

⁵ Apesar de não estar representado pela imagem, a *problematização* da prática social é o que conduz os os direcionamentos da *instrumentalização* (ou seja, a delimitação de quais conhecimentos são necessários para a resolução dos problemas), implicando assim que a catarse seja o retorno aos problemas levantados na prática social, porém com um olhar mais amplo e sintético da realidade.

Parafraseando Leandro Konder em sua obra “O que é Dialética” para definir este processo, onde cita na última página a décima primeira tese sobre Feuerbach escrita por Marx, podemos considerar que “os filósofos tem se limitado a interpretar o mundo; trata-se, no entanto de transformá-lo” (Marx, apud. Konder, 1994, p. 87).

Neste sentido, a produção e realização deste minicurso, que busca construir um conhecimento sobre como a sociedade na qual estamos inseridos se relaciona com as drogas, deve partir das aparências apreendidas pela experiência imediata, e fornecer meios para se apropriar das condições reais que determinam essa relação, o que implica em conhecer fatores históricos, sociais, econômicos e naturais que influenciam a forma como nossa sociedade se relaciona com as drogas.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL HISTÓRICO-CRÍTICA

A Educação Ambiental se manifesta em uma variedade de formas, práticas, modos de pensar e atuar. Essas tendências, embora distintas, coexistem e disputam a hegemonia, influenciando as práticas e o discurso nesse campo. Vários autores se propuseram a compreender este campo (Sorrentino, 1993; Tozoni-Reis, 2004; Sauve, 2005; Layrargues, 2014) identificam três macrotendências que moldam o campo da Educação Ambiental no Brasil: *conservacionista*, *pragmática* e *crítica*. É importante ressaltar que essas macrotendências são tipos ideais, construções analíticas que buscam sintetizar a complexidade da realidade. Na prática, podem se aproximar ou se distanciar desses tipos ideais.

A macrotendência conservacionista tem suas raízes na ecologia e busca despertar uma sensibilidade em relação à natureza, se concentrando nas mudanças individuais de comportamento como forma de minimizar impactos ambientais. Nesse sentido, prioriza a dimensão afetiva na relação com a natureza, incentivando o conhecimento como caminho para a preservação, se manifestando em práticas educativas voltadas para a "pauta verde", com olhar para a biodiversidade, unidades de conservação, biomas e ecoturismo. Neste mesmo sentido, esta macrotendência tende a negligenciar as dimensões sociais e políticas da crise ambiental, focando apenas na relação indivíduo-natureza.

A macrotendência pragmática está fortemente influenciada pelo neoliberalismo e pela lógica do mercado, tendo suas raízes no estilo de produção e consumo advindos do pós-guerra. Conforme discute Layrargues, essa macrotendência poderia apresentar uma leitura crítica da realidade, caso aproveitasse o “potencial crítico da articulação das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas na reflexão sobre o padrão do lixo gerado no atual modelo de produção” (2014 p. 31).

No entanto, o que se observa por meio de sua trajetória é a ação de um mecanismo de “compensação para corrigir as “imperfeições” do sistema produtivo baseado no consumismo, na obsolescência planejada e na descartabilidade dos bens de consumo” (idem). Sendo assim, propõe a chamada “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” e para o “Consumo Sustentável” como caminhos para a resolução da crise ambiental, enfatizando a responsabilidade individual e a mudança de hábitos de consumo como soluções para a crise ambiental.

Segundo Layrargues (2014), esta macrotendência concentra-se na "pauta marrom" (por ser essencialmente urbano-industrial), se estabelece pela gestão de resíduos, pelo consumo consciente, na ecoeficiência e nas “tecnologias verdes”. Por este mesmo motivo, essa macrotendência tende a se limitar a reformas setoriais, sem questionar os fundamentos do sistema que gerou a crise ambiental, o sistema capitalista de produção, e assim ignora as desigualdades sociais e a distribuição desigual dos impactos ambientais, como se todos impactassem de forma igual no ambiente.

Por último, a macrotendência crítica busca a transformação social como caminho para a superação da crise ambiental. Para isso, ela se baseia na educação popular, na teoria crítica e na ecologia política (Layrargues, 2014). Neste sentido, essa macrotendência propõe a contextualização e politização do debate ambiental, considerando as relações de poder, bem como as desigualdades sociais e os conflitos socioambientais existentes. Há a inclusão de conceitos como cidadania, democracia, participação, emancipação, conflito e justiça ambiental, valorizando o pensamento complexo e buscando romper com as dualidades tradicionais (indivíduo-sociedade, natureza-cultura). Dessa forma, apresenta um grande potencial para mobilizar ações transformadoras que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

No âmbito escolar é possível notar a dominância de uma Educação Ambiental conservacionista: tratada de maneira descontínua, em situações específicas e pontuais, de maneira descolada do currículo, deixada em segundo plano em relação a outras áreas do conhecimento (Neves, Festozo, 2011; Souza, Rodrigues, Festozo, 2023). Layrargues (2014) destaca, contudo, um fortalecimento da Educação Ambiental Pragmática no âmbito escolar, motivada pelas práticas de reciclagem e gestão de resíduos diversos, a educação ambiental que o mercado permite. Ainda, apesar de ter grande potencial para ser interdisciplinar, normalmente é tratada sem relação com áreas da ciência, matemática ou linguagens, como apontam Trajber e Mendonça, (2006).

Nesse sentido, há uma preocupação sobre a inserção da Educação Ambiental nas escolas, por meios formais, como no currículo e na formação de professores. Autores como Tozoni-Reis e Loureiro (2006), Junqueira (2014), De Moraes Agudo e Teixeira (2020) defendem a importância das contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a Educação Ambiental e sua inserção nas escolas por meio do currículo. De acordo com eles, esta é uma pedagogia que coloca em centralidade a luta de classes e a busca pela superação dessa realidade político-social.

O termo “Educação Ambiental Histórico-Crítica”, portanto, se refere à Educação Ambiental Crítica que tem como fundamento pedagógico a Pedagogia Histórico-Crítica e suas concepções acerca da função social da escola, do trabalho docente, da concepção de currículo e organização educacional (Junqueira, 2014).

2.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores e professoras é um campo do conhecimento em constante transformação. Consideramos que para que esta formação se dê de forma ampla, reflexiva e crítica é importante que ela abarque condicionantes históricos, sociais e culturais da educação, da escola e da profissão docente. Para isso, é fundamental que a prática docente esteja atrelada com a realidade das escolas de maneira significativa para os e as estudantes, aliando teoria e prática (Pimenta, 2005). Por ser um campo em constante mudança, que acompanha igualmente o movimento da realidade, novos desafios e, portanto, novas aprendizagens são sempre necessárias.

No entanto, o que se destaca muitas vezes é uma precariedade na formação de professores. Em relação à Educação Ambiental (EA), um dos motivos para sua ausência nas escolas é a falta de ser tratada na formação inicial e continuada dos professores. Quando há um trabalho com Educação Ambiental na formação de professores, isso é frequentemente feito na perspectiva conservacionista e hegemônica, que não contribui para a EA Crítica (TOZONI-REIS, 2002).

No Brasil, prevalece uma formação de professores pautada na racionalidade técnica que desconsidera a articulação entre teoria e prática e está desassociada da realidade social e seus condicionantes históricos, econômicos e culturais (Maia e Teixeira, 2015).

A Pedagogia Histórico-Crítica é um possível caminho de solução dessa problemática, uma vez que busca a compreensão da realidade em sua totalidade, considerando os diversos fatores históricos, sociais, políticos e econômicos que permeiam a escola. Lutar pela sua inserção na formação de professores e no currículo é lutar por uma educação que atenda aos

interesses da classe trabalhadora e contribua para a transformação social necessária para frear o colapso social e ambiental emergente.

3. METODOLOGIA

Para este trabalho, será utilizado a pesquisa qualitativa, uma vez que esta abordagem metodológica busca compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, priorizando a interpretação e a análise de significados, experiências e contextos, valorizando a subjetividade, a complexidade e a profundidade dos fenômenos humanos (Tozzoni, 2008).

Nesse sentido, para realizar a análise do minicurso e compreender como a prática pedagógica avança em abordar as drogas de uma forma histórico-crítica, é necessário tomá-lo em sua totalidade, para isso, será feita a análise de falas e respostas que ocorrerem durante as discussões do minicurso, por meio da Análise Dialógica do Discurso, a fim de compreender os enunciados que surgiram durante o processo pedagógico. Para facilitar a análise das falas obtidas durante as discussões, o minicurso foi gravado para que posteriormente possa ser revistado e analisado.

3.1 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

Optamos pela Análise Dialógica do Discurso (ADD) do Círculo de Bakhtin para analisar este trabalho, uma vez que, ao contrário da Análise de Conteúdo, que se preocupa com o conteúdo dos enunciados, a ADD se atenta ao sentido que eles produzem enquanto discurso (Caregnato; Mutti, 2006). Como a pesquisa se constitui pela análise de diversos momentos e métodos avaliativos que compõem a prática pedagógica (comentários que ocorreram durante o minicurso, a produção e discussão da nuvem de palavras, perguntas discursivas), analisar separadamente e individualmente o conteúdo de cada atividade desse processo - fragmentando-o - impossibilita compreendê-lo como um todo. Além disso, a Análise de Discursos dialoga de forma coerente enriquecedora com nossos referenciais teóricos, Educação Ambiental Histórico-Crítica e o Materialismo Histórico-Dialético.

É válido ressaltar que a ADD não é uma teoria desenvolvida exclusivamente por Mikhail Bakhtin, um dos principais nomes dessa teoria, mas sim fruto do trabalho colaborativo de um grupo de intelectuais conhecido como o Círculo de Bakhtin, que atuou na Rússia nas primeiras décadas do século XX, período pós-revolucionário (Silva, 2013). Esse círculo era composto por pensadores como Valentin Volochinov e Pavel Medvedev, entre outros, que compartilhavam ideias e debatiam questões relacionadas à linguagem, cultura e sociedade,

buscando compreender o papel da linguagem na formação do sujeito e nas interações sociais, promovendo uma visão da linguagem como um fenômeno essencialmente dialógico e social.

Neste sentido, a teoria desenvolvida por este Círculo afirma que a relação entre enunciado e discurso é de interdependência, sendo o enunciado é a unidade concreta que dá forma ao discurso, enquanto o discurso é o fluxo contínuo que conecta e dá sentido aos enunciados individuais. Juntos, eles revelam como a linguagem funciona como um processo social dinâmico, refletindo e participando da construção de significados em um contexto histórico e cultural específico (Volochínov, 2013).

O discurso é uma forma de interação social que vai além de uma simples transmissão de informações. Ele é visto como um processo dialógico, no qual cada enunciado (ou seja, cada ato de fala ou escrita) é uma resposta a enunciados anteriores e uma antecipação de enunciados futuros (Silva, 2013).

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana (Bakhtin, 2003, p. 348).

Isso nos permite afirmar que a linguagem nunca é neutra ou isolada; ela está sempre em interação com outras vozes, refletindo e refratando diversos pontos de vista e influências sociais. O discurso, portanto, é sempre situado em um contexto específico, carregado de significados sociais, históricos e culturais (Paulo; Moreira, 2012; Silva, 2013). Dessa forma, o discurso nunca é um monólogo isolado, mas uma troca contínua de significados entre o locutor e o interlocutor, ambos ativos na co-construção do sentido.

O Círculo de Bakhtin enfatiza que a realidade social e histórica está em constante transformação e que essa mudança é refletida e moldada pelos discursos. A linguagem, ao ser utilizada em contextos específicos, não apenas descreve a realidade, mas também a influência e transforma (Volochínov, 2013). Assim, os discursos são vistos como forças ativas na construção e reconstrução da sociedade, uma vez que cada enunciado responde a um contexto histórico particular e, ao mesmo tempo, participa na construção de novos contextos (Trevizan, 2012). Essa visão dialética reflete a crença de que a realidade é dinâmica e que os processos de comunicação são parte integral dessa dinâmica.

Os sujeitos da enunciação são, de um lado, o locutor, que produz o enunciado, e, de outro, o interlocutor, que o recebe. Ambos desempenham papéis ativos no processo comunicativo. O locutor constrói seu enunciado considerando a presença do interlocutor, suas expectativas e possíveis reações (Silva, 2013). Da mesma forma, o interlocutor interpreta o

enunciado a partir de seu próprio contexto e experiências, influenciando assim o sentido do que foi dito. Em resumo, a comunicação é sempre uma co-construção entre locutor e interlocutor.

Dessa forma, a aplicação da teoria bakhtiniana como metodologia de análise em um minicurso na formação de professores se justifica, pois, essa abordagem permite entender como os processos de ensino-aprendizagem são construídos discursivamente. A ênfase na dialógica revela como as interações entre mediador e alunos, bem como entre os próprios alunos, contribuem para a construção de saberes e identidades. Além disso, a análise dos enunciados no contexto educacional possibilita observar como as práticas pedagógicas estão inseridas em um processo histórico e social em constante transformação, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais e dos desafios na formação de professores.

A obtenção de dados empíricos, o corpus do trabalho, será feita por meio de grupos de discussão, uma nuvem de palavras e questionários abertos.

Sobre os instrumentos utilizados, Martins (2014) afirma que o grupo de discussão possibilita a apreensão dos dados de natureza qualitativa a partir de encontros e sessões em grupo, onde pessoas dialogam e compartilham de ideias a partir de um tema sugerido. Neste mesmo sentido, a utilização deste método permite a apreensão do que um grupo de pessoas pensam, possibilitando a identificação e levantamento de ideias e concepções do grupo num espaço relativamente curto de tempo.” (Martins, 2014, p. 51).

Posto isso, será realizado um breve relato da prática pedagógica, seguido da identificação e discussão dos enunciados que surgiram durante a prática.

Participaram do minicurso 3 professores(as) supervisoras, 24 residentes, 3 mestrados do PPGECA (incluindo o autor) que estavam fazendo seus trabalhos junto a RP, a coordenadora do programa, e alguns alunos convidados, advindos de outros cursos. Em média, o grupo dos(as) residentes era composto por pessoas que estavam entre o quinto e o oitavo período do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

participantes	formação	quantidade	identificação
residentes (R)	formandos(as) em Licenciatura em Ciências Biológicas	24	R1 ao R24
professores(as) supervisoras (PS)	-	3	PS1 ao PS3
mestrados (MT)	Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharel em Ciências Biológicas	2	MT1 e MT2

convidados (C)	Bacharel em Agronomia, Licenciatura em Física, Mestrado em Educação Científica e Bacharel em Educação Física	3	C1 ao C3
mediadores (MD)	-	2	MD1 e MD2

tabela 01 - identificação dos participantes

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir desse tópico, o trabalho desenvolvido no minicurso será analisado, desde seu planejamento, desenvolvimento e suas contribuições para a formação de professores. Para isso, o minicurso foi dividido em três momentos a fim de organizar essa análise.

4.1 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO MINICURSO

O minicurso ocorreu nos seguintes dias conforme a tabela:

DIA 1: SEGUNDA-FEIRA	DIA 2: TERÇA-FEIRA	DIA 3: QUINTA-FEIRA
18:30 às 21:30	15:00 às 18:00	8:30 às 12:00

tabela 02 - dias de realização do minicurso

No primeiro dia, o planejamento era iniciar o primeiro momento logo após o Teatro-Fórum, no entanto, houve um atraso para começar a atividade, o que deixou pouco tempo para a realização do minicurso neste primeiro dia. Dessa forma, enquanto cada momento estava destinado para um dia, os momentos *um* e *dois* ficaram para o dia 2, enquanto que o *terceiro momento* para o dia 3.

Apesar do atraso no primeiro dia ter impedido o desenvolvimento do minicurso como planejado, foi possível realizar algumas discussões introdutórias e coletar as respostas discursivas sobre a percepção do minicurso e o teatro apresentado naquele dia.

O planejamento ocorreu da seguinte forma: o minicurso deveria ocorrer após a dinâmica do teatro fórum, tendo a dinâmica como parte inicial do minicurso, de forma a criar um “gancho” entre o processo que estava sendo desenvolvido e o minicurso, em sentido de estabelecer uma conexão entre a prática pedagógica e o processo como um todo.

A ideia de realizar o minicurso em sequência da dinâmica do teatro fórum surge uma vez que percebemos o potencial da dinâmica do teatro fórum para levantar as questões socioambientais observadas durante as entrevistas, inclusive a questão de drogas. No entanto,

caso a questão de drogas não surgisse nas discussões advindas da dinâmica do teatro, sua própria ausência poderia ser questionada, dando caminho para o minicurso e início do primeiro momento.

4.1.1 TEATRO-FÓRUM: PONTO DE PARTIDA

O Teatro do Oprimido (TO) é uma forma de expressão teatral desenvolvida pelo brasileiro Augusto Boal na década de 1970. Baseia-se na ideia de que o teatro pode ser uma ferramenta para promover a conscientização e a mudança social. O método busca envolver ativamente o público, incentivando a participação e a reflexão crítica sobre questões sociais, políticas e individuais. O Teatro do Oprimido inclui uma variedade de técnicas, como jogos teatrais, improvisação e formas de teatro interativo, com o objetivo de estimular o diálogo, explorar alternativas para a transformação social e capacitar os participantes a agir em busca de mudanças em suas comunidades. (BARBOSA e FERREIRA, 2017)

A técnica utilizada para essas encenações foi o Teatro-Fórum. O Teatro-Fórum (talvez a base mais democrática do TO) é certamente a mais conhecida e praticada no mundo todo, usa ou pode usar todos os recursos de todas as formas teatrais conhecidas, a estas acrescentando uma característica essencial: os espectadores - aos quais chamamos de *spect-atores* - são convidados a entrar em cena e, atuando teatralmente, e não apenas usando a palavra, revelar seus pensamentos, desejos e estratégias que podem sugerir, ao grupo ao qual pertencem, um leque de alternativas possíveis por eles inventadas (BOAL, 1980).

Para esta atividade, os integrantes dos grupos deveriam apresentar por meio da encenação aquilo que ficou de mais marcante das entrevistas. Tais encenações foram mediadas por um dos mestrandos que compunham o grupo.

Um dos grupos decidiu representar a seguinte cena:

Eram dois protagonistas, um menino e uma menina. A menina, era filha de pais que faziam parte de uma religião de matriz africana, enquanto o menino era filho de pais cristãos. Os dois estudavam na mesma escola e estudavam na mesma sala. A primeira cena são os dois em suas respectivas casas se preparando para irem para a aula, ambos recebem as bênçãos de seus pais conforme cada cultura, porém, a menina recebe um colar de proteção, característico de sua religião, para ir à escola.

A próxima cena são os dois na sala de aula, onde a menina, mais tímida e quieta, fazia suas atividades em silêncio, enquanto o menino, mais agitado, interagiu com seu grupo de amigos. Está no final da aula, e toca o sinal para o intervalo, o grupo dos meninos sai em

direção a porta, mas o menino protagonista esbarra na menina e faz um comentário maldoso, dizendo que encostou nela e que por isso ia ter que se limpar com sabão, se não ia acabar recebendo uma praga por conta que encostou em seu colar.

A menina ficou muito chateada com essa situação, pois direto sofria preconceitos por conta de sua religião. Ela decide então sair da sala e reclamar com a direção, buscando uma solução para este problema. A diretora da escola a responde de forma a minimizar sua questão, dizendo para ela ficar tranquila, que essas coisas acontecem e que logo passam, que não são nada demais.

Revoltada com a resposta da diretora, ela sai da escola, e vai em direção ao terreiro no qual sua família faz parte, em busca de seu pai de santo para pedir apoio. No caminho, ela é vista por duas senhoras que estão conversando, e uma delas faz o seguinte comentário: “olha lá aquela garota, não deveria estar na escola esta hora?” E a outra responde “pois é, e olha onde ela está indo, está indo lá pra rua do charquinho, deve estar indo usar droga, essa juventude está perdida”. A próxima cena é a menina chegando no terreiro, sendo recebida pelo seu pai de santo, e depois por diversos membros do terreiro. Naquele dia, o terreiro estava em festa, e todos estavam decorando e arrumando o local, concluindo essa pequena encenação com uma cena de acolhimento.



imagens 05 e 06 - fotografias do teatro fórum. Fonte: autor

O outro grupo também realizou a produção de uma cena, mas construiu algo voltando os olhares para um rio que há no local, a fim de discutir a sua importância para a comunidade e como seu uso por parte dos moradores se transformou com o tempo⁶.

A respeito da peça descrita acima, podemos elencar duas questões. Uma delas é o preconceito e intolerância religiosa que ocorre tanto nos arredores da comunidade escolar como dentro da própria escola, sendo que a região em questão é conhecida pela presença de quilombos e terreiros, que são movimentos de resistência cultural de povos com descendência africana.

A outra questão é a movimentação gerada pelo uso e pelo tráfico de drogas em alguns pontos do bairro próximo à região onde está situada a escola e os terreiros, como por exemplo terrenos baldios ou de construções antigas que foram abandonadas, qualificando essa região como perigosa e violenta. Em uma conversa com a diretora da escola, foi mencionado por ela que a quadra da escola há um tempo atrás foi aberta para o público em tempo integral, para que

⁶ Mesmo não havendo menção sobre casos de intolerância religiosa, é pertinente mencionar que a região recentemente foi palco de um incêndio criminoso em um de seus terreiros. Registros deste ocorrido podem ser acessados por meio dos jornais digitais locais: <https://www.lavras24horas.com.br/portal/incendio-em-terreiro-de-lavras-levanta-suspeitas-e-gera-reacoes-preocupantes/>
<http://www.jornaldelavras.com.br/index.php?p=10&tc=4&c=34403&catn=1>

a comunidade pudesse fazer uso do espaço com atividades culturais ou com a prática de esportes.

No entanto, com o passar do tempo a quadra foi utilizada como local de uso e tráfico de drogas, além de ter diversos itens roubados, como por exemplo itens de banheiro coletivo como pia e vaso sanitário. Frente a esta situação, a diretora decidiu que era necessário privar o uso da quadra para o público em tempo integral, sendo restrita somente para o uso dos(as) alunos(a) da escola em horários de aulas.

Uma vez que diversos locais que são utilizados para uso e comércio de drogas são próximos ao quilombo e terreiros, se construiu um preconceito com os moradores daquela região bem como com os frequentadores dos terreiros como usuários e traficantes, de que o local é perigoso e violento, com alto índice de criminalidade. No entanto, o que é apresentado pelos moradores locais é contrário a isto, afirmando que apesar do movimento relacionado às drogas que ocorrem naquela rua, há uma boa convivência e espírito de coletividade.

Após a realização das encenações e demais dinâmicas que dizem respeito ao método do Teatro Fórum, direcionei algumas perguntas para a turma, no sentido de conhecer quais foram as suas percepções sobre a questão de drogas por meio das entrevistas e observações.

Ao fazer essa pergunta, R2 comentou que as falas relacionadas às questões eram sempre relacionadas à violência, a algo pejorativo, com fator de impacto negativo, pois as pessoas que usam isso estão tomando os espaços públicos.

R3 comentou que as crianças não podem acessar o espaço público como brincar na rua porque a rua é um ambiente de drogas, perigoso. Os pais querem proteger as crianças. Neste mesmo sentido, R5 comentou que sua dupla entrevistou uma mãe que disse que deu um telefone para o seu filho para ele ficar mais em casa e não ficar brincando muito na rua, “pois é perigoso e pode ter contato com usuários de droga”.

R1 relata que nas entrevistas algumas pessoas comentaram que a comunidade se relaciona bem com o comércio de drogas, pois segundo os moradores “há um consenso entre a comunidade e os traficantes, disse que eles têm consciência de que não é interessante vender nem usar nada na frente das crianças, mantendo um certo respeito, e assim parece ter uma harmonia, as pessoas dali sabem que ali há pontos de venda mas ninguém “mexe” com ninguém e está tudo bem”. Além disso, ainda relata que segundo estes mesmos moradores quem promove esse comércio lá ajuda a manter a segurança da comunidade. Este comentário traz à tona a questão de que a organização do crime organizado surge a partir locais onde o poder do estado não chega.

Discutindo sobre a importância de se falar sobre drogas, questiono quem tem autoridade para falar sobre o assunto, houve alguns comentários, mas chegaram a conclusão que são a classe dos médicos, dos policiais, e padres ou pastores (representantes de igrejas).

Por fim, ainda neste dia, para conhecer se os(as) participantes fazem relação do minicurso com a encenação apresentada, entreguei para cada um uma folha de papel para responder a seguinte pergunta: *vocês percebem a relação do título do minicurso com o teatro-fórum apresentado hoje?*

Esta pergunta pode servir de instrumento de análise para saber se havia antes do minicurso a compreensão da relação do minicurso com o que foi apresentado no teatro, e se essa compreensão passou a existir depois do minicurso.

4.1.2 PERGUNTA REALIZADA APÓS O TEATRO-FÓRUM

Entreguei uma folha para cada um, e peço-lhes que respondam discursivamente a seguinte pergunta: *vocês percebem a relação do título do minicurso com o teatro-fórum apresentado hoje?*

Após apresentar a pergunta, deixo claro que era importante serem sinceros, se caso não percebessem nenhuma relação, era importante responderem que não. Ao todo, 18 pessoas responderam esta pergunta. Dessas 18 pessoas, foi possível observar que:

→ Apenas duas pessoas não viram relação

- ◆ Uma das respostas foi apenas “Não vejo relação”
- ◆ A outra disse que não vê relação direta do tema com a peça teatral, mas que o tema “está indiretamente na cena, por conta de retratar a realidade do ambiente escolar, onde comumente o tema é abordado”.

→ Das demais 16, é possível definir 3 categorias

- ◆ **5 pessoas** relacionaram as drogas com o preconceito relacionado à comunidade retratada, alguns utilizaram elementos do próprio teatro para fazer essa relação, como por exemplo citando cenas.
- ◆ **8 pessoas** relacionaram o tema com a intolerância religiosa.
- ◆ **3 pessoas** fizeram comentários mais abrangentes ou desconexos à pergunta.

Quadro 02 - respostas início do minicurso

Seguindo assim, será descrito o planejamento e um breve relato de sua realização. Abaixo, segue um modelo ilustrativo da organização do minicurso.



Imagem 07 - ilustração dos momentos do minicurso. Fonte: autor

4.1.3 PRIMEIRO MOMENTO: O QUE SÃO DROGAS?

O *primeiro momento* teve início com uma breve encenação voluntária e não planejada junto ao minicurso. O grupo da RP possuía uma cultura de iniciar as reuniões com uma mística, sendo assim, aproveitamos o momento da mística para levantar algumas questões.

A ideia da cena era retratar uma roda de capoeira, onde haveria um acidente, em que um dos capoeiristas acertasse o outro com um golpe sem querer, e causando muita dor. Neste momento, as pessoas que compunham a roda recorreriam a um curandeiro, que era que teriam a sabedoria necessária para tratar daquela dor. Ao chegar, o curandeiro pede para alguém buscar determinadas plantas para fazer o seu trabalho. Neste instante, chega um grupo de policiais reprimindo a todos, batem nos capoeiristas, dizendo que aquilo era proibido, bem como no curandeiro, dizendo que aquilo que ele estava fazendo era proibido por lei, e que levariam-o preso. Assim termina a encenação.

Buscou-se com essa cena levantar, mesmo que simbolicamente, como que algumas atividades que eram realizadas por negros eram proibidas há alguns anos atrás. Talvez, essa mística fizesse mais sentido, caso o *primeiro momento* tivesse ocorrido no dia anterior, já que ela se relaciona com o *segundo momento* do minicurso. Sobretudo, como o momento da mística não tinha como objetivo estabelecer uma discussão, a encenação poderia servir como mística, apenas como produção de uma experiência estética naquele instante, e ser resgatada posteriormente. Após a mística, demos início ao minicurso de fato. Começamos então a conversar sobre as impressões sobre as entrevistas e observações.

Este *primeiro momento* do minicurso trata de trazer à tona as primeiras impressões sobre as questões de drogas percebidas durante as entrevistas e as observações dos residentes durante a pesquisa de campo. Como as entrevistas têm como cerne a compreensão da prática social da comunidade escolar, espera-se que as falas e comentários obtidos durante as entrevistas e observações apresentem elementos diversos a respeito da questão das drogas. Sendo assim, este primeiro momento também se destina a apresentação de algumas contradições e problematizações a respeito das concepções obtidas.

O caminho escolhido para realizar isso é a discussão, por meio de perguntas e apresentação de imagens e manchetes de jornais, sobre o aumento das farmácias e drogarias nos últimos anos, bem como o fato de que um dos maiores vícios da nossa geração atual é o vício em fármacos, tendo como grande agravante o *marketing* utilizado pelas drogarias para colocar seus produtos em destaque frente à concorrência, o que tem como consequência colateral o aumento da automedicação.

O intuito de levantar essa discussão é abordar como que boa parcela da população entrevistada acredita que as drogas ilícitas são as grandes vilãs, enquanto há certa aceitação sobre as drogas lícitas, que vão para além do álcool. Outro ponto dessa mesma discussão é compreender quais são os fármacos que mais causam dependência (antiansiolíticos e antidepressivos) e questionar o seu uso, a fim de compreender como nossa forma de produzir a vida cria a necessidade do uso dos mesmos.

Sendo assim, para iniciar essas discussões, apresento a seguinte imagem e pergunto o que é percebido a partir dela:



Imagem 08 - Bar ao lado de uma igreja. Disponível em:

https://blogger.googleusercontent.com/img/b/R29vZ2xl/AVvXsEicmxjt7YH57j_UQfwlmxAkYHDLCD3RpGbt5eOxNS101fGx85dW2X2MMaXOwgnYTbbkBedsCkcJT8pEQpge_UbEmvq5y-qTvWJVWCwoCqfaO6UXc9oR4u8QJTRxrYegl5989Bret1A618Q/s400/231011+012.JPG

Acesso em 10 de outubro de 2023.

Em seguida, após ouvir algumas ideias sobre a imagem, comento que antigamente havia o ditado de que para cada rua inaugurada a primeira coisa a chegar lá é um bar e uma igreja, mas que agora, se para cada rua há um bar e uma igreja, para cada esquina há uma farmácia, e então apresento esta segunda imagem:



Imagem 09 - Cruzamento entre a rua Ildefonso Albano e a Av. Santos Dumont, cidade de Fortaleza, Ceará. Mário Kempes. Disponível em: <https://x.com/kempao/status/1113883823014653953>. Acesso em 20 outubro de 2023.

Nesta segunda imagem, há registros de um cruzamento entre a rua Ildefonso Albano e a Av. Santos Dumont, em Fortaleza-CE, onde que nas quatro esquinas que ligam o cruzamento há uma farmácia. Após a apresentação dessas imagens, foi questionado para o grupo o que eles percebem a respeito do aumento do número de farmácias na cidade, e quais as possíveis implicações disso.

No decorrer da conversa, também foi apresentado mais algumas imagens de manchetes de jornais falando sobre o “vício em medicamentos”.

USP
AUN - AGÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE NOTÍCIAS
ISSN 2359-5191

ARTE E CULTURA CIÊNCIA E TECNOLOGIA ECONOMIA E POLÍTICA EDUCAÇÃO MEIO AMBIENTE SAÚDE SOCIEDADE

11/13/2023

INÍCIO > SAÚDE > Aumento de farmácias no Brasil gera preocupação em especialistas

Aumento de farmácias no Brasil gera preocupação em especialistas

Vemos que há um aumento no número de farmácias e drogarias pelas cidades brasileiras. Porto Alegre, por exemplo, possui atualmente cerca de 707 farmácias, o que representa uma para cada grupo de 2 mil habitantes, quatro vezes o padrão recomendado pela Organização Mundial da Saúde.

Existe um número maior de farmácias do que a necessidade da população, portanto, sai na frente aquelas que mais chamam atenção, seja pelos preços, serviços e produtos oferecidos ou até a localização. Dentre todas as localizações há preferência por aquelas que ficam em esquinas. O fenômeno é chamado de *cornershops*, e explica que os locais possuem maior visibilidade e assim maior chance de atrair os consumidores que passam por ali em busca de ofertas e descontos.

Imagem 10 - Slide demonstrativo. Fonte: autor

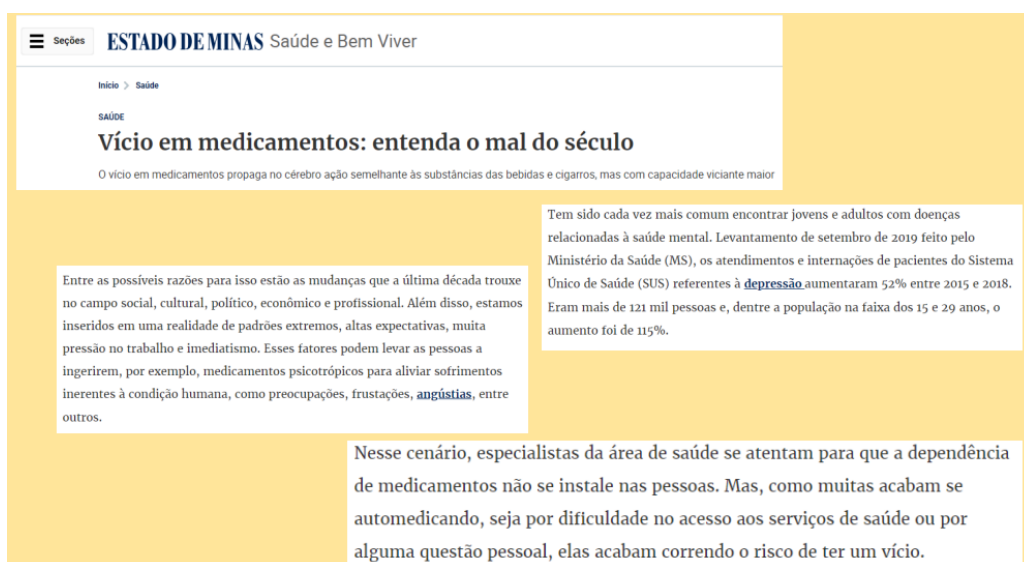


Imagem 11 - Slide demonstrativo. Fonte: autor

Após a apresentação dessas imagens, foi perguntado para o grupo o que eles compreendem sobre esse fenômeno, havendo assim diversas falas sobre a relação entre farmácias, marketing e saúde.

Por meio das falas, foi possível perceber que havia uma compreensão de que o marketing não se preocupa com o compromisso de gerar um bem estar social, mas sim de conquistar vendas de produtos determinados. A partir deste ponto, retomo algumas falas e dou encaminhamento para discutir o vício em medicamentos, como exposto pela imagem acima, sendo este o “mal do século”. Apresento para a turma que grande parte dos medicamentos que causam vício são medicamentos para tratar de ansiedade e depressão, e questiono o que eles pensavam sobre essa situação. Há alguns comentários sobre o déficit de atenção ser algo cada vez mais comum, e que vivenciando um momento com bastante super estímulos devido a nossa interação com as redes sociais. Além disso, também houve comentários sobre tratarmos cada vez mais das consequências e não das causas. Neste ponto, apresento por meio da imagem abaixo os principais grupos de medicamento que mais causam vício, e pergunto se alguém ali conhecia ou tinha familiaridade com algum deles.



Imagem 12 - grupos de fármacos que mais causam dependência. Fonte: autor

Realizo um breve comentário sobre o funcionamento dos medicamentos, falando que em breve irei tratar dessa questão com mais detalhes, mas que de forma geral boa parte dos medicamentos listados funcionam como inibidores de estímulos, ou seja, estamos imersos em uma sociedade que produz continuamente superestimulados, e para amenizar as consequências desses super estímulos, utilizamos a sua inibição por parte do sistema nervoso. Neste mesmo sentido, o vício gerado por estes medicamentos está relacionado com o uso crônico e a dependência do sistema.

Ao comentar sobre os opioides, realizo uma breve introdução sobre o que são e a sua importância na medicina, assim que o seu efeito analgésico é único na natureza. Ao falar dos estimulantes, citando a Ritalina, vários alunos comentaram sobre já terem feito uso ou conhecer quem faz uso cotidianamente. Comento que particularmente foi uma surpresa chegar na universidade e conhecer que o uso deste medicamento era muito comum mesmo para alunos do ensino médio, principalmente alunos que tinham vindo de escolas particulares.

A ritalina é colocada muitas das vezes como uma ferramenta de socorro, onde um dia ou dois antes de uma prova, é ela quem vai promover um hiperfoco e fazer com que você estude e compreenda todo o conhecimento que foi estudado ao longo de semanas. Também é comentando sobre a existência de pessoas que realmente necessitam fazer o uso deste medicamento, mas que também existe uma escassez de informação e uma circulação deste medicamento sem prescrição médica que pode ser bastante prejudicial.

Colocando em pauta a contradição da indústria farmacêutica, se torna oportuno questionar “o que é droga?”. Então apresento as definições de Escohotado (1997) sobre


substâncias que ingerimos, de forma a demonstrar que pequenas quantidades de uma substância podem causar reações bastante intensas, podendo inclusive levar à morte.

Considerando este raciocínio, uma questão que se mantém presente é: *como tais substâncias, que podem levar à morte em determinados casos, também são utilizadas para fins terapêuticos?* Neste sentido, após apresentar a definição de drogas sob um olhar de substância, é introduzido a questão de como substâncias que podem levar à morte podem ser terapêuticas. Segundo Escohotado (1997) em “O Livro das Drogas”, os organismos sofrem as mais variadas desordens e, diante delas, o uso de tóxicos em doses não letais pode ser a única ou a melhor maneira de provocar certas reações, existem poucos venenos que não fornecem um valioso medicamento (Idem). Arelado a isso, também é discutido o termo *Pharmakón* para os gregos significa que na dimensão de substância, não há distinção entre remédio e veneno, o que vai diferenciar uma coisa da outra é a dose.

Sendo assim, é importante pontuar que toda e qualquer droga se constitui como um remédio ou veneno em potencial, o fato de ser nociva ou benéfica em determinado caso depende exclusivamente da *dose*, do *objetivo do uso*, do *grau de pureza da substância* e das *condições de acesso a esse produto e os modelos culturais de uso*.



Imagem 13 - slide demonstrativo. Fonte: autor



QUALQUER DROGA SE CONSTITUI EM UM VENENO POTENCIAL E UM REMÉDIO POTENCIAL, O FATO DE SER NOCIVA OU BENÉFICA EM DETERMINADO CASO DEPENDE EXCLUSIVAMENTE DE:

- A) DOSE;**
- B) OBJETIVO DO USO;**
- C) PUREZA;**
- D) CONDIÇÕES DE ACESSO A ESSE PRODUTO E MODELOS CULTURAIS DE USO;**

A ULTIMA CIRCUNSTÂNCIA É EXTRAFARMACOLÓGICA, AINDA QUE ATUALMENTE UM PESO COMPARÁVEL ÀS CIRCUNSTÂNCIAS FARMACOLÓGICAS

Imagem 14 - slide demonstrativo. Fonte: autor

Há algumas perguntas e comentários da turma para compreender mais precisamente alguns detalhes sobre a tolerância das substâncias. Essa questão foi bastante interessante para discutir alguns aspectos sobre usos de determinadas substâncias, gerando uma boa dinâmica por parte da turma, onde alguns alunos tomaram frente para explicar para outros que estavam com mais dúvidas.

A partir dessas discussões, retomo a fala e coloco em pauta a questão do vício. Para tratar deste assunto, foram utilizados os quadrinhos feitos por Stuart McMillen sobre o experimento do Rat Park, os quais estão disponíveis em: <https://www.stuartmcmillen.com/pt/comic/ratolandia/>.

O EXPERIMENTO DO "RAT PARK"



Imagem 15 - slide demonstrativo. Fonte: autor

A ideia de trazer este experimento para se discutir a questão do vício é que, a “velha narrativa”, denominada assim por Alexander (2018), estabeleceu a falsa premissa de que substâncias como os opioides causam vício em indivíduos de todas as espécies de animais, sejam roedores ou Homo Sapiens. (Alexander, 2018) Neste entendimento, após um breve contato, a via fatal da dependência seria inevitável, ou seja, havia uma interpretação de que o vício em uma determinada substância era de natureza puramente farmacológica. Todavia, os experimentos realizados com animais que embasaram essa afirmativa são controversos e deixam de considerar fatores ambientais e sociais, que contemplam a complexa relação do ser humano com a natureza (Alexander, 2018).

Em contraste com experimentos anteriores, os quais ratos eram mantidos em ambientes isolados e desestimulantes, nas minúsculas caixas de Skinner, o Rat Park foi projetado para ser um ambiente mais enriquecido e socialmente estimulante para os roedores. Os resultados do experimento sugeriram que os ratos que viviam no ambiente mais enriquecido e socialmente interativo do Rat Park eram menos propensos a consumir grandes quantidades de substâncias psicoativas, como a morfina, em comparação com os ratos mantidos em condições isoladas (Alexander, 2018).

A conclusão principal foi que o ambiente desempenha um papel significativo na propensão ao vício, sugerindo que fatores sociais e ambientais desempenham um papel crucial na compreensão da dependência química. Essa pesquisa teve impacto na compreensão

contemporânea da dependência, destacando a importância dos fatores ambientais e sociais no desenvolvimento e tratamento do vício em substâncias. No entanto, devido à falta de investimentos para continuar as pesquisas, o grupo teve de encerrar suas atividades.

Após a apresentação dos quadrinhos, discutimos em conjunto as percepções obtidas por meio do experimento, seguida de uma pausa para o lanche.

4.1.4 SEGUNDO MOMENTO: POR QUE ALGUMAS DROGAS SÃO PROIBIDAS E OUTRAS NÃO?

Após o lanche, foram retomadas as discussões anteriores. Como continuação aos assuntos tratados, foi colocado em pauta a seguinte questão: *como as drogas se tornam um problema?*

Este *segundo momento* destina-se o questionamento sobre por que algumas drogas são proibidas, quando é que se tornam um problema e porque é que se tornam um problema, adentrando nas condicionantes sociais, políticas e econômicas que englobam essa questão. Para tratar dessa questão, foram selecionados dois períodos históricos que dizem respeito à proibição de duas substâncias distintas. Os dois períodos são respectivamente *a proibição da maconha no Brasil no período pós abolicionista* e *as Guerras do Ópio entre China e Inglaterra entre os anos de 1839 e 1860*. É certo que teria uma infinidade de possibilidades para apresentar os aspectos sociais, políticos e econômicos relacionados à questão de drogas, o que justificam a escolha desses dois períodos são os seus potenciais de desvelar como que o proibicionismo e a guerra às drogas servem muito mais como ferramentas para legitimar a opressão e repressão de determinados grupos sociais e raciais ligados à determinadas substâncias do que efetivamente para diminuir a venda e consumo das drogas.

Discutir a respeito das Guerras do Ópio, que ocorreu entre a China e Inglaterra entre os períodos de 1839-1842 e 1856-1860, se justifica, pois, além de ser o início de um estopim para políticas anti drogas a nível mundial (liderada pelos Estados Unidos), adentra em questões políticas e econômicas a nível internacional, fazendo-se compreender que a questão das drogas não é simplesmente uma relação entre indivíduo e substância, mas sim política, social e econômica.

Neste mesmo sentido, abordar este fato também possibilita a compreensão de que os típicos “mocinhos” destas histórias não são realmente bons, conseguiram propagandar uma certa visão positiva, mas na verdade, cumpriram papéis questionáveis eticamente como é o caso da Inglaterra nessa história. Para construir essa discussão foi feita a escolha de assistir um vídeo

publicado pelo canal “Vogalizando a História”⁷, na plataforma digital YouTube, no qual faz uma breve apresentação do que foi as Guerras do Ópio.



Imagem 16 - vídeo do canal “Vogalizando a História”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QRBXCWYLgUI>. Acesso em 13 de Junho de 2023.

É oportuno comentar que a escolha do vídeo foi feita com base no tempo disponível para discutir durante esse assunto no minicurso. De forma contrária, caso tivéssemos mais tempo, optaríamos por assistir o filme “A Guerra do Ópio”, de Xie Jin (1997).

Apesar de o vídeo apresentar diversas informações importantes para pensar o que foi este acontecimento e as suas implicações na história, as informações são bastantes sintéticas e podem ser muitas informações para serem assimiladas em pouco tempo. Por outro lado, o filme é mais extenso, com cerca de duas horas de duração, porém ele apresenta nuances sutis e bastante ricas para compreender o contexto, a dimensão e as implicações das Guerras na história dos países envolvidos.

No filme, por exemplo, nas primeiras cenas há um diálogo dos militares Chineses discutindo sobre os problemas do Ópio, onde um deles comenta que proibir o ópio seria desastroso, indicando que a proibição é quem amplifica os danos do uso de determinada

⁷ O vídeo é produzido por Vitor Vogel, graduado em História pela Universidade Federal Fluminense.

substância, uma discussão bastante relevante para o presente minicurso. Além disso, há várias cenas que representam os valores da cultura chinesa e os choques culturais entre as duas nações. Uma das cenas mais emblemáticas do filme é quando a marinha inglesa chega à costa da China e começa a acatar, então o exército chinês, tomando consciência que o poder bélico dos ingleses era bastante superior ao deles, perderiam a batalha de qualquer forma, no entanto, não hesitaram em batalhar, e assim batalharam até a morte para defender seu território.

A disciplina dos chineses, mesmo que a todo momento sendo contraditória com a corrupção também existente, era bastante representada no filme, dando significado para decisões tomadas pelo império chinês. Sobretudo, representava os modos de vida dos chineses e sua visão de mundo. Em comentário breve, outra cena bastante emblemática é quando alguns representantes chineses se encontram com os ingleses para fazerem um tratado de paz, e são convidados pelos ingleses para fazerem uma refeição. Os chineses olham para o garfo e faca e riem entre si, demonstrando como achavam aquilo ferramentas bastante rudimentares. Os chineses tinham uma forte defesa dos produtos feitos por eles, sua cultura, considerando os estrangeiros como bárbaros. Há no filme também a cena da rainha inglesa sabendo que os chineses mandaram jogar a mercadoria de ópio no mar. Aquilo para ela soou como um insulto, e decide declarar guerra como uma questão de honra.

Após assistirmos ao vídeo, foi aberto um espaço para a exposição das impressões a respeito dele. Diversos comentários apontaram que o volume da caixa de som estava muito baixo e que foi necessário ler as legendas para entender o que estava sendo dito. Uma das residentes comentou também que o vídeo continha muita informação em pouco tempo, e que foi difícil assimilar tudo o que foi apresentado. Ainda assim, houve alguns comentários sobre o conteúdo do vídeo.

C1 comentou que para ele, a moral da história presente no vídeo é que existe sempre um vilão e um mocinho (em tom de brincadeira), mas depois reitera que o vídeo foi muito bom para perceber a posição da Inglaterra como agente

MT2 fala um pouco sobre a história da China, e como a China sofreu por muito tempo durante este período. Ele também fala que no vídeo é muito presente a questão da hipocrisia devido à proibição das drogas, há sempre uma questão de interesses. Segundo ele, no vídeo fica claro que a Inglaterra queria impor a venda a todo custo de um produto que ela mesma não fazia uso, pois sabia que aquilo não era benéfico, então ela fazia essa imposição à china sabendo que era uma coisa prejudicial, ficando claro os interesses mercadológicos. No final, ele faz um paralelo entre essa questão da hipocrisia com a hipocrisia do conservadorismo que acontece aqui no Brasil, a respeito dos costumes e valores.

Em meio a este comentário, surge o assunto sobre os europeus serem pessoas más e não confiáveis. MD2 toma a palavra e começa a falar sobre o cuidado que deve ser feito para não criar generalizações, e traz à tona a discussão de que na Europa houve vários momentos na história de exploração entre eles, mas que historicamente as populações exploradas foram conseguindo se impor, havendo negociações políticas ao longo do tempo de forma a construir uma civilização minimamente igualitária. Também neste sentido comenta que essa luta foi uma luta que ocorreu ao longo do tempo e que não ocorreu da noite para o dia, sendo necessário todo um processo para que ela viesse a acontecer. Processo ao qual é também de natureza material.

Tendo em vista o contexto brasileiro, MD2 ainda fala sobre a importância da participação política para que as lutas sociais comecem a acontecer de fato, e que “isso não é algo que será dado a nós, nem menos que deveria ser esperado que seja feito com auxílio de países ricos da Europa. Isso deve ocorrer em uma organização internamente, uma organização do próprio povo brasileiro, na direção que é de seu interesse”. Ainda neste sentido ela relata que quando fez seu doutorado na Europa teve contato com grupos de pesquisadores marxistas, mas que eram poucos e que o marxismo era uma ideia difícil de ser aceita por todos e, de forma paralela, alguns movimentos de minorias como o feminismo, o ambientalismo, o movimento pacifista, eram todos bem aceitos - não tinham grupos que discutiam a exploração de classes mais objetivamente, até havia grupos, mas não eram a maioria. Em síntese, ela comenta sobre a necessidade dos países europeus de explorar outros países, países do sul global, para manter o nível de vida da população deles, e que essa exploração não é amplamente questionada entre eles.

MD2 retoma as discussões sobre o vídeo e comenta que é interessante perceber que antes da China sofrer as consequências da guerra do ópio, era um império muito forte, e que a gente consegue observar isso aqui nas Américas também, que seria uma conversa muito longa, mas que é possível ser acessada com a leitura de Galeano.

MT2 também fala sobre a influência do norte global sobre a nossa forma de produzir a vida no sul global, citando por exemplo incoerência de transportes, uma vez que utilizamos rodovias para transportes aqui no Brasil, ao invés de ferrovias e hidrovias, meios que são extremamente mais eficientes (em questão energética) e baratos do que o uso de automóveis movidos a combustíveis fósseis.

C2 fala sobre a sua questão pessoal de estar fazendo um mestrado em ciência dura, e que a ciência foi construída por uma civilização europeia, com uma visão de mundo bem definida e um objetivo e interesse bem definidos. No entanto, fala sobre a possibilidade de

ressignificar, e dá potencialidades desse ressignificado, compreendendo as diversas vantagens que a compreensão científica pode gerar e isso ser revolucionário.

Retomo as discussões que havíamos tido na disciplina de fundamentos da EA, e comento que essa questão da guerra do ópio, particularmente, foi algo muito impactante e importante de conhecer, pois dialoga bastante com a nossa história. Comento sobre como a China antes da guerra era um país fechado em si mesmo, que tinha uma auto sustentabilidade muito grande. Para ela, seus produtos internos eram ótimos, e extremamente mais valiosos e de maior qualidade do que os produtos feitos no exterior (ditos bárbaros).

A Inglaterra sempre nos é apresentada como o bonzinho, mas esse fato nos mostra que como ela é algo permeado de interesses, e que sob a os interesses do mercado ela fez diversas atrocidades em troca de seu próprio. E que após a guerra, além da Inglaterra conseguir fazer comércio com a China, ela também conseguiu ter poder político dentro da própria China. Também é válido lembrar que a guerra se iniciou por conta de que a China ter se negado fazer comércio com a Inglaterra surgiu como um afronto para os ingleses. – a Inglaterra produziu o vício na china, uma coisa interessante é que na Índia onde o uso per capita era muito mais alto do que na china, não houve o mesmo número de dependentes e as consequências dessa dependência. É citado por mim também o impacto da proibição das drogas, muito percebido nesse caso, que a proibição das drogas pode ser algo prejudicial tão maior quanto a própria droga. Comparação da china com o paraguai na época da guerra do paraguai.

Após essa discussão sobre as questões relacionadas ao ópio e as Guerras do do ópio, proponho discutirmos sobre a proibição da maconha no Brasil.

Para discutir a respeito da proibição da maconha no Brasil, tendo em visto o recorte do período pós abolicionista, se justifica uma vez que, além de ser a droga mais consumida no Brasil (Fiocruz, 2019), e a que carrega um dos maiores estigmas de caráter pejorativo e preconceito, este período também nos permite conhecer e discutir elementos sociais presentes na produção do conhecimento científico.

Com auxílio de um projetor, é apresentado o seguinte trecho abaixo, que aponta a dimensão da presença da cultura e dos povos negros na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, no período de 1808 à 1831.

“ No período entre 1808 a 1821, e mais se quiserem até 1831, o Rio de Janeiro conheceu o maior número de chegada de escravos de sua história. Nunca chegou tanto negro no Rio de Janeiro como nesse período. E a cidade, para quem viesse de fora, tinha toda a aparência de uma grande cidade africana. Os negros dominavam as ruas. Ouvia-se nas ruas mais falar as línguas africanas do que o português.
Alberto da Costa e Silva. Historiador

Imagem 17 - slide demonstrativo. Fonte: autor

Após a rápida apresentação do trecho acima, também é feito uso do recurso midiático para apresentar um vídeo que retrata o fluxo de navios negreiros vindos para as Américas no período de 1520 e 1880, disponível pelo link: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database#timelapse>. Acesso em 05 de Agosto de 2023

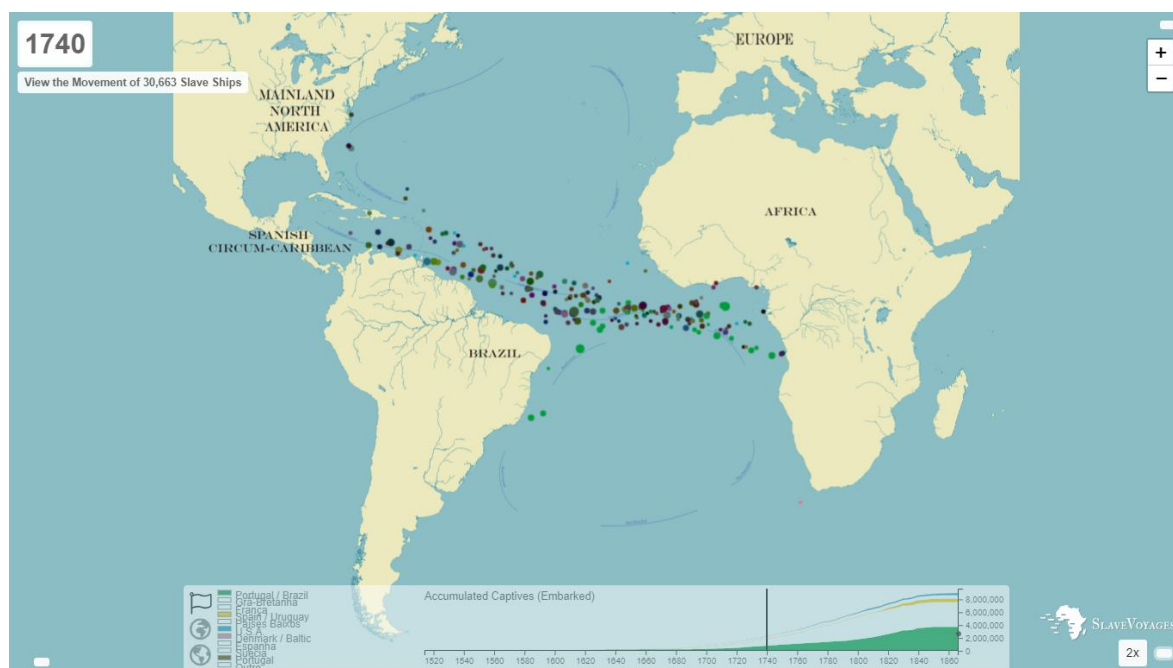


Imagem 18 - Navegações negreiras do século XVI ou XIX. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database#timelapse>. Acesso em 05 de Agosto de 2023.

Durante a apresentação do vídeo foi possível perceber como ele foi impactante, havendo diversos comentários durante a apresentação. O que mais chamou a atenção foi que, apesar da maioria das pessoas ali presentes terem conhecimento sobre o que foi a escravidão, muitas ficaram surpreendidas com a magnitude das navegações.

O vídeo parecia não ter fim, pois quanto mais pontos que representavam as embarcações corriam o mapa, mais pontos surgiam, parecia interminável, a sensação que reinava era de

grande agonia. Após o final do vídeo, houve um silêncio, ninguém disse nada por alguns instantes. Sem dúvidas, a escolha de transmitir este vídeo foi acertiva para a discussão que viria a seguir, pois seu objetivo era demonstrar o número de povos africanos que vieram para o Brasil durante o período de escravidão. Junto com esses povos vieram suas culturas, e consequentemente o hábito de fumar maconha bem como outras formas de uso da planta.

Além da maconha, diversos costumes realizados dos negros foram proibidos, como a capoeira e práticas religiosas, sendo tratados como hábitos vulgares e perigosos para a boa conduta da população.

Um dos principais pontos a ser levados em consideração é que a alta sociedade brasileira, que buscava se instaurar e ser reconhecida pelas sociedades norte americanas e europeias, entendiam que o povo negro era um povo inferior e que por isso se apresentava como um atraso para o progresso do país. Nesse sentido, ocorria uma forte repressão de sua cultura, como por exemplo do candomblé, a capoeira e o hábito de fumar maconha.

Tal questão é apresentada discutindo os caminhos que levaram a maconha ser proibida durante este período pós abolicionista, tendo a opressão de outros fatores culturais discutidas em paralelo. Para tratar da proibição da maconha neste período, com auxílio da apresentação de slides, são feitas apresentações das figuras de José Rodrigues da Costa Dória e Pedro José de Oliveira Pernambucano Filho.



Imagens 19 e 20 - Fotografias de Costa Dória Pernambucano Filho. Imagem 19 disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/KJW5-581/dr-josé-rodrigues-da-costa-dória-1859-1938>. Imagem 20 disponível em: <https://www.opoder.com.br/noticias/18581/gol-de-letra-coluna-semanal-por-roberto-vieira-o-dia-em-que-pernambuco-proibiu-a-maconha-no-mundo>. Acesso em 02 de setembro de 2023.

O trabalho de José Rodrigues da Costa Dória será apresentado com mais ênfase e detalhamento, com finalidade de elucidar sua ação sobre a proibição da maconha, tendo em

vista como suas pesquisas foram enviesadas pelos ideais hegemônicos daquela época e como sua posição na sociedade fez seu trabalho ser reconhecido como legítimo apesar de suas imensuráveis contradições (Saad, 2013).

Algumas pontuações a respeito da repressão do uso da maconha no Brasil são bastante oportunas, como por exemplo a relação da repressão da droga, junto a outros fatores, com o alto índice de internações em manicômios em todo o país, uma vez que a “toxicomania” deveria ser tratada com intervenção em hospital oficial para psicopatas ou estabelecimento hospitalar particular submetido à fiscalização oficial (Saad, 2013). Algumas obras podem ser citadas como referências para se pensar sobre o assunto, como é exemplo do livro “Holocausto Brasileiro”, de Daniela Arbex, e o filme “Bicho de Sete Cabeças”, dirigido por Laís Bodanzky.

Por fim, a exposição ficou bastante extensa, com diversos slides, e a turma já estava cansada devido ao horário. O resultado foi que ao fim da exposição não houve muitas discussões, culminando no encerramento das atividades neste dia.

4.1.5 TERCEIRO MOMENTO - DROGAS, JUVENTUDE E RISCOS

O terceiro momento começou com a criação de uma nuvem de palavras, tomando as entrevistas nas escolas e entorno como ponto de partida. A nuvem de palavras formada está logo abaixo:

O *terceiro momento*, em um movimento de retorno à prática social, se propõe tanto a discutir questões fisiológicas dos fármacos, caracterizando a presença dos conteúdos científicos, químicos, como também trazer à tona o cenário que vivenciamos com os avanços da legalização de algumas substâncias, como por exemplo a maconha no Brasil.

Por meio do programa Mentimeter, que permite a criação e compartilhamento de um link, de forma que as pessoas possam acessá-lo através de seus celulares e responderem online em tempo real, foi construída a nuvem de palavras.

defina em 3 palavras sua percepção da questão de drogas nas entrevistas

45 respostas



Imagem 21 - Nuvem de palavras. Fonte: autor

As palavras que estão mais no centro e em tamanho maior representam uma maior frequência de respostas, enquanto as que estão nas extremidades e em tamanho menor representam uma menor frequência. Apesar da frequência ser um indicativo relevante, as demais palavras também são tão ou mais importantes para essa discussão, pois enquanto a frequência representa uma similaridade ou padrões discursivos, as palavras com pouca frequência, uma vez que estão distinguindo-se dos padrões discursivos, podem conter ou levantar questões interessantes sobre as percepções dos envolvidos que dificilmente poderiam ser expressas ou acessadas. Ou seja, concepções particulares e individuais que poderiam conter alguma resistência para ser expressa, seja por timidez, ou por simplesmente não ser dita por estar fugindo um pouco do que a maioria das pessoas estão falando, podem ser acessadas por meio da nuvem de palavras.

Após a explicação da dinâmica e obtenção das respostas, a nuvem de palavras foi projetada, seguida do questionamento de quais as palavras mais chamaram a atenção. Algumas pessoas comentaram sobre medo e violência, a respeito do medo, R2 comentou que percebeu “uma preocupação constante dos pais, medo das crianças entrarem em contato com as drogas”. MD2 complementou essa fala, dizendo que “o medo faz com que as pessoas olhem para o usuário de uma maneira que não deveriam, criando um estigma de uma pessoa ruim, que vai fazer algo de mal”.

Além de medo e violência, também houve comentários sobre a palavra presente, onde as drogas são algo presente, que constantemente se é comentado sobre na comunidade ou mesmo na

escola, geralmente há casos de filhos de pais de traficantes na escola. R1 colocou a palavra “proteção”. Segundo R1, escolheu a palavra proteção pois

na comunidade foi relatado por algumas pessoas que há uma segurança no bairro, e que essa segurança advém da organização dos traficantes. Lá não há a presença de policiamento e demais questões de segurança pública, então quem faz a segurança são os próprios moradores.

Neste mesmo sentido, PS3 relatou que certa vez estava tendo diversos problemas com a movimentação de tráfico na porta da escola, e que ela conversou com um dos rapazes que fazia parte do grupo que estava fazendo esta movimentação, dizendo que aquilo não estava muito legal, e a partir dali não houve mais problemas com essa questão.

R4 faz um comentário relacionado ao estigma que se criou sobre a figura do usuário, onde que “qualquer jovem que passe na rua trajando determinadas roupas, que possua determinado estilo, é considerado um noia”.

Neste ponto, decidi que seria interessante trazer algumas contribuições a respeito da legislação sobre as drogas, expondo como a lei 2006 promove a abertura para a parcialidade de se definir quem é usuário e quem é traficante, e complemento com alguns exemplos de casos sobre escândalos de várias pessoas, brancas e ricas, as vezes filhos de pessoas importantes como políticos ou militares, que foram pegas com muita quantidade de produtos ilegais, mas que não foram presas.

Ainda sobre esta mesma questão, dias antes do minicurso foi noticiado que o empresário e influenciador digital Renato Cariani estava sendo investigado de participar do envolvimento de comércio ilegal de drogas, na qual a sua empresa farmacêutica a qual faz parte estava sendo investigada por comprar um número muito grande de matéria prima para a produção de crack, o que estima-se ser suficiente para abastecer a cracolândia por alguns anos. No entanto, a forma com que a mídia tratava do assunto mantinha ao máximo a imagem do Cariani como um empresário, “possível suspeito” e não um traficante.

A escolha das fotos para as notícias também é um detalhe importante de perceber, foi a figura representada pelo Cariani é algo totalmente adverso do traficante estigmatizado: pobre, mal vestido; enquanto Carini se apresenta utilizando roupas caras, joias como relógios, cabelo bem cortado e barba feita. Se para a sociedade o traficante é alguém que está caminhando sua vida para o submundo, pois as drogas são esse caminho de perdição, alguém como Cariani não poderia ser um traficante pois sua imagem de bom moço não se assemelhava a esta figura representativa, e isso era reforçado pelo discurso da mídia.

Um ponto bastante chamativo foi o fato da maior palavra da nuvem ser “violência”. O que torna este um fato notável é a contradição impressa quando se trata de violência e drogas,

pois apesar de bastante comum ouvirmos sobre a violência decorrente do tráfico e os embates com a polícia, também há a questão de quem assume a segurança pública nas comunidades frente a ausência do estado nas comunidades periféricas. A este respeito, R4 comentou que “essa questão é advinda da lógica do capital, é definida pelo capital”.

MD2 disse ser difícil de fazer essa discussão nas escolas, pois as crianças sabiam que é difícil competir com o tráfico, pois elas saem da escola desempregadas, não trabalham, mas o tráfico fornece um trabalho que vai dar dinheiro, vai dar “status” para o jovem na comunidade, então é algo atrativo”, porém questiona, “quem é definitivamente protegido? É a comunidade? É quem está envolvido?”

R6 coloca em pauta que há um código de justiça nas comunidades, que existe um júri, por exemplo, “quando há uma briga, há a escuta de ambos os lados e há um julgamento sobre quem pode estar errado na situação, tendo de arcar com alguma consequência”. A partir desse ponto, algumas questões a respeito do tráfico nas comunidades e os grandes comandos e facções.

Neste momento, lembrei de ter salvo uma imagem dias atrás que retratava um muro com uma pichação com alguns códigos de moral na comunidade, o qual estava sendo apagado por alguns policiais. No muro está escrito as seguintes frases:

- *não usar drogas na frente das crianças*
- *motoqueiros andar devagar pelas ruas*
- *não escutar som alto tarde da noite*
- *o sossego da população é primordial*
- *não roubar na comunidade, em respeito ao cidadão de bem*
- *respeitar todos os moradores*
- *não aceitamos talaricagem*
- *união e respeito uns com os outros*

Apesar de simples, esses códigos expressam condutas que cotidianamente não são respeitadas pela maioria das pessoas. De certa forma, há uma imprudência e impunidade em relação ao desrespeito.

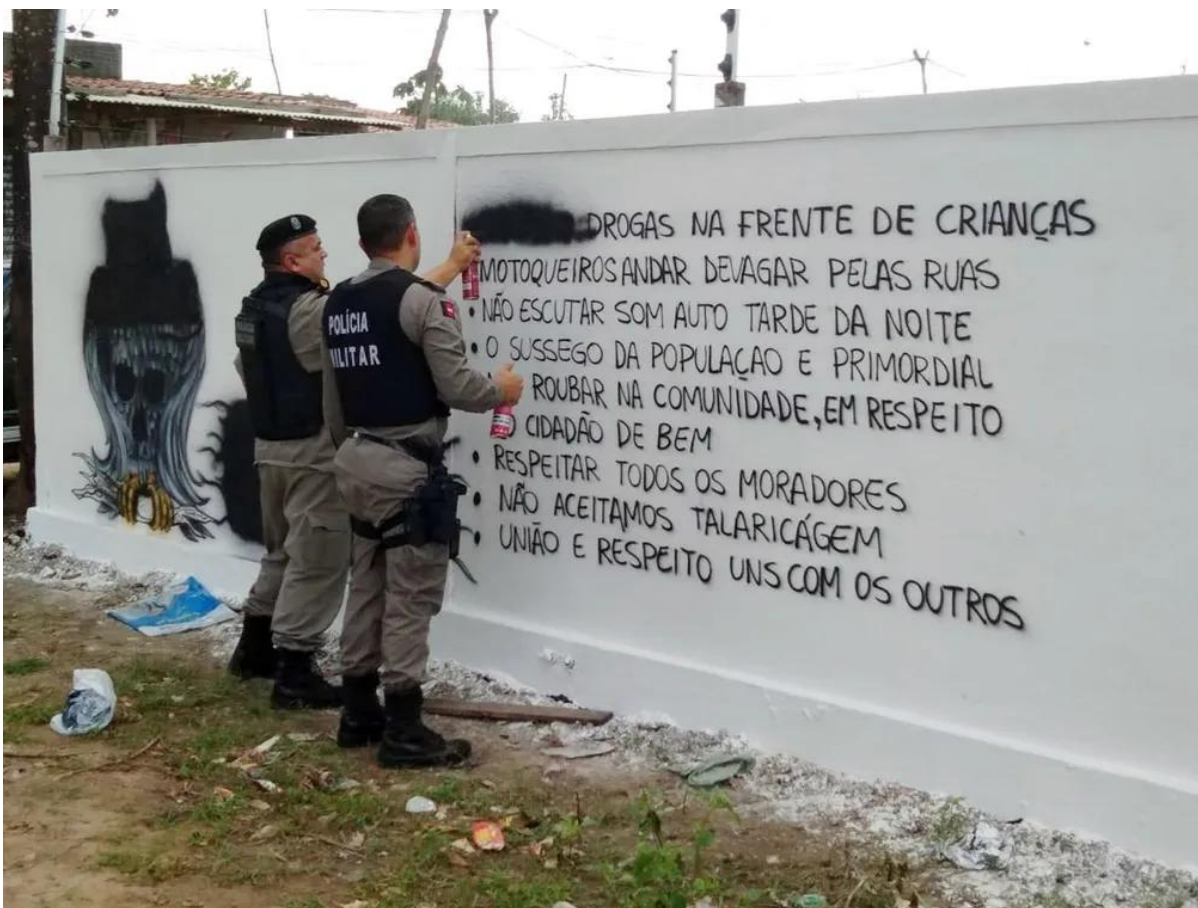


Imagem 22 - Muro com códigos de conduta na comunidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/08/15/pm-acha-codigo-de-etica-de-facao-pintado-em-muros-de-comunidades-de-joao-pessoa.ghtml>. Acesso em 08 de setembro de 2023.

A partir da apresentação da imagem, houve alguns comentários. Um dos mestrandos disse que é necessário analisar e perceber que onde o tráfico começa a tomar conta é onde não está tendo o poder do estado “se não há a presença estado, é onde o crime organizado consegue se estabelecer. Se o estado não manda, algum outro poder manda”.

Neste ponto, é colocado em pauta a questão de que muitas das vezes, quem deveria ser responsável pela segurança, é quem promove a violência. Boa parte das pessoas não se sentem seguras com a presença de policiais⁸, pois muitas das vezes se sentem ameaçadas por já terem presenciado ou sido vítimas de abuso de autoridade sem o mínimo motivo, principalmente aquelas residentes de regiões periféricas. Sobretudo, esta é uma questão histórica, já que a criação da polícia militar no Brasil surge para a defesa da coroa portuguesa no Brasil, defender os colonizadores, os interesses hegemônicos.

⁸ <https://jornal.usp.br/atualidades/pesquisa-revela-que-sete-em-cada-10-brasileiros-desconfiam-do-trabalho-da-policia/>

Nesse sentido, cabe questionar a fundo os danos irreparáveis promovidos pela guerra às drogas, as mortes de milhares de militares e civis, somadas ao enorme gasto público para sustentar essa política. Quando olhamos para a história, é possível perceber que a proibição foi uma ferramenta utilizada para legitimar a repressão contra determinados grupos étnicos e sociais, por exemplo, conforme elucidado por Escohotado (1997), a lei seca nos Estados Unidos foi promovida para reprimir os imigrantes irlandeses, a proibição da maconha para reprimir os mexicanos, o ópio para os chineses e a cocaína para os negros periféricos. É importante ressaltar que a relação de grupos étnicos a determinadas substâncias é bastante problemática, ainda mais percebendo que os grupos étnicos citados não são quem foram os pioneiros no uso das substâncias relacionadas.

A partir dos questionamentos colocados em pauta, chamo a atenção para pensarmos mais profundamente sobre a ação das substâncias no organismo, e o que é de fato uma pessoa sob o uso de uma determinada substância, já que iniciamos a conversa discutindo a marginalização do usuário. Trago à tona algumas questões a respeito do preconceito com algumas substâncias e como estes preconceitos são gerados com base em desinformação, sendo necessário conhecer cientificamente a reação fisiológica de algumas substâncias para superar esses preconceitos. Seguindo assim, coloco em questão uma fala que é bastante comum a respeito da maconha: maconha mata neurônios. Questiono para a turma se já haviam ouvido algo similar e o que eles tinham de conhecimento sobre isso.

R3 comenta que a ideia de que a maconha mata neurônios surgiu de um experimento feito com macacos, construído justamente para comprovar esta hipótese. No experimento, segundo ele, “colocavam os macacos sob a presença de uma quantidade muito grande de fumaça derivada da queima da cannabis, a quantidade de fumaça era tão grande que sufocava os macacos”, sendo assim, os resultados obtidos que supostamente comprovaram a hipótese de que maconha matam neurônios na verdade não diziam a respeito sobre a ação dos canabinoides no sistema nervoso, mas sim da ausência de oxigênio, uma vez que este ficava indisponível devido a quantidade de fumaça.

A partir deste comentário, começo a elaborar alguns desenhos com uso da lousa para explicar o sistema sináptico e a sinapse química, argumentando ser fundamental compreender este sistema para compreender a ação das drogas no organismo.

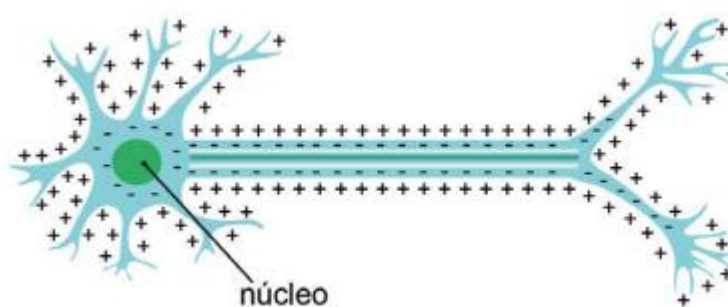


Imagem 23 - Modelo de um neurônio. Fonte: autor

Na imagem acima é possível perceber além dos componentes do neurônio (núcleo, axônio e dendritos) a polarização presente no neurônio, tendo um maior número de cargas positivas na parte exterior do neurônio e cargas negativas em seu interior. Compreender o funcionamento desse balanço de cargas é essencial para se compreender os impulsos nervosos e as sinapses químicas.

Os impulsos elétricos nos neurônios, conhecidos como potenciais de ação, são fundamentais para a comunicação entre as células nervosas e, conseqüentemente, para o funcionamento do sistema nervoso. Esses impulsos elétricos resultam de mudanças rápidas na polaridade da membrana plasmática dos neurônios, que ocorrem devido ao movimento de íons específicos através de canais iônicos (Attias, 2010).

Os neurônios em repouso mantêm uma diferença de potencial elétrico entre o interior e o exterior da célula, conhecida como potencial de repouso. Essa diferença de potencial é tipicamente de cerca de -70 mV, onde o interior da célula é mais negativo em relação ao exterior. Esse estado de polarização é mantido principalmente pela bomba de sódio-potássio (Na^+/K^+ -ATPase), que transporta íons sódio (Na^+) para fora da célula e íons potássio (K^+) para dentro, em uma proporção de 3 Na^+ para fora e 2 K^+ para dentro (Attias, 2010).

Quando um neurônio é estimulado, canais de sódio dependentes de voltagem na membrana plasmática se abrem, permitindo a entrada rápida de íons Na^+ no interior da célula. Esse influxo de Na^+ reduz a diferença de potencial, tornando o interior da célula mais positivo, um processo conhecido como despolarização. Se a despolarização atinge um limiar crítico, geralmente em torno de -55 mV, um potencial de ação é desencadeado.

Após o pico do potencial de ação, os canais de sódio se fecham e os canais de potássio (K^+) dependentes de voltagem se abrem, permitindo a saída de K^+ do neurônio (Attias, 2010). A saída desses íons restaura o potencial de repouso, um processo chamado repolarização. Às vezes, a repolarização pode ser tão intensa que o potencial da membrana fica ainda mais negativo do que o potencial de repouso normal, um estado conhecido como hiperpolarização

(Attias, 2010).

As sinapses químicas são as junções entre dois neurônios ou entre um neurônio e outra célula (como uma célula muscular) onde ocorre a transmissão do sinal. Quando um potencial de ação chega ao terminal axonal do neurônio pré-sináptico, ele provoca a abertura de canais de cálcio (Ca^{2+}) dependentes de voltagem (Attias, 2010). A entrada de Ca^{2+} no terminal axonal estimula a fusão de vesículas sinápticas com a membrana, liberando neurotransmissores na fenda sináptica (Attias, 2010).

O balanço das cargas eletrostáticas na membrana do neurônio durante o potencial de ação é um processo dinâmico. Os íons principais envolvidos são:

- Na^+ (sódio): Responsável pela despolarização da membrana ao entrar rapidamente no neurônio.
- K^+ (potássio): Atua na repolarização e restauração do potencial de repouso ao sair do neurônio.
- Ca^{2+} (cálcio): Embora não diretamente envolvido no potencial de ação, o Ca^{2+} é crucial na liberação de neurotransmissores durante a sinapse química.
- Durante a despolarização: Na^+ entra no neurônio.
- Durante a repolarização: K^+ sai do neurônio.
- Durante a sinapse química: Ca^{2+} entra no terminal pré-sináptico para desencadear a liberação de neurotransmissores.

Como boa parte da turma era formada por graduandos em Ciências Biológicas, houve uma boa participação na construção do esquema de representação dos neurônios. Em sequência a explicação base do funcionamento das sinapses químicas, faço uma exposição de como funciona o funcionamento do sistema endocanabinoide na regulação das sinapses químicas. Para isso, utilizo como exemplo a molécula de anandamida (AEA). A AEA é um endocanabinoide, ou seja, um neurotransmissor produzido naturalmente pelo corpo humano, atuando como um agonista dos receptores canabinoides CB1 (presentes principalmente no cérebro) e CB2 (encontrados no sistema imunológico e em outros tecidos periféricos). A anandamida é frequentemente comparada ao THC, o principal composto psicoativo da cannabis, pois ambos se ligam aos mesmos receptores (CB1 e CB2).

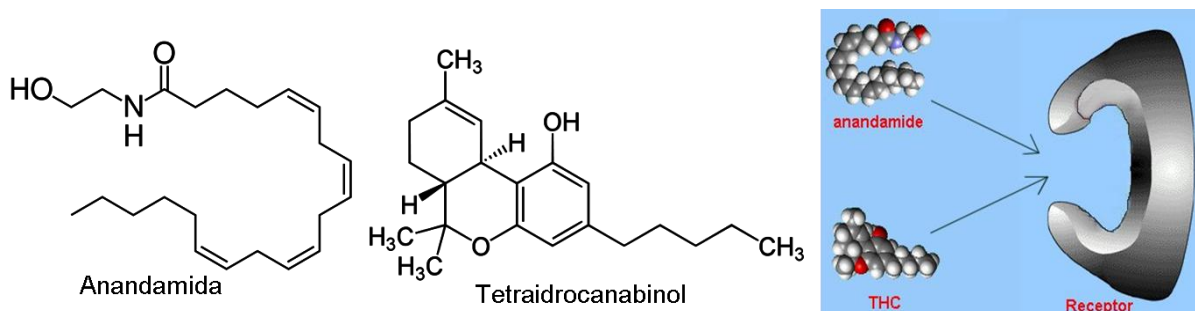


Imagem 24 - Comparação entre a molécula de Anandamida e a de THC. Disponível em: https://qnint.s bq.org.br/qni/popup_visualizarMolecula.php?id=37r4x6lXN13erAAhSds_FhTWxyg4bxJ0op1xHbuJ1Jt73c01LzWVKnvwoX4o5PqOWeMktQAQ5BO-LxL3Ycb1vQ==.

Acesso em 03 de Agosto de 2023.

Após explicar o papel da anandamida e apresentar suas semelhanças com a molécula de THC, explico como ocorre a ação do THC no sistema nervoso e os riscos do uso desse canabinoide para o desenvolvimento psíquico de jovens com menos de 24 anos, que ainda não tiveram o cérebro totalmente desenvolvido.

Conforme Hart (2022), durante a adolescência, o cérebro passa por uma fase crucial de maturação, com mudanças importantes na organização sináptica e na mielinização, o que afeta a eficiência da comunicação neuronal. A exposição ao THC nesse período pode interferir nesse processo, levando a problemas cognitivos, alterações na memória, prejuízos na capacidade de aprendizado e aumento do risco de desenvolver transtornos psiquiátricos, como ansiedade e depressão (Hart, 2022). Além disso, o uso precoce de THC pode estar associado a um risco maior de dependência.

Por outro lado, para pessoas mais velhas, o uso de THC pode oferecer benefícios terapêuticos. Em cérebros mais maduros, o THC pode ajudar a aliviar sintomas de dor crônica, melhorar o apetite, reduzir a insônia e atuar como ansiolítico, sem os mesmos riscos de interferência no desenvolvimento cerebral (Hart, 2022). Além disso, há evidências de que o THC pode ter efeitos neuroprotetores, ajudando a combater o declínio cognitivo associado ao envelhecimento e a condições neurodegenerativas, como a doença de Alzheimer (Hart, 2022). Assim, enquanto o uso de THC pode trazer prejuízos aos jovens devido aos riscos associados ao desenvolvimento cerebral, em adultos mais velhos ele pode ser uma ferramenta útil para melhorar a qualidade de vida em condições específicas, como a medicina vem percebendo.

Também utilizando o mesmo esquema de comunicação sináptica, expliquei o funcionamento de outras substâncias como o efeito analgésico de derivados ópio como a morfina, e os efeitos eufóricos da cocaína e da heroína. Em sequência a estas exposições, houve

um momento para tirar dúvidas, explicar um pouco mais sobre o sistema regulador da anandamida e do sistema endocanabinoide de forma geral.

A respeito do uso da lousa e a explicação, após uma reflexão sobre a prática, percebemos que além do esquema realizado na lousa seria proveitoso utilizar como auxílio algum recurso de vídeo para facilitar ainda mais a compreensão da sinapse química.

Tendo em vista a apresentação da ação de algumas moléculas no sistema de comunicação sináptico, é discutido sobre a importância de conhecer os componentes presentes nas diversas substâncias, pensar sobre as diferentes formas de uso, visando a redução de danos ao organismo e a importância da regulamentação das substâncias para se estabelecer um grau de pureza dessas substâncias.

Para finalizar o minicurso, fazendo um retorno para a situação que vivenciamos no presente, julgamos necessário discutir os caminhos pelos quais estão ocorrendo os processos de criminalização e legalização de determinadas drogas, em especial para maconha. Sobretudo, essa discussão tange tanto o fato de conceber a proibição de determinadas drogas como arbitrária, respondendo aos interesses de determinados grupos em prol da opressão de outros, bem como perceber que a sua proibição causa muito mais danos que seu uso. Mas também tangem a questão da legalização surgir sobre as lógicas do capital, de forma a compreender que se a proibição favorece determinados grupos, a legalização também favorece determinados grupos dentro do capital, o que se dá pela mercantilização das drogas (quem pode vender ou não) ou pelos produtos derivados das mesmas, como é o caso da maconha, onde já existe um nicho de mercado gigantesco em torno dos derivados da planta. Um exemplo da face deste mercado é o mercado canábico, o qual movimentava bilhões de dólares todos os anos. Dias antes da realização do minicurso ocorreu a Expo Cannabis, em São Paulo, entre os dias 15 e 17 de novembro, uma feira que se tornou um grande evento internacional, que movimentava muitas empresas e pessoas, espaço de debate e negócios.

Segundo a revista Piauí⁹, o evento como um todo movimentou cerca de 20 milhões de reais. Tendo em vista a magnitude desse mercado, há de se questionar como o mercado da droga mesmo sendo legalizado se insere dentro do sistema capitalista, de forma a perceber quem continua tendo domínio do uso e da venda, e quem continua na situação de explorado. Junto a esta discussão, será feita a transmissão de um vídeo produzido pela HBO, protagonizado pelo Gregório Duvivier¹⁰ (Greg), onde trata-se dos benefícios socioeconômicos provenientes da

⁹ <https://piaui.folha.uol.com.br/o-networking-da-erva-expocannabis/>

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j0xmA39kiZ8>

legalização da maconha no Brasil.



Imagem 25 - Vídeo do canal “Greg News”. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j0xmA39kiZ8>. Acesso em 04 de março de 2023.

Para contextualizar brevemente este vídeo, Greg em parceria com a HBO desenvolveram um programa onde discutem questões socioeconômicas e ambientais relevantes a respeito do Brasil, o que se tornou uma maneira de noticiar, desvelar e evidenciar diversas questões a respeito das políticas econômicas, sociais e ambientais do país. Greg é um ativista da legalização da maconha, e em decorrência disso, sofre bastante ataques de cunho preconceituoso de forma a deslegitimar seu trabalho. Devido a isso, a maconha foi um dos assuntos evitados no “Greg News”, no entanto, no final de outubro, marcando o final da 4ª temporada do programa, Greg decidiu fazer um vídeo sobre a maconha tratando ela como uma solução para diversas questões levantadas ao longo do programa. No início do vídeo ele ainda brinca: “apontar problemas é fácil, quero ver apontar solução”.

Após assistirmos ao vídeo, abrimos um momento de fala para quem quisesse comentar sobre suas percepções sobre o vídeo. Durante as falas, houve os seguintes comentários:

R3 comenta que “os benefícios que perdemos por conta da proibição, um bem da humanidade de poderíamos usufruir de diversas maneiras, mas que é barrado por conta de leis que são controversas. É um recurso que poderia ajudar a economia brasileira, mas que está sendo privada da gente”. Este mesmo aluno faz a sugestão de série, chamada “pico da neblina”. Nesta série, o personagem principal com apelido de Biriba, um pequeno traficante que faz esse

comércio para ajudar na renda de sua família, vivencia o cenário onde há a legalização da maconha e se depara com diversas dificuldades para se inserir neste novo mercado.

A partir deste comentário, falamos sobre o fato de que muitas pessoas tem o tráfico como sua última saída, apesar de muita gente tratar os traficantes como vagabundos ou quem quer dinheiro fácil, mas que na verdade é uma condição de trabalho muito complexa, sem amparo das leis trabalhistas, sem autonomia e de risco. Neste mesmo sentido, também foi colocado em pauta como que a legalização da maconha vai favorecer interesses privados, e como a legalização não considera o amparo para as pessoas que já fazem esse trabalho.

Sem dúvidas, antes da legalização das drogas ocorrer por via de uma lógica pensada sobre uma preocupação de saúde pública, ela é antes uma preocupação mercadológica. O mercado canábico é um novo nicho do capitalismo, que cada vez mais se expande e atrai novos investidores. Neste sentido, a busca pelo lucro pode tirar o controle do estado e passar para o domínio privado, não ocorrendo uma autonomia do usuário.

Para adentrar ainda mais nessa questão, coloco em pauta um evento ocorrido em São Paulo que movimentou milhares de pessoas e bilhões de reais, a ExpoCannabis Brasil. O evento reuniu empresários, investidores, profissionais de saúde e entusiastas para explorar as possibilidades da cannabis, tendo como objetivo além de informar sobre o uso medicinal apresentar novos produtos e possibilidades de mercado: o mercado da moda, da decoração, de fertilizantes e da construção civil.

Dessa forma, discutimos a respeito da legalização das drogas e o mercado capitalista apontando diversas questões, como por exemplo o falso moralismo existente sobre este assunto. Durante esta discussão, MD2 coloca em pauta que o caminho de explicar ciência por meio das drogas, a potencialidade para a discussão para o ensino de ciências, mas há um grande moralismo que dificulta esse processo, podendo também ocorrer denúncias de apologia. Segundo MD2, se não houver uma discussão ampla sobre o assunto a legalização da maconha não necessariamente não vai gerar uma autonomia para o consumidor.

C1 questionou se o termo maconha deveria ser substituído por cannabis, pois maconha carrega um peso pejorativo. Minha resposta foi de que caso chamassem a maconha de cannabis, talvez estaríamos maquiando este assunto. Respondi dessa forma após ter assistido um documentário a respeito do tema onde são entrevistadas mães que têm filhos que têm doenças as quais tratamento é feito a base de cannabis, onde há a dificuldade para acessar esse produto, e uma delas afirma que tem que falar maconha sim, porque é a maconha que salva o filho dela, se que se alguém usa essa mesma planta para outro fim, como o uso recreativo, como que ela

pode fazer juízo se aquilo não pode ter algum benefício para essa pessoa, então chamar de cannabis é de certa forma restringir e aprovar seu uso somente em determinados fins.

R5 faz um relato sobre como que ele foi ter contato com usuários e uso de drogas não na universidade, mas sim na escola pública, quando foi lecionar no ensino público, que lá tinha pessoas que tinham contato tanto o uso tanto com pessoas que eram usuárias e que isso às vezes era um empecilho na vida das pessoas que conviviam com os usuários. neste sentido, coloca em questão o conservadorismo que ocorre nas escolas, pois ao invés de tratar a situação como ela é de fato, finge que ela não existe de verdade.

Um dos últimos pontos colocados em pauta foi a forma com que estamos banalizando o uso de drogas entre os jovens nas redes sociais, de forma a impulsionar ou criar o desejo do consumo. Sobre essa questão, convido a turma para criarmos um paralelo sobre as formas de uso da modernidade e a forma de uso dos povos antigos, em sentido de propósitos de uso.

Ao final do minicurso, entrego uma folha de papel para cada participante e peço para que respondam as seguintes perguntas: *Como o minicurso se relaciona com a formação de professores e com a educação ambiental?*

Essa pergunta se refere tanto ao minicurso em si, como também à relação das discussões realizadas durante a disciplina de Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação Ambiental, e noutros momentos da Residência Pedagógica, ou seja, também é uma forma de avaliar a compreensão dos residentes a respeito da disciplina.

Ao todo, 20 pessoas responderam a esta pergunta. Algumas pessoas responderam fazendo a divisão da formação de professores e educação ambiental, outras sintetizaram em uma única resposta. Estas respostas podem ser encontradas integralmente no anexo presente no final deste trabalho.

A seguir, serão apresentados e discutidos os enunciados identificados ao longo do minicurso.

4.2 ENUNCIADOS

Por meio da análise dos discursos que ocorreram durante as discussões, destacamos três enunciados pela densidade de sentidos e pelas relações que estabelecem com discursos anteriores e com as condições do momento de produção. Sendo assim, o primeiro enunciado remete à *marginalização e a construção da imagem do usuário*, o segundo enunciado reflete a *fabricação do vício e de novas necessidades pelo Capital*, enquanto o terceiro enunciado aborda *a necessidade de uma abordagem histórico-crítica*.

4.2.1 ENUNCIADO I: INDIVIDUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DAS DROGAS: CRIMINALIZAÇÃO DOS USUÁRIOS COMO SOLUÇÃO FALACIOSA PARA O USO E VENDA DE DROGAS

Durante o minicurso, ocorreram diversos diálogos a respeito da percepção que os(as) residentes tiveram sobre a questão de drogas nas comunidades por meio das entrevistas e suas observações. Neste sentido, a partir dessas percepções buscamos acessar o senso comum, os ideais hegemônicos que definem o que são as drogas, bem como os usuários de drogas.

A construção da imagem do usuário de drogas como um indivíduo marginalizado é um processo complexo que envolve diversos fatores, incluindo valores culturais, interesses econômicos e mecanismos de controle social. Conforme Silva e Abranhão (2018), um dos principais fatores que se deve levar em consideração é a criminalização como um fator de estigmatização. O proibicionismo, impulsionado por interesses econômicos de grandes grupos capitalistas, contribui para a criminalização do usuário e para a sua exclusão social, ao passo que o usuário é associado com a figura do "criminoso", é reforçado o estigma e o medo em relação a ele (Silva, Abranhão, 2018), doutro lado os grandes criminosos que lucram com este comércio, não se expõem, mas empurram boa parte da juventude periférica para fazer o trabalho sujo, são tidos como “empresários bem sucedidos”.

Ao perguntar sobre a percepção das drogas nas comunidades escolares a partir das entrevistas, R2 comentou que as falas relacionadas às questões eram sempre relacionadas à violência ou a algo pejorativo, a droga sempre como um fator de impacto negativo, pois as pessoas que usam isso estão tomando os espaços públicos.

R5 comentou que houve relatos a respeito de que as crianças do bairro não podem acessar o espaço público como, brincar na rua, pois a rua segundo os moradores é um ambiente de drogas, perigoso. “Os pais querem proteger as crianças”, disse ele. Neste mesmo sentido, R3 comentou que sua dupla entrevistou uma mãe que disse que deu um telefone para o seu filho para ele ficar mais em casa e não ficar brincando muito na rua, “pois é perigoso e pode ter contato com usuários de droga”.

Por outro lado, R1 relata que nas entrevistas algumas pessoas comentaram que a comunidade se relaciona “bem” com o comércio de drogas, pois segundo os moradores “há um consenso entre a comunidade e os traficantes, disse que eles têm consciência de que não é interessante vender nem usar nada na frente das crianças, mantendo um certo respeito, e assim parece ter uma harmonia, as pessoas dali sabem que ali há pontos de venda mas ninguém “mexe” com ninguém e está tudo bem”. Além disso, ainda relata que segundo estes mesmos moradores quem promove esse comércio lá ajuda a manter a segurança da comunidade.

Tais comentários colocam em questão as contradições a respeito da figura do usuário, pois se para algumas pessoas os usuários são tratados como um “bicho papão”, ruins e mal intencionados, para outras, os usuários e traficantes são apenas pessoas comuns, que vivem seu dia a dia sem causar maiores problemas para a vida de outras pessoas.

As falas de R2, R3 e R5 reforçam a ideia de que as drogas são associadas a algo pejorativo e violento, criando um medo generalizado que justifica a exclusão do usuário dos espaços públicos. A rua, antes um local de brincadeiras e convívio social, é transformada em um ambiente perigoso, onde o usuário de drogas é visto como uma ameaça. Esse medo é internalizado pelos pais, que buscam proteger seus filhos mantendo-os em casa, muitas vezes isolados e dependentes de dispositivos eletrônicos, como no caso relatado por R3.

Essa construção do medo e da exclusão reflete o discurso hegemônico que associa o usuário de drogas à criminalidade e à violência, como discutido por Silva e Abranhão (2018) e Reis (2018). Ao mesmo tempo, essa narrativa ignora as causas estruturais do problema, como a falta de políticas públicas e a exclusão social, que levam ao uso de drogas e à ocupação dos espaços públicos por usuários.

O relato de R1 revela uma contradição importante na relação entre a comunidade e o tráfico. Enquanto para alguns moradores o tráfico é uma fonte de medo e violência, para outros ele é visto como um parceiro que mantém a segurança e a ordem na comunidade. Essa dualidade reflete como a figura do traficante é construída de forma ambígua: por um lado, ele é estigmatizado como um criminoso violento; por outro, ele é visto como uma autoridade que preenche o vácuo deixado pelo Estado.

A fala de R6 (“qualquer jovem que passe na rua trajando determinadas roupas, que possua determinado estilo, é considerado um noia”) ilustra como a imagem do usuário é construída a partir de estereótipos visuais e comportamentais. O termo "noia" carrega uma carga pejorativa e desumanizadora, reduzindo o usuário a uma figura marginal e desviante. Esse estereótipo reforça a ideia de que o usuário é alguém que não se enquadra nas normas sociais, sendo, portanto, um "outro" a ser temido e excluído.

A este respeito, o caso envolvendo Renato Cariani expõe as contradições na representação do traficante. Enquanto o traficante estigmatizado é retratado como pobre, mal vestido e violento, Cariani é descrito como um empresário bem-sucedido, com roupas caras e uma imagem de "bom moço". Essa dualidade revela como a marginalização do usuário e do traficante está intimamente ligada a questões de classe e raça. A mídia, ao tratar Cariani como um "possível suspeito" e não como um traficante, reforça a ideia de que o tráfico é um problema das periferias, enquanto indivíduos brancos e ricos são poupados do estigma.

Por outro lado, quando olhamos para a pichação no muro com os códigos de conduta na comunidade (“não usar drogas na frente das crianças; motoqueiros andar devagar pelas ruas”) revela como o tráfico tenta se legitimar como uma autoridade moral nas comunidades. Esses códigos, aparentemente simples, refletem uma tentativa de estabelecer ordem em um contexto de abandono estatal. No entanto, essa moralidade é contraditória, pois coexiste com a violência e a exploração do tráfico, como apontado por Rodrigues, Pena e Carvalho (2018).

Em síntese, a dualidade presente nos diálogos reflete como a marginalização do usuário é um processo seletivo, influenciado por fatores como classe, raça e contexto social. Enquanto usuários pobres e periféricos são estigmatizados e excluídos, usuários brancos e ricos são poupados do mesmo estigma, como no caso de Renato Cariani. Essa seletividade revela como a marginalização do usuário de drogas está intrinsecamente ligada a mecanismos de controle social que reforçam a ordem vigente, como discutido por Carneiro (2018) e Merhy (2018).

Dessa forma, considera-se ser fundamental refletir que a criminalização das drogas é “muito mais uma agenda que interessa ao mercado e aos interesses econômicos de grandes grupos capitalistas do que uma proteção às pessoas em uso abusivo dessas substâncias”. (dos Reis, 2018, p. 99)

Conforme Reis (2018, p. 107), a criação da figura do criminoso vendedor de drogas e do dependente doente é “uma forma de anular o caráter questionador e disruptivo do uso de drogas sobre as formas convencionais e funcionais ao desenvolvimento do capital”. Ainda segundo este autor, a criação desses tipos sociais, além de produzir o enquadramento de tais personagens com papéis sociais bem definidos, “também contribuíram para gerar a sensação difusa de medo e insegurança” (idem). Portanto, a associação do usuário com a sujeira, a pobreza e a violência reforçam a ideia de que ele é um problema social a ser combatido, e não uma pessoa que precisa de ajuda. Além disso, a mídia, muitas vezes, retrata o usuário de drogas de forma negativa e estereotipada, como “zumbis” ou “não humanos”, contribuindo para a sua desumanização.

Hoje, há um enorme esforço, por parte de setores conservadores, de conduzir a construção de um imaginário social que torne visível os usuários de drogas como zumbis, não humanos. Como vitimizados pela captura-dependência que as substâncias químicas ilícitas lhes provocariam, de tal maneira que eles deixaram de ser sujeitos desejantes para serem meros objetos inertes e irresponsáveis, quanto aos seus próprios atos (Merhy, 2018, p. 340).

Compreende-se então que a marginalização do usuário de drogas serve como um mecanismo de controle social, reforçando a ordem vigente e justificando a intervenção do

Estado na vida dos indivíduos, uma vez que a ideia de que o usuário é um "perigo" para a sociedade legitima a repressão e a restrição de direitos (Carneiro, 2018; Silva, Abrahão, 2018; Merhy, 2018). Em paralelo, a indústria armamentista e a indústria cultural lucram com a sensação de medo e insegurança gerada pela criminalização das drogas. A mídia, por exemplo, se beneficia da espetacularização da violência e da exploração do sensacionalismo em torno do tema.

Justificam a ação das forças de Estado na proteção da propriedade privada, e o investimento maciço na reprodução do capital através também da indústria armamentista, da indústria cultural na produção de mensagens negativas, e mesmo na produção científica e na área das políticas públicas destinadas à formação e ao cuidado das pessoas, educação e saúde (Reis, 2018, p. 107).

A partir dessas discussões, vamos de encontro ao segundo enunciado, a *fabricação do vício e de novas necessidades: as drogas como mercadoria*.

4.2.2 ENUNCIADO II: A FABRICAÇÃO DO VÍCIO E DE NOVAS NECESSIDADES: AS DROGAS COMO MERCADORIA

A dependência química é frequentemente tratada como uma doença individual, que necessita de tratamento médico e abstinência (Rodrigues; Pena; Carvalho, 2018). Essa visão desconsidera a dimensão social e subjetiva do problema, reforçando a ideia de que o usuário é um indivíduo "desviante" que precisa ser controlado (Merhy, 2018).

A construção do "vício" como um problema individual, descontextualizado das relações sociais e econômicas, contribui para a estigmatização e exclusão de indivíduos que, muitas vezes, são vítimas de um sistema que lucra com a produção e comercialização de substâncias. (Soares, 2018, Merhy, 2018; Costa, 2022). Sendo assim, a análise da fabricação do vício, portanto, deve ir além da culpabilização do indivíduo e buscar compreender como a sociedade capitalista cria, sustenta e se beneficia da existência da dependência química.

A definição de necessidade em Marx abrange tanto as necessidades básicas de sobrevivência física quanto as necessidades derivadas, que são de ordem social e cultural. Segundo Marx, a satisfação de uma necessidade leva ao surgimento de novas necessidades, num processo contínuo de desenvolvimento humano. A busca pela satisfação dessas necessidades leva à produção dos meios para satisfazê-las, o que Marx chama de "primeiro ato histórico" (Marx, 1979). Este ato envolve comer, beber, ter habitação e vestuário, mas logo em seguida, a ação de satisfazer estas primeiras necessidades leva ao surgimento de novas

necessidades, algo próprio da humanidade em seu movimento de vir-a-ser, de transformar o mundo e, por isso mesmo, se transformar.

Em relação ao surgimento de novas necessidades na sociedade burguesa, Henrique Carneiro (2002) explica que a sociedade capitalista, com sua sede por mercadorias, expande as necessidades humanas, transformando produtos de luxo em necessidades básicas. Ele dá exemplos de produtos como açúcar, tabaco, café e chocolate, inicialmente considerados luxos, mas que se tornaram necessidades modernas. O açúcar se tornou uma necessidade essencial na dieta popular, impulsionado pela colonização, escravidão e a formação do capitalismo comercial moderno. De forma similar, o tabaco foi inicialmente um produto de luxo e, com o tempo, passou a ser incorporado nos hábitos populares, fazendo parte do cotidiano de muitas sociedades. O café e o chá também entraram nessa dinâmica, tornando-se produtos de consumo massivo, impulsionados pela expansão do comércio mundial (Carneiro, 2002).

Neste sentido, as drogas em geral, sejam elas lícitas ou ilícitas, também se enquadram nessa dinâmica. Conforme o raciocínio de Marx, as drogas são mercadorias que satisfazem necessidades humanas, sejam elas físicas ou da imaginação. No sistema capitalista, a produção e o consumo de drogas tornam-se um problema social com a expansão do mercado e as disputas intercapitalistas. Assim, no capitalismo, o próprio estado de desejar se torna uma necessidade.

Durante o minicurso, adentramos em alguns aspectos a respeito da contradição da indústria farmacêutica, com objetivo de colocar em pauta a concepção sobre o vício. Comumente as drogas são consideradas um problema quando marginalizadas, por outro lado, as farmácias são um exemplo de comércio de drogas institucionalizado e naturalizado, não interpretado pelo senso comum como um problema, mas como uma necessidade.

Uma das consequências do crescente avanço das indústrias farmacêuticas é o vício em fármacos. O vício em fármacos é um problema complexo, que surge quando uma pessoa desenvolve uma necessidade compulsiva de usar medicamentos, muitas das vezes prescritos, como analgésicos opioides, ansiolíticos ou estimulantes, ou até mesmo remédios de venda livre, quando utilizados de forma inadequada (Healy, 2012).

Esse tipo de dependência é alimentado tanto por fatores biológicos, como a alteração da química cerebral e a ativação de sistemas de recompensa, quanto por aspectos psicológicos e sociais, como o uso de medicamentos para lidar com problemas emocionais ou estresse crônico. No entanto, o contexto em que vivemos desempenha um papel crucial nesse processo, e o marketing farmacêutico tem um impacto significativo na potencialização desse vício.

Ao promover medicamentos de forma massiva e muitas vezes agressiva, o marketing farmacêutico cria a ilusão de que os fármacos são soluções rápidas e infalíveis para problemas

complexos, como dor crônica, ansiedade ou insônia (Healy, 2012). Essa narrativa banaliza o uso de medicamentos, incentivando a automedicação e a dependência, enquanto marginaliza abordagens mais naturais ou preventivas, como terapia, exercícios físicos ou mudanças na alimentação.

Além disso, a influência do marketing sobre profissionais de saúde pode resultar em prescrições excessivas e até mesmo questionáveis, ampliando o acesso a medicamentos potencialmente viciantes (Healy, 2012). Esse ciclo de dependência é reforçado por uma cultura medicalizada, onde os medicamentos são vistos como a principal ou única solução, muitas vezes em detrimento de práticas mais preventivas, holísticas e integrais. Em síntese, as farmacêuticas, ao investirem pesadamente em marketing, priorizam o lucro em detrimento de abordagens mais acessíveis e sustentáveis para lidar com problemas de saúde (Healy, 2012).

Esse cenário é agravado pelo monopólio das grandes empresas farmacêuticas, que dominam o mercado global de medicamentos. Como bem pontuado por C2, “não é simplesmente qualquer farmácia que está crescendo, mas que as farmácias que estão surgindo são farmácias filiadas à grandes redes, pois são grandes corporações e com muito dinheiro, tendo uma maior capacidade de realizar projetos de marketing”.

Tais corporações, frequentemente apoiadas por patentes e regulamentações favoráveis, controlam desde a pesquisa e o desenvolvimento até a distribuição e o preço dos fármacos. O resultado é um mercado altamente concentrado, onde poucas empresas, todas internacionais, detêm o controle sobre medicamentos essenciais, definindo preços elevados e limitando o acesso da população a tratamentos acessíveis (Healy, 2012).

Neste mesmo sentido, R6 comentou que o market é uma nova ferramenta de imperialismo,

... pois as grandes empresas vão engolindo as pequenas empresas, tanto de forma material com de forma ideológica, como por exemplo de que a representação da marca simbolicamente esteja ligada à credibilidade, colocando assim as grandes empresas, por serem grandes, apresentarem qualidade, enquanto as pequenas empresas tendem a ser menos confiáveis.

Ao mesmo tempo, o marketing se torna uma ferramenta crucial para manter e expandir esse monopólio, criando ciclos de dependência não apenas dos pacientes em relação aos medicamentos, mas também dos sistemas de saúde em relação às soluções oferecidas por essas corporações.

Em meio às discussões sobre esse assunto houve alguns comentários no sentido de que a indústria farmacêutica atua não como a promoção da cura, mas como remediação - tratamento e alívio dos sintomas, ou seja, como dito por R2, “tratamos cada vez mais das consequências

do que das causas”. Podemos perceber que se configura também como uma característica da nossa sociedade a ideia de imediatismo, buscando soluções fáceis e rápidas, as famosas “pílulas de solução”.

Junto a este comentário, houve algumas falas a respeito da nossa forma de produção de vida e dos transtornos decorrentes da nossa maneira de se relacionar com o mundo. Uma vez que colocamos em pauta que grande parte dos remédios que causam dependência estão direcionados para tratar de transtornos como a ansiedade e depressão, males asseverados em nosso tempo. Também nos questionamos sobre a alta demanda sobre esses fármacos, ou seja, sobre como a nossa forma de produzir a vida tem gerado ansiedade e depressão.

Neste sentido, foi abordado durante essas discussões fatores como condições de trabalho, das redes sociais e nossa interação com o mundo virtual, construindo constantes relações com super estímulos. Como destacado por R2, “vivemos muitos casos de déficit de atenção”, algo que está cada vez mais comum, sendo uma das consequências do super estímulo. Com o fluxo constante de informações rápidas, recompensas instantâneas e multitarefas das redes sociais e o mundo virtual, pode ocorrer uma sobrecarga sobre as funções cerebrais, reduzindo a capacidade de concentração prolongada. Esse excesso de estímulos fragmenta a atenção, dificultando o foco em tarefas mais profundas ou demoradas, e pode levar a um déficit de atenção, onde a mente se acostuma a saltar rapidamente entre atividades, perdendo a habilidade de se engajar de forma sustentada.

Em decorrência disso, nos últimos anos, houve um aumento significativo na busca por medicalização para déficit de atenção¹¹, impulsionado por um estilo de vida acelerado e hiperconectado, onde há constantemente a exigência de produtividade. O que se observa disso é que, paradoxalmente, o mesmo sistema oferece medicamentos como solução, remediando um problema que ele mesmo gerou.

Ao destacarmos o *marketing* como um agravante do vício em fármacos, colocamos em evidência que uma das suas consequências é a criação de uma demanda artificial por

¹¹ <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/uso-de-medicamento-para-deficit-de-atencao-cresceu-775-em-10-anos>
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/27/especialistas-alertam-para-2018epidemia-de-diagnosticos2019-de-tdah-entre-criancas>
<https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/10/06/2024/especialistas-alertam-para-o-uso-excessivo-de-medicamentos-no-tratamento-do-tdah>

CRUZ, Bruna de Almeida et al. Uma crítica à produção do TDAH e a administração de drogas para crianças. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, p. 282-292, 2016.

medicamentos que, em muitos casos, poderiam ser substituídos por tratamentos menos invasivos ou não farmacológicos.

C3 comentou que chegou a cursar a faculdade de administração, e que, segundo ele, a disciplina de *marketing* presente no curso basicamente buscava “construir nas pessoas a necessidade daquilo que elas não precisam”. C3 dá alguns exemplos sobre a organização de alguns supermercados, a disposição dos itens, de forma a gerar o desejo ou necessidade de compra no consumidor: “é como a fralda do lado cerveja, toda vez que o pai vai no mercado comprar fralda, ele aproveita e leva uma cerveja”.

C3 termina sua fala dizendo que “o *marketing* acaba nos fazendo acostumar a comprar coisas que a gente não precisa, e não pensamos sobre isso. Compramos diversos medicamentos quando estamos mal de saúde, mas não pensamos que às vezes o que nos falta é nos exercitarmos, tomarmos mais água. Acabamos nos acostumando muitas vezes por conta de não ter tempo, e por não ter tempo, vamos concordando com tudo isso por ser conveniente”.

Adentrando em mais alguns aspectos sobre a fabricação do vício e de novas necessidades, é importante destacar as consequências do proibicionismo, que, em vez de controlar o consumo de drogas, acaba por gerar uma alta demanda e o aumento dos lucros do comércio ilícito. A respeito do vício, a criminalização do uso de drogas desvia o foco dos problemas estruturais da sociedade, como a desigualdade social e a falta de oportunidades, e culpabiliza o indivíduo (Reis, 2018).

Neste sentido, a exposição do experimento do Rat Park demonstrou que fatores sociais e ambientais têm um papel crucial na compreensão da dependência química, o que desafia a ideia de que a mera exposição a drogas causa dependência (Alexander, 2018). A metáfora das "jaulas" humanas invisíveis na sociedade, mencionada no contexto do experimento, sugere que a falta de vínculos sociais, a exclusão, a desesperança e a opressão, todas resultantes do sistema capitalista, são fatores determinantes na dependência química (Alexander, 2018).

Em consonância com este sentido, C2 expõe algumas experiências sobre sua percepção como pertencente a grupos LGBT's. Segundo ele, há um uso exacerbado de substâncias por esses grupos em determinadas festas, bem como a misturas de algumas substâncias, e acusa que parte desse uso é incentivado pela situação depreciativa que vivenciam dia a dia, e que muitas das vezes esse uso é uma fuga ou negação da realidade na qual eles têm de lidar todos os dias cotidianamente. Fala sobre algumas experiências vividas durante um período que residiu na cidade de São Paulo, onde o movimento desses grupos são mais intensos, e reconhece durante suas reflexões que “nunca tinha passado pela minha cabeça, que aquilo era a materialização do aprisionamento que eles tinham”.

R3 fez alguns comentários sobre as drogas servirem de suprimento para algumas ausências emocionais, segundo ele “pessoas tímidas quando conhecem cocaína se viciam, porque aquela substância traz algo para aquela pessoa que falta, então às vezes buscamos algo em determinadas drogas que supram nossas faltas”. Ainda durante sua fala, comenta que fica “pensando nessas classificações de medicamentos, e pensando na estrutura do sistema, porque além de termos uma ausência de lazer, também temos uma grande demanda de trabalho (precisamos trabalhar muito), talvez por isso as pessoas busquem substâncias que sirvam de fuga da realidade”

C1 comenta sobre a existência de diversos tipos de gaiolas, pois há a gaiola dos excluídos, mas que segundo ele, se tomarmos como exemplo pessoas muito expostas, como grandes artistas, elas também tendem a ter grandes vícios, “pessoas que tem sucesso financeiro ou muita fama, tem as gaiolas da exclusão social e também da exposição social, isso representa o desequilíbrio”.

Neste sentido, R5 disse que para ele esse fenômeno de ser uma pessoa muito exposta culmina, você procura tantas maneiras de se adequar ao que é aceito e o que as pessoas esperam de você, que você perde um pouco de quem você realmente deseja ser, o que dialoga com o que foi falado antes a respeito das comunidades LGBT’s, que são indivíduos inibidos de serem quem eles realmente querem ser ou se expressar. Para ele, “as pessoas que são muito expostas acabam se tornando um produto, elas se tornam um produto e neste processo elas deixam de se reconhecer (ou conhecer), e essa falta de reconhecimento de si mesmos, se torna uma grande gaiola. É como ser querido nos espaços, mas não ser reconhecido por si mesmo como parte desse ambiente”.

Novamente C2 retoma a palavra, e diz que “essa ideia de vício, a gente trata ela muito como um vício químico, mas o vício se reproduz em diversas nuances da nossa vida, se reproduz na repetição de hábitos que não são saudáveis, que você sabe que está errado, mas faz de novo errado, e de novo, e de novo... e em nenhum momento você se coloca de forma consciente e fala para si mesmo que vai tentar se superar da próxima vez. Para mim, existe um espectro de vícios, o vício se inicia na ignorância. E a ignorância não é sobre não saber de algo, mas é sobre não tomar consciência das suas atitudes repetitivas”.

Em acordo com esta última fala, MD2 comenta que não há um fato que vai definir um vício, mas sim algo multifatorial, que muitas vezes o vício em drogas não é algo somente de natureza química, que claro, deve ser considerada.

“Depois que você se torna mãe, e percebe que este mundo gera diversas necessidades para que você continue consumindo para gerar o ciclo de consumo, ele começa muito cedo, podemos perceber isso desde o leite artificial ou a chupeta, isso tudo começa muito cedo”.

Neste mesmo sentido, MD2 continua:

Na minha família foram raros os casos das mães que tiveram parto normal, muitas delas após a gestação não amamentaram por muito tempo, então os filhos tomavam muito mamadeira. Na biologia, sabemos que a produção de leite se dá pelo estímulo que a criança dá ao mamar o seio da mãe, é um processo bioquímico, que a mãe produz o leite naquele momento, isso é incrível, porque a produção do leite pode mudar de composição dependendo das necessidades da criança, e isso por meio das questões bioquímicas que surgem a partir do toque da boca da criança no seio da mãe.

Ainda neste mesmo sentido, MD2 cita experimentos de diferentes crianças, um pouco mais desnutridas ou doentes, e o leite materno se adequa em função das necessidades da criança.

Se a criança mama somente na mamadeira, este processo se perde por completo, o leite artificial não vai ter esses componentes que biologicamente são produzidos especialmente para as demandas daquela criança naquele momento.

Em sequência, MD2 afirma que vivenciamos uma ruptura de processos naturais em função de processos artificiais. Ela ainda explica que o esforço que existe para uma criança sugar o leite de uma mamadeira é muito maior do que ela teria para mamar na mãe, então o uso da musculatura é totalmente diferente e isso tem as suas consequências no futuro. “Ou seja, o vício na nossa sociedade é produzido desde muito cedo, e o exemplo da chupeta é um bom exemplo”.

...há uma discussão sobre essas crianças que passaram por esse processo na infância terem uma propensão muito forte a adquirirem vícios na vida adulta, como por exemplo ao hábito de fumar. Não é que seja algo linear, algo que seja diretamente relacionado como causa e consequência, mas estes são elementos que devem ser considerados para compreender a produção do vício na nossa sociedade, como que isso é estruturado culturalmente pela nossa sociedade.

A fabricação do vício, portanto, não é um processo natural, mas uma construção social, que se insere na lógica do capitalismo (Costa, 2022).

A este respeito, o experimento do Rat Park também demonstra que o tratamento para o vício não pode se restringir a aspectos individuais ou biológicos, mas deve incluir a melhoria das condições de vida e o acolhimento do indivíduo (Alexander, 2018). Assim, se em um ambiente enriquecido, com boas condições de vida e oportunidades, o indivíduo tende a não se viciar, o sistema capitalista produz um ambiente de condições precárias para grande parte da

população, levando a dependência química e conseqüentemente a marginalização e criminalização.

A compreensão desse processo é fundamental para a construção de políticas públicas que promovam a autonomia, a redução de danos e a garantia de direitos humanos (Rybka; Nascimento; Guzzo, 2018). A desconstrução do proibicionismo, a superação da estigmatização e a construção de novas formas de sociabilidade são desafios urgentes para uma sociedade que busca um futuro mais justo e inclusivo. Dessa forma, a superação do vício passa necessariamente pela transformação da sociedade e pela construção de novas formas de sociabilidade, que valorizem o cuidado, a solidariedade e a justiça social (Reis, 2018; Soares, 2018).

4.2.3 ENUNCIADO III: A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CRÍTICA

Este terceiro enunciado é uma análise das respostas obtidas no final do minicurso, o qual representa a percepção dos participantes da urgência de uma abordagem contextualizada e histórico-crítica sobre o tema das drogas.

A resposta B8 (“com uma abordagem histórica, nos é permitido entender processos de proibição e perceber como estão atravessados por interesses dominantes”) destaca a importância de uma abordagem histórica para entender os processos de proibição das drogas, que estão atravessados por interesses dominantes. Essa perspectiva permite desmistificar o tema, mostrando que a criminalização de substâncias como a maconha não é um fenômeno natural, mas sim resultado de escolhas políticas e econômicas. A resposta B4 complementa essa ideia ao mencionar a história da maconha no Brasil e como sua proibição foi construída socialmente. Esses exemplos ilustram como uma análise histórica é fundamental para desvelar as contradições e os interesses ocultos por trás das políticas de drogas.

Além disso, a resposta B18 (“levantar os elementos históricos de uso, cultivo e demonização/proibição para contextualizar as drogas e discutir em sala de aula com mais significância”) sugere que a contextualização histórica permite discutir o tema em sala de aula com maior significância, conectando-o às realidades dos estudantes. Isso reforça a ideia de que o ensino sobre drogas não pode se limitar a uma abordagem superficial ou moralizante, mas deve integrar as dimensões históricas e sociais que moldam o consumo e a legislação dessas substâncias.

Várias respostas destacam a intrínseca relação entre o tema das drogas e questões socioambientais. A resposta B1 aponta que a ilegalidade da maconha está ligada a relações de

poder político e econômico, enquanto a resposta B3 ("assim como a questão ambiental é irresolúvel dentro do capitalismo, as drogas, mesmo se legalizadas, se tornarão mercadorias e serão exploradas por corporações") argumenta que a legalização das drogas, dentro do sistema capitalista, pode transformá-las em mercadorias exploradas por corporações. Essas reflexões mostram que o debate sobre drogas não pode ser dissociado de uma crítica ao modelo econômico vigente, que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social e ambiental.

A resposta B10 traz uma perspectiva ambiental ao mencionar o potencial da maconha (especificamente o cânhamo) como solução para problemas ecológicos. Já a resposta B11 destaca a relação coevolutiva entre a maconha e as sociedades humanas, ressaltando seu papel positivo nos ecossistemas. Essas falas evidenciam que uma abordagem contextualizada deve considerar não apenas os impactos negativos das drogas, mas também seus potenciais benefícios ambientais e sociais.

A formação de professores também é um ponto central nas respostas, o que destaca a importância de preparar educadores para abordar o tema de forma crítica e desmistificada. A resposta B6 ("o minicurso foi muito formativo no sentido de nos preparar para a discussão do tema das drogas em sala de aula, com a desmistificação do tema e quebra de preconceitos") enfatiza que o minicurso foi formativo ao quebrar preconceitos e preparar os participantes para discutir drogas em sala de aula. Já a resposta B16 ("o minicurso nos faz compreender melhor o histórico dessas drogas, trazendo um embasamento teórico inicial para que possamos aprender a como tratar desse tema em sala de aula") argumenta que tratar o tema como tabu só gera mais problemas, reforçando a necessidade de uma abordagem aberta e informada.

A resposta B20 ("como professores, temos a responsabilidade de apresentar, discutir e desmistificar assuntos importantes e que, na maioria das vezes, são considerados tabus.") vai além, ao afirmar que os professores têm a responsabilidade de desmistificar assuntos tabus e fomentar discussões críticas sobre a relação entre o sistema capitalista, a natureza e as drogas. Essa perspectiva ressalta o papel da educação como ferramenta de transformação social, capaz de questionar estruturas opressoras e promover uma visão mais justa e equilibrada do tema.

A resposta B17 traz uma reflexão contundente sobre como a violência associada às drogas não pode ser atribuída apenas ao tráfico, mas também ao Estado e ao sistema capitalista. Essa fala evidencia a necessidade de uma análise crítica que vá além da superfície, questionando as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a exploração. A resposta B7 complementa essa ideia ao comparar as drogas e a religião como formas de alívio para os problemas gerados pelo capitalismo, mostrando como o tema está profundamente enraizado nas contradições da sociedade contemporânea.

Neste sentido, as respostas analisadas demonstram que o tema das drogas é complexo e multifacetado, exigindo uma abordagem que integre dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas e ambientais. A educação, nesse contexto, tem um papel crucial na desconstrução de preconceitos e na promoção de uma visão crítica e contextualizada. Como destacado na resposta B19 (“o minicurso forneceu subsídios para pensarmos as relações que as pessoas constroem entre elas e sobre os ambientes onde se constroem os entendimentos sobre a humanidade e as drogas”), é necessário superar a visão marginalizante das drogas e evidenciar suas relações com a realidade material e as estruturas de poder.

Portanto, a urgência de uma abordagem histórico-crítica sobre o tema das drogas se justifica pela necessidade de compreender e transformar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a exploração. Somente através de uma análise contextualizada será possível enfrentar os desafios relacionados às drogas de forma justa, equilibrada e sustentável, tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente.

A partir dessas análises, podemos considerar que as respostas apontam que o minicurso cumpriu seu papel ao promover uma reflexão crítica sobre o tema das drogas, conectando-o à formação de professores e à educação ambiental crítica. A maioria dos participantes reconheceu a importância de abordar o tema de forma histórico-crítica, contextualizada e multidisciplinar, destacando a necessidade de desmistificar preconceitos e discutir as implicações sociais, econômicas e ambientais do uso e da proibição das drogas. Ainda neste sentido, destacamos a necessidade de aprofundar ainda mais a discussão, especialmente em relação às estruturas de poder e ao sistema capitalista, que influenciam tanto o uso quanto a proibição das drogas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se constituiu como parte de um processo formativo na formação inicial e continuada de professores(as), no qual, por meio de uma pesquisa-ação-participativa a questão das drogas foi identificada como um problema socioambiental das comunidades pesquisadas, um problema que emergiu da prática social. Nesse sentido, foi proposto uma prática pedagógica, no formato de um minicurso, para se abordar o tema de forma histórica e crítica, levando em consideração não somente fatores biológicos e químicos, mas também sociais, históricos; culturais, políticos e culturais, a fim de compreender como a sociedade atual lida com as questões de drogas e quais são as suas implicações.

O minicurso foi analisado utilizando a Análise Dialógica de Discurso do Círculo de Bakhtin, tornando possível a identificação de três enunciados, I: *a individualização do problema das drogas: criminalização dos usuários como solução falaciosa para o uso e venda*

de drogas, II: a fabricação do vício e de novas necessidades: as drogas como mercadoria e III: a necessidade de uma abordagem histórico-crítica.

Enquanto o primeiro enunciado é composto por discussões que acusam a marginalização e a exclusão de usuários de drogas, bem como a criação intencional deste estereótipo, tergiversando dos problemas reais e estruturais de nossa sociedade, o segundo enunciado é composto por discussões que tangenciam fatores que apontam para como a nossa sociedade é constituinte de um mecanismo de produção do vício, utilizando da dependência química para produzir novas necessidades e lucrar sobre a venda de mercadorias.

Tais enunciados apresentam questões fundamentais a respeito de como nossa sociedade lida com a questão das drogas, tornando evidente como as políticas proibicionistas atuais sobre drogas bem como os ideais hegemônicos possuem caráter higienista, culminando em violência e em um elevado número de mortes, principalmente em regiões periféricas. Além disso, também evidencia que o problema das drogas não simplesmente é uma questão singular para as substâncias proibidas, mas para o consumo de substâncias de forma geral, demonstrado que a produção do vício é algo lucrativo e que está sob os interesses do capital.

Neste sentido, ao colocar estes pontos em evidência, avançamos a compreensão de que as atuais políticas de drogas não apenas criminalizam o indivíduo, mas também fabricam a ideia do "vício" como uma patologia individual, desvinculada das condições materiais e sociais que o produzem. Ao fazer isso, também compreendemos que tais políticas velam a na geração de desigualdades, exclusão e sofrimento psíquico, que muitas vezes levam ao uso de drogas como forma de escape ou resistência dentro de uma sociedade organizada sobre as bases da desigualdade e exploração. Dessa forma, é possível perceber que a proibição das drogas, longe de ser uma medida de proteção à saúde pública, é uma estratégia de manutenção da ordem vigente, que justifica a repressão policial, o encarceramento em massa e a segregação de grupos sociais já marginalizados.

Julgamos que essas compreensões são fundamentais para serem levadas em consideração em práticas pedagógicas em sala de aula, tanto para a produção de planos de aulas como também para o tratamento humano de indivíduos que eventualmente são usuários ou que convivem em realidades as quais pais, parentes ou amigos sofram de dependência química.

Consoante com esses sentidos, o terceiro enunciado coloca em evidência a necessidade de se tratar o tema de forma histórico-crítica, percebida pelos participantes do minicurso. As falas dos participantes revelam que o assunto não pode ser reduzido a uma perspectiva moralista ou proibicionista, mas deve ser compreendido a partir de suas múltiplas dimensões: históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

Uma vez que temos como objetivo deste trabalho a promoção de uma formação crítica dos participantes do minicurso, tendo como base os princípios teórico-metodológicos da PHC, consideramos que uma a discussão histórica e social das drogas possibilita evidenciar as desigualdades sociais e a exploração do homem pelo próprio homem, podendo contribuir para o direcionamento de práticas que visem a transformação da sociedade, almejando uma sociedade mais justa.

Outros aspectos a respeito do minicurso que não foram devidamente discutidos durante as análises, como as discussões de uma legalização das drogas sem um debate prévio amplo junto à sociedade, são bastante relevantes para a formação de docentes engajados, pois dizem respeito a questões eminentes que dizem respeito a este tema. Também é importante mencionar que a discussão de conteúdos científicos, especialmente em respeito às sinapses químicas e o comportamento dos neurônios, não foram tratadas como elementos fim da prática, mas sim como caminhos de instrumentalização que partiram de questões originadas pela prática.

Em relação a produção e realização do minicurso, fatores como a organização dos planos e articulação das discussões podem ser aprimorados. Também consideramos que o tempo, principalmente tratando dos atrasos durante as reuniões, foram pontos que dificultaram a execução do que foi planejado.

Como encaminhamentos futuros, sugere-se a continuidade de práticas pedagógicas similares em outros contextos formativos, ampliando a participação de professores em exercício para avaliar os impactos dessa abordagem no cotidiano escolar. Além disso, recomenda-se a sistematização de materiais didáticos que subsidiem os docentes na construção de estratégias pedagógicas alinhadas a uma Educação Ambiental Crítica e à Pedagogia Histórico-Crítica.

6. REFERÊNCIAS

ALEXANDER, B. *The globalization of addiction: a study in poverty of the spirit.* Oxford: Oxford University Press, 2010.

ALEXANDER, B. K. *Dependência dos opiáceos: Rat-park revisitado.* [S.l.]: Coordenador Nacional da Rede UNIDA, 2018. p. 18.

ATTIAS, M.; AZEVEDO, B.; CUNHA E SILVA, N.; NAGAO, P. E. *Biologia Celular II - Vol. único.* Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/5286>. Acesso em: 10 out. 2023.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, I.; FERREIRA, F. I. Teatro do Oprimido e projeto emancipatório: mutações, fragilidades e combates. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 2, p. 439-463, 2017.

CALDART, R. S. et al. *Inventário da realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo*. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, 2016.

CARNEIRO, H. A fabricação do vício. In: ALEXANDER, B. K.; MERHY, E. E.; SILVEIRA, P. (Org.). *Criminalização ou acolhimento*. [S.l.]: Rede UNIDA, 2018. p. 241-272.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Revista Outubro*, v. 6, n. 6, p. 115-128, 2002.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

COSTA, P.; MENDES, K. Marx e as guerras pelas drogas: anticolonialismo, antiimperialismo e antiproibicionismo. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 2, p. 362-386, 2022.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. [S.l.]: [s.n.], 1995.

DEVANE, W. A. et al. Determination and characterization of a cannabinoid receptor in rat brain. *Molecular Pharmacology*, v. 34, n. 5, p. 605-613, 1988.

DEVANE, W. A. et al. Isolation and structure of a brain constituent that binds to the cannabinoid receptor. *Science*, v. 258, n. 5090, p. 1946-1949, 1992.

DOMINGUES, V. G. Educação e guerra às drogas: uma reflexão sobre o PROERD na escola. *Revista Alabastro*, v. 1, n. 7, p. 56-72, 2016.

ESCOHOTADO, A. *O livro das drogas: uso e abuso, preconceitos e desafios*. [S.l.]: [s.n.], 1997. p. 272.

FONSECA, B. M. et al. O Sistema Endocanabinóide – uma perspectiva terapêutica. *Acta Farmacêutica Portuguesa*, v. 2, n. 2, p. 37-44, 2013.

GROTENHERMEN, F. Los cannabinoides y el sistema endocannabinoide. *Cannabinoids*, v. 1, n. 1, p. 10-14, 2006.

HARI, J. *Chasing the scream: the first and last days of the war on drugs*. New York: Bloomsbury Publishing USA, 2015.

HART, C. L. *Drug use for grown-ups: chasing liberty in the land of fear*. New York: Penguin, 2022.

HEALY, D. *Pharmageddon*. Berkeley: Univ of California Press, 2012.

ILLICH, I. *Medical nemesis*. Sydney: Australian Broadcasting Commission, Science Programmes Unit, 1975.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LAYRARGUES, P. P. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 7, n. 14, 2012.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, p. 23-40, 2014.

MARX, K. *A ideologia alemã*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. *O capital – Livro 3: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARTINS, F. P. *O ensinar na ótica de professoras de uma rede municipal de ensino: desafios, práticas e o sentido da escola*. 2014. 162 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2014.

MECHOULAM, R.; GAONI, Y. A total synthesis of dl- Δ 1-tetrahydrocannabinol, the active constituent of hashish. *Journal of the American Chemical Society*, v. 87, n. 14, p. 3273-3275, 1965.

MERHY, E. E. Drogados e loucos, o que fazer com isso? [S.l.]: Coordenador Nacional da Rede UNIDA, 2018. p. 335.

MEYER, M. Educação ambiental: uma proposta pedagógica. *Em Aberto*, v. 10, n. 49, 1991.

PAULO, S. de; MOREIRA, T. A. Acerca do método em *Problemas da poética de Dostoiévski*. In: GEGE – UFSCAR (Org.). *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 50-55.

PIMENTA, S. G. Estágio e docência: diferentes concepções. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 2005, Natal. *Anais...* Natal: UFP, v. 1, p. 37-44.

REIS, A. A. C. dos; KINKER, F. S.; FURTADO, L. A. C. *Descriminalização das drogas: é preciso recuperar o espaço público e o direito de viver*. [S.l.]: Coordenador Nacional da Rede UNIDA, 2018. p. 88.

RODRIGUES, C. C. O.; PENA, R. S.; CARVALHO, S. R. Por uma descriminalização dos discursos e das práticas de saúde no campo das políticas de drogas no Brasil. [S.l.]: Coordenador Nacional da Rede UNIDA, 2018. p. 132.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SILVA, M. A. B.; ABRAHÃO, A. L. Lei e ordem no campo álcool e drogas: da segurança à saúde. [S.l.]: Coordenador Nacional da Rede UNIDA, 2018. p. 272.

VOLOCHÍNOV, V. N. A construção da enunciação. In: **VOLOCHÍNOV, V. N.** *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 157-188.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO

A análise realizada ao longo desta dissertação reafirma a necessidade de uma ruptura com a abordagem tradicionalmente adotada na educação sobre drogas. A pesquisa evidenciou que a escola, enquanto instituição social, tem reproduzido um discurso pautado no controle e na repressão, desconsiderando os aspectos históricos, políticos e econômicos que estruturam essa problemática.

Por meio da Pedagogia Histórico-Crítica e da Educação Ambiental Crítica, argumentamos que o tema das drogas deve ser tratado na escola de maneira ampla e contextualizada, permitindo que professores e estudantes desenvolvam uma compreensão mais aprofundada da questão. O minicurso analisado neste estudo demonstrou que a educação pode ser um espaço potente para a desconstrução de estereótipos e para o fortalecimento de uma abordagem que privilegie o pensamento crítico e a transformação social.

A hegemonia do discurso proibicionista e a influência de políticas repressivas sobre o cotidiano escolar dificultam a implementação de práticas pedagógicas mais críticas e dialógicas. No entanto, acreditamos que a formação de professores pode desempenhar um papel crucial na superação desses entraves, construindo uma educação que vá além da mera reprodução do status quo.

Por fim, este trabalho aponta para a necessidade de ampliar as pesquisas e as práticas pedagógicas voltadas para a Educação Ambiental Crítica, incorporando temas como as drogas de maneira interseccional e comprometida com a transformação da realidade. Apenas por meio de uma educação crítica e emancipadora será possível enfrentar as contradições do capitalismo e caminhar rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

Sobre tudo, cabe discutir também que para este trabalho, evitamos discutir questões relacionadas às facções criminosas que comandam a circulação das drogas no país, com intuito de evitar maiores problemas, já que estávamos fazendo uma pesquisa de campo junto às comunidades escolares. No entanto, uma análise realizada após a apresentação do trabalho, propiciou reflexões sobre a importância de se discutir o desenvolvimento dessas facções e como estas facções se articulam junto a política macroscópica do país, o que julgamos ser de notável relevância para compreender os fenômenos e questões levantadas até aqui, que por ventura, poderão ser retomadas em trabalhos futuros.

ANEXOS

RESPOSTAS - INÍCIO DO MINICURSO (A)

A1 - As comunidades que são minoria não sofrem apenas uma ou duas opressões de maneira estancada. Mas é como se todas elas estivessem relacionadas com o objetivo de subjugar essas comunidades para sufocá-las e culpá-las pelos problemas da sociedade. Então, por meio de situações de preconceito, intolerância, as pessoas aproveitam para vincular as questões de drogas a estas comunidades.

A2 - Em uma das falas do teatro a aluna é acusada de usar drogas ida ao “charco” o que pode sim estar relacionado ao curso, (talvez?), o que não foi bem abordado ou problematizado pelo diretor durante a cena, a única figura pedagógica.

A3 - Acredito que a relação do minicurso e as questões da reunião e do teatro é que o teatro apresentou questões que acontecem na escola. Assim, como a droga se faz presente nesse ambiente. Inclusive, uma frase dita durante o teatro: “vai usar droga no charquinho”, se referindo a personagem principal do teatro. Questões como intolerância religiosa e drogas podem estar presentes no dia a dia do professor e trabalhar com esses temas durante a formação é importante para que saibamos ter uma ideia de como lidar com isso futuramente.

A4 - Sim, eu vejo. Uma cena do teatro menciona o uso de drogas no “charquinho”. Geralmente o uso de drogas, tráfico e etc, está associado com as pessoas marginalizadas.

A5 - Há relação com o teatro sim, pois houve um momento em que uma personagem entra em cena e acusa a aluna Roberta [personagem] estaria indo ao terreiro, localizado na periferia do bairro, a personagem que a acusa associa a periferia às drogas através do seu preconceito.

A6 - Percebo uma relação indireta, porém transversal com o tema abordado no teatro. O assunto em ambos os casos é considerado como um tabu, ou seja, são temas que dificilmente seriam discutidos com profundidade em uma perspectiva histórico-crítica. São temas marginalizados.

A7 - Sim. As religiões de matrizes Africanas são marginalizadas e conseqüentemente as pessoas que são praticante destas religiões são marginalizadas também, que em sua grande maioria, são negros. As pessoas já fazem associações destas pessoas com tráfico, roubo, dentre outras coisas.

A8 - Sim, eu vejo relação entre o tema de preconceito religioso e o tema das drogas, porque ambos temas são fruto de muita confusão no senso comum. Fazem parte da mesma gama de intolerância e pensamento raso, tabus e pautas da ultra direita facista.

A9 - Acredito que se relacionam pois a perspectiva histórico crítica trata das demandas a partir da dinâmica da prática social que levanta os temas com racismo, intolerância religiosa (como

na cena) e drogas também. Portanto, podem ser relacionados pois os dois se tratam das demandas sociais que a perspectiva histórico crítica busca dialogar.

A10 - Da mesma maneira que o processo histórico como ocorreram reforçam preconceitos religiosos, também dentro da história temos ideias que persistem no tempo que estigmatizam usuários de drogas. Ambos problemas advém da falta de entendimento da realidade a respeito do assunto.

A11 - Sim, as drogas também sofrem intolerância em diversos aspectos sociais e são, na maioria das vezes, usadas pejorativamente nas mesmas minorias.

A12 - Sim, tem relação com o preconceito com a religião, assim como acontece com as drogas.

A13 - O que observo é a questão do preconceito, tanto em relação com as drogas quanto com as religiões de matriz Africana.

RESPOSTAS - ATIVIDADE FINAL (B)

B1 - A temática evidencia a relação intrínseca entre ambiente, sociedade, economia e cultura. A partir da discussão sobre a legalização da maconha visualizamos possibilidades de mitigações dos problemas ambientais, mas entendemos que como isso será feito envolve relações de poder e que provavelmente não terá esse cuidado.

A temática das drogas faz parte da prática social. É um tema de muitos tabus e preconceitos mas também de muita curiosidade por parte dos alunos. Esse pode ser um importante ponto de partida em práticas educativas. Assim, o minicurso foi interessante para, além de colocar reflexões, discutir sobre diversos elementos que se relacionam com o tema, desde o histórico, as questões sociais até os mecanismos bioquímicos das drogas no organismo. Após o minicurso me sinto mais preparada e instigada a pesquisar mais e encontrar paralelos com os conteúdos da biologia para abordar as drogas em sala de aula.

B2 - Acho que a relação se dá pela questão tanto social quanto a abordagem crítica.

Formação histórica, cultural para entendermos como essa temática está envolta em várias perspectivas e com uma estrutura social que está colocada na nossa sociedade.

B3 - A questão de drogas se articula profundamente com a educação ambiental crítica, pois não vai ser resolvida sem a alteração das estruturas sociais que hoje são vigentes. assim como a questão ambiental é irresolúvel dentro do capitalismo, as drogas mesmo se legalizadas se tornarão mercadoria e ser explorada por corporações.

Essa temática é presente entre a juventude, tanto na escola quanto na universidade. A lida [lidar] com essa questão é inevitável e seu debate envolve diretamente a questão ambiental e por consequência o modelo social capitalista. Logo, deveria ser tópico obrigatório na formação de professores que venham atuar nas escolas ou universidades.

B4 - Entendo que o curso pode comunicar com a educação ambiental de forma que a desmistificação abre possibilidades de enxergar os benefícios que podem trazer para a sociedade, como por exemplo a maconha, que pode ser usada de várias formas e agride muito menos o ambiente.

O curso conversa bastante sobre a história das drogas, abordando como a maconha chegou no Brasil e como foi dada a proibição. Acho importante essas discussões na formação de professor, possibilitando a abordagem do tema de drogas de forma crítica e desmistificando este assunto e trazendo a realidade de como é manipulado essas substâncias no mundo.

B5 - O uso atual das drogas reflete as intenções por trás da máquina social, na forma como ela ocupa os mais variados espaços públicos provocando diferentes reações. Além disso, também nos leva a refletir sobre as possíveis alterações que a legalização pode trazer para o campo e cidades.

Dialoga bem como um processo de formação de conteúdo contextual sobre as drogas, no entanto, seria interessante realizar um segundo módulo para tratar esse contexto na estrutura real e conservadora.

B6 - O tema tem relação com a educação ambiental no sentido das drogas serem um fator presente num complexo conjunto de problemas socioeconômicos e ambientais no nosso país e no mundo.

O minicurso foi muito formativo no sentido de nos preparar para a discussão do tema das drogas em sala de aula, com a desmistificação do tema e quebra de preconceitos, pois é algo muito presente na realidade dos estudantes.

B7 - “A religião é o ópio do povo”, as drogas se comportam como um alívio aos problemas do capitalismo, assim como as religiões que trazem em zona de organização para enfrentar ou aliviar quanto a isso. E nessa perspectiva de resistência o crime organizado se molda.

B8 - O minicursos proporcionou perceber o tema drogas por uma outra perspectiva, diferente do senso comum que apenas trata as drogas como um problema que precisa ser combatido. com uma abordagem histórica, nos é permitido entender processos de proibição e perceber como estão atravessados por interesses dominantes.

Além disso, observar e entender seus efeitos é essencial para tratarmos o tema com certeza de que estamos falando ao abordar questões como vício, riscos à saúde e até benefícios.

Nesse sentido, o curso nos traz uma visão necessária para que o tema seja abordado e trabalhado em discussões na escola, já que está presente em muitas realidades e principalmente na escola pública.

B9 - Acredito que só de trabalhar com a formação de professoras já está trabalhando com o ambiente, pois há ligação e trocas entre pessoas e ambientes.

O minicurso em si foi esclarecedor. Alguns assuntos são mistificados, e nós futuros profissionais da sala de aula, precisamos entender/compreender sobre este tema, tendo em vista que ao se tornar professor, você se torna alguém ativo na história do aluno, e saber falar/instruir sobre os diversos temas é importante. É necessário trazer conhecimento esclarecedor para os estudantes, sem fantasminhas ou preconceito.

B10 - Por ser uma problemática social, que envolve várias questões em relação à classe, a Ea se faz presente, pois pode-se discutir em como a maconha, pode ser o caminho de soluções ambientais (como o cânhamo) e sociais.

Pensando na minha formação, o minicurso serviu para levantar questões problematizadoras a respeito das drogas, que envolve uma abordagem histórica, política e social. A partir das problemáticas é possível se pensar em como articular isso com diversos temas científicos a serem tratados em aulas de ciências e biologia.

B11 - A maconha se coloca como elemento do ambiente a muitos séculos, se estabelece intrinsecamente relacionada à cultura e biologia (evolução/coevolução) das sociedades humanas. Ademais, a maconha pode ser positiva para o ecossistema natural.

O minicurso possibilita a construção de aulas mais materiais e contextualizadas. Os elementos científicos, sociais e históricos possibilitam uma reflexão ampla (crítica) acerca da política de proibição, tráfico e consumo, bem como esta se conectam com as mais diversas camadas da sociedade capitalista. Estabelecendo um jogo dialético de poder.

B12 - O minicurso abre um espaço para abordar o assunto de maneira multidisciplinar com a contribuição das experiências individuais de cada um; o que não deve ser deixado de lado visto que as drogas são tão presentes em nossos ambientes e a maneira com a qual nos relacionamos com ele.

Uma abordagem histórica e crítica nos permite observar de maneira contextualizada e mais próxima da realidade das pessoas que mais sofrem com todas as questões que circundam essas substâncias.

B13 - O minicurso possibilitou a discussão de pontos importantes e quase sempre esquecidos nos debates sobre o assunto. Por essa razão foi extremamente importante para a formação docente, já que esse entendimento se faz necessário, assim como entender que este é um tema presente nos diferentes âmbitos da comunidade escolar.

Dessa forma, baseado no que foi dito anteriormente é possível fazer uma associação direta com a educação ambiental histórico-crítica, a ocupação do espaço, as questões sociais trazidas nessa relação como o consumismo, comercialização, que produz? quem consome? por qual razão consome? As escolhas pessoais e as razões sociais não se dissociam da história.

B14 - O assunto tem, com urgência, de ser debatido entre as pessoas, com a proposta da desmistificação e contra o senso comum, construído historicamente. Nas escolas, professores devem estar preparados para lidar com o assunto, como também se atentar ao contato que muitos alunos já possuem, de forma desinformada e nociva.

Assim temos o entendimento de como os ambientes influenciam, como o ambiente em que você está inserido definirá se você está em “recreação” ou “fuga”.

B15 - Durante o minicurso a perspectiva quanto ao contexto histórico envolvendo as drogas e a maconha, acredito que trouxe um entendimento e ampliação para uma compreensão do cenário atual, desmistificando “preconceitos” errôneos que, como discutido, impossibilitam o desenvolvimento humano em vários aspectos. Com a temática de educação ambiental, os debates transcreveram pautas que a compõem, a problemática da falta de percepção da maconha como um componente natural (como planta) é a mais chocante, visto que seu potencial em âmbito econômico, sustentáveis e sociais diminuiria impactos antrópicos.

Ainda, o minicurso trouxe um questionamento social, ao qual penso ser um atributo pedagógico, traz uma visão que se despende de sistematização ao abordar o assunto sem deslumbrar somente os “malefícios” e preceitos negativos que o perseguem.

B16 - Dada a atuação e o local dessa atuação dos professores, e sua função social o minicursos vem de encontro com as necessidades de demandas de um professor em sala de aula, visto que as drogas se fazem presente na vida da maioria dos estudantes, e não pode tratar esse tema como um tabu, tratá-lo dessa forma (como tem sendo feito por anos) só atrás problemáticas ainda maiores. O minicurso nos faz compreender melhor o histórico dessas drogas, principalmente a maconha, trazendo um embasamento teórico inicial para que possamos aprender a como tratar desse tema em sala de aula.

B17 - Falamos muito sobre a questão da violência e penso que este é um tema que nós iremos ter muito contato em nosso trabalho docente. Muito foi abordado sobre o que as pessoas trouxeram nas entrevistas, mas penso que a discussão pode girar em torno dos déficits que a população sofre com a falta e descaso do poder público. Falamos de violência olhando para o tráfico como violento, mas e o Estado? E o sistema Capitalista? A legalização das drogas e a legalização de modo geral é controlado pelo Capital... e só irá acontecer mediante sua aprovação. O diálogo com a educação ambiental se concentra, penso eu, na discussão sobre como acontecem as relações dos seres humanos no e com o ambiente, ou seja, apresentarmos as contradições presentes na sociedade (como no caso da violência) majoritariamente explorada por um grupo muito pequeno da população. nosso trabalho docente se concentra na apresentação, discussão e desvelar dessas contradições.

B18 - Levantar os elementos históricos de uso, cultivo demonização/proibição -> contextualizar as drogas para poder discutir em sala de aula com mais significância e possibilidades de conexão (desenho esquemático)

Por que nossa sociedade precisa se entorpecer? Por que nos drogamos mais? (legal e ilegal)

As questões ambientais aparecem na organização e ocupação dos espaços -> farmácias, empresas/indústrias multinacionais, traficantes e jardineiros.

B19 - o minicurso trouxe algumas contribuições na formação de professores principalmente pelo diálogo entre os elementos históricos e contemporâneos na temática de drogas. Por ser um tema de difícil abordagem e problematização nas salas de aula, muitos professores deixam de falar sobre o assunto, sobretudo numa perspectiva da materialidade do tema no mundo da realidade. Assim, muitas vezes ele é apresentado sob uma ótica da marginalidade, e somente, não evidenciando suas relações políticas, sociais, científicas e culturais. O minicursos forneceu

subsídios para pensarmos as relações que as pessoas constroem entre elas e sobre os ambientes onde se constroem os entendimentos sobre a humanidade e as drogas de maneira geral.

B20 - No processo formativo de professores espaços para a discussão de temas que são extremamente relevantes no mundo é de fundamental importância para a construção de um pensamento crítico e reflexivo.

O minicurso nos apresentou com questões históricas, sociais, políticas e ambientais, relacionadas às drogas, que permitem que limitações, como preconceitos, se mantenham enraizadas no nosso processo de ensino-aprendizagem.

Como professores temos responsabilidades com a formação dos estudantes, e cabe a responsabilidade de apresentar, discutir e desmistificar assuntos importantes e que na maioria das vezes são considerados tabus.

Por fim, a respeito da ligação do minicurso com a educação ambiental, temos que fomentar discussões que levam à reflexão da relação irrefreada do sistema capitalista perante a natureza e a sua influência na relação homem x natureza. A questão das drogas toca em parâmetros ambientais importantíssimos, além das questões sociais, o minicurso contribui para a construção dessa crítica e leva a problematização que permitirão a busca de resoluções compatíveis com a realidade.